



**Escola de Ciências Sociais e Humanas**  
Departamento de Antropologia

**Marés de incerteza**

**Etnografia do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal**

**Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Antropologia

Orientador:  
Doutor Francisco Oneto Nunes, Professor Auxiliar  
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

À comunidade piscatória de Setúbal

## Agradecimentos

A presente dissertação resulta de um processo que embora seja pessoal não foi em momento algum individual e teve tantos contributos que é difícil enumerá-los.

Os meus primeiros agradecimentos têm de ir, necessariamente, para aqueles que me acolheram no terreno: os pescadores. Acolheram-me sem contrapartidas, ajudaram de forma genuína e verdadeiramente amiga. A todos estes homens e mulheres que diariamente lutam contra as dificuldades desta vida o meu profundo obrigado!

Outro agradecimento vai para a Docapesca que permitiu que circulasse nas suas instalações. Um agradecimento em particular ao Paulinho, funcionário da Docapesca, a quem recorria sempre que precisava, que me acolheu no terreno. Ainda agradeço à Mútua dos Pescadores pela compreensão devido a alguma falta de disponibilidade da minha parte.

A todos os professores de Antropologia do ISCTE que me guiaram pelos caminhos da Antropologia. Em particular tenho que agradecer ao Professor Pedro Prista que desde o primeiro ano da licenciatura incentivou-me a refletir sobre o que me rodeava e a desenvolver pequenas investigações. Acredito que o trabalho sobre o sal de Setúbal tenha dado mote a este percurso, por isso agradeço-lhe.

Ao orientador, professor Francisco, pela inspiração e pelo entusiasmo. Pela forma como se revelou desde sempre mais do que um professor, um amigo, um parceiro de conversas. Pela sua humildade e valores também lhe agradeço. Professor agradeço-lhe de forma infinita, pela iluminação que trazia quando as minhas ideias estavam enroladas num novelo e por ter sempre acreditado em mim. Ajudou, mais que ninguém, a aumentar a minha autoconfiança. Muito obrigada.

Outro agradecimento profundo e comovido vai para quem tornou tudo isto possível: a minha mãe. Por ter fornecido o suporte da minha existência e por me ter apoiado apesar das adversidades. Por ter compreendido as minhas opções mesmo quando elas lhe pareciam mais estranhas, por se ter preocupado comigo como ninguém e, sobretudo, por ser a mulher forte e independente que é e sempre foi – o meu modelo. De forma igualmente profunda, às minhas irmãs porque foram elas que me acompanharam no último ano e me ajudaram a distrair das preocupações e inseguranças que me assolavam. Um agradecimento especial à minha irmã caçula, a Joana, por tudo que nos une, por ser o meu orgulho. Ao Quim, meu padrasto e pescador, sem ele não teria a abertura que tive no terreno. A ele um obrigado especial por ter colaborado neste processo e ter fornecido as bases para esta pesquisa. À restante família por aceitar-me e compreender a minha limitação de tempo neste último ano. Aos amigos que acompanharam com interesse este meu percurso e que me fizeram acreditar em mim mesma. Agradeço especialmente à Rute, por ter sido a minha companheira ao longo destes 5 anos de antropologia. Ao João agradeço pela disponibilidade que revelou em ler e rever este texto e, ainda, contribuir com ideias e sugestões. Também agradeço aos colegas de turma, porque os inúmeros debates nas aulas enriqueceram a forma de pensar.

Reitero os meus agradecimentos à comunidade piscatória de Setúbal e a eles dedico esta dissertação. Aos pescadores que rumam diariamente contra as adversidades.

## Resumo

Partindo da máxima defendida por McGoodwin de que pesca é um “fenómeno humano”, este trabalho analisa a forma como o presente da pesca é vivido e percebido pelos seus atores. A atividade piscatória em Portugal tem atravessado um processo de transformação, principalmente após a entrada na União Europeia, que tem sido impulsionado por mudanças legislativas, socioinstitucionais e administrativas e, concomitantemente, no decorrer desse processo o setor entrou em declínio. Através de uma etnografia da comunidade piscatória setubalense a dissertação irá trilhar o caminho para a compreensão das percepções sobre o estado atual da atividade piscatória na cidade de Setúbal – local em que histórica, económica e socialmente a pesca e atividades adjacentes foram se constituindo como pilares chave no seu desenvolvimento – e das práticas quotidianas que decorrem dessas percepções. A aleatoriedade e a incerteza marcam o compasso dos quotidianos piscatórios. Mas também o sistema económico-financeiro é caracterizado pela sua liquidez e instabilidade. Por isso, há uma linha que traça a ponte entre a incerteza permanente associada às pescas e a fluidez do sistema económico mundial, é sobre essa ponte que pretendo refletir. Pretendo dar voz aos pescadores mas enquadrando essas vozes num conjunto complexo de relações que resultam da interação humano/ambiente, do global/local. Pensar a pesca como um fenómeno que vai além da economia e que não se separa de processos de identidade, marginalização e estigma, aos quais as comunidades se *habituarão*, mas que parecem agudizados no mundo capitalista e num quadro de inserção do país num projeto europeu.

**Palavras-chave:** antropologia marítima; incerteza; pesca; aleatoriedade; decadência; Setúbal

## **Abstract**

Starting from the idea that fisheries are a human phenomenon, as McGoodwin points, this paper analyses how the today's fishing is lived and perceived by its actors. The fishing industry in Portugal has undergone in recent decades a process of transformation, especially after the country joined European Union, that has been driven by legislative, socio-institutional and administrative changes and, concomitantly, in the course of this process the sector has undergone some socio-economic difficulties. Through an ethnography of Setubal fishing community the dissertation will pave the way for understanding the perceptions of the current state of the fishing activity in Setúbal and understanding the daily practices that comes up from these perceptions. The chance and uncertainty mark the everyday life. But also the economic and financial system is characterized by its fluidity and instability. Therefore, there is a line that traces the link between the ongoing uncertainty about fisheries and the fluidity of the global economic system and is on that link I want to reflect. I want to give voice to the fishermen but framing these voices/ discourses in a complex set of relationships that result from several interactions: human/environment, global/local. Think about fishing as a phenomenon that goes beyond the economy and that does not separate identity processes, marginalization and stigma to which communities have come but that seem to worsen dramatically in the capitalist world and in the country insert frame in a European project.

**Key-Words:** maritime anthropology; fishing; uncertainty; Setúbal; decadence

# Índice

À proa .....	1
Introdução.....	2
As opções metodológicas: trabalho de campo e pertença .....	4
Enquadramento teórico.....	9
Capítulo I – O mar e a pesca em Portugal .....	15
1.1. Narrativas e discursos sobre o mar.....	16
1.2. A pesca em Portugal: história e caracterização .....	19
1.3. O lugar das pescas na política e economia: impactos da adesão à CEE/UE .....	21
Capítulo II – A comunidade piscatória setubalense .....	26
2.1. Setúbal: Enquadramento histórico e geográfico da atividade piscatória na cidade .....	27
2.2. <i>Que pêxe é?</i> Quotidianos da pesca setubalense .....	34
2.2.1. Caracterização da pesca em Setúbal: atores, artes e identidades.....	35
2.2.2. A lota: Ambiente, trabalho e quotidiano .....	45
Capítulo III – Estado atual das pescas: percepções e práticas .....	55
3.1. 3.1. “O mar sempre foi assim, é assim e há de ser sempre assim, é incerto” .....	56
3.2. As mudanças na atividade piscatória: gestão das pescas, crise e capitalismo .....	62
3.3. Dos discursos sobre a decadência às pequenas práticas de resistência quotidiana ...	66
Popa .....	73
Reflexões finais .....	74
Fontes.....	80
Referências bibliográficas .....	81
Anexos.....	88
Anexo A – Gráficos .....	89
Anexo B – Mapas.....	92
Anexo C – Documentos .....	95
Anexo D – Fotografias .....	100
Anexo E – “Lugares da pesca” .....	119

## **Glossário**

“Ajudas” – pessoas que auxiliam os barcos em terra (trabalho informal)

Armador – Proprietário da embarcação

Aviação – Lanche

Aviso – Horário de início do trabalho

Barco das redes – Barcos com arte de emalhar

“Caga-leites” – Nome pejorativo dado a pessoas oriundas de Sesimbra

Camarada – Membro de uma companhia

CEE – Comunidade Económica Europeia

Companha – Tripulação de um barco

Dorna – Caixa isotérmica para acondicionar o peixe

Lanço – Ato de lançar/utilizar uma arte

Lota – Local de 1ª venda de peixe

Lugares de pesca – Locais onde se pesca

Maré – Período de atividade de um barco (desde a saída da doca à chegada)

Mestre – Pessoa que dirige uma embarcação

PCP – Política Comum das Pescas

Proa – Parte da frente de uma embarcação

Popa – Parte de trás de uma embarcação

Quinhão – Parte das capturas de um barco que se destina à companhia

Rapa – Embarcação de arte de cerco que opera uma rede de envolver e alar para bordo de pequenas dimensões

UE – União Europeia

ZEE – Zona Económica Exclusiva

## **À proa**

“Anthropology asks large questions, while at the same time it draws its most important insights from small places.”  
(Eriksen, 1995:2)

## Introdução

A máxima defendida por McGoodwin de que pesca é um “fenómeno humano” (McGoodwin, 1990) serviu de ponto de partida para a presente dissertação. Partindo de uma inquietação sobre qual o lugar da pesca artesanal e de pequena escala num meio disputado por interesses que se têm revelado hegemónicos numa era de capitalismo total (Durfour, 2003), a investigação foi guiada pela ideia de que a atividade piscatória não se cinge a uma dimensão económica (Amorim, 2001) e, por isso, o foco centrou-se nos pescadores, seus discursos e práticas. Não é objetivo desta dissertação fazer uma abordagem sobre as tecnologias de pesca, o acesso a recursos, as formas de territorialidade, a organização e estrutura das companhias (Martins, 1997:289). Estas questões estão presentes mas emergem sobretudo para contextualizar o universo piscatório estudado já que a atividade profissional é estruturante das construções identitárias.

Através de uma etnografia da comunidade piscatória setubalense pretendo realizar uma abordagem das perceções sobre o estado atual da atividade piscatória na cidade de Setúbal – local em que histórica, económica e socialmente a pesca e atividades adjacentes foram se constituindo como pilares chave no seu desenvolvimento – e das práticas quotidianas que decorrem dessas perceções. Além disso, pretendo abordar o modo como a comunidade percebe as mudanças ocorridas nesta atividade – que alteraram profundamente o seu panorama geral, principalmente a partir dos anos 70 e 80 do século passado – e como estas mudanças agravaram a marginalização das comunidades que conseqüentemente, a associam a fenómenos de crise permanente e de decadência. Num conjunto de interesses que se projetam em torno do mar, um dos objetivos desta dissertação passa, também, por enquadrar esta comunidade e atividade num conjunto de processos mais amplos que influenciam a vida quotidianas das localidades. Como se manifesta a maritimidade nesta profissão e na cidade e qual a sua centralidade para a identidade profissional? De que forma se adaptam os pescadores à teia de mudanças ocorridas no meio onde vivem e como projetam um futuro? E como ancorados na sua localidade veem processos de mudança que parcialmente lhes são externos? São algumas das questões a guiar a investigação.

Como iremos ver, a aleatoriedade e a incerteza são as características mais marcantes das atividades relacionadas com a pesca/mar. O mar é um recurso comum e, por isso, tem projetado em si vários interesses económico-financeiros de diferentes grupos. Também o sistema económico-financeiro é caracterizado pela sua incerteza e instabilidade e, como Bauman argumenta (Bauman, 2000), as transações parecem caracterizar cada vez mais as relações que as pessoas estabelecem entre si. Por isso, há uma linha que traça a ponte entre a incerteza permanente associada às pescas e a fluidez do sistema económico mundial, é sobre essa ponte que pretendo refletir.

Com esta dissertação pretendo dar um contributo para a Antropologia Marítima em Portugal que tem carecido de investigações e, conseqüentemente, pretendo captar a mudança que está em curso numa atividade socioprofissional focando-me não só nas dinâmicas internas como, também, fazendo um esforço por inseri-las num contexto nacional e global. Porque a atividade piscatória é marcada por um conjunto de relações e interações que se desenvolvem entre os atores e o meio, entre eles mesmos, entre eles e os sistemas políticos e económicos (Amorim, 2001). Portanto,

pretendo documentar e estudar as causas que estão na origem deste processo de transformação para perceber como no discurso e na prática ela é entendida pelos seus atores para eventualmente contribuir para que se articulem os diferentes interesses de uma forma mais igualitária e não hegemónica. Deste modo, defendo a ideia de que a Antropologia e também demais ciências sociais devem engajar-se com o seu objeto de estudo e o antropólogo deve, a meu ver, tomar uma posição e fazer com que o seu trabalho tenha, de facto, uma utilidade para as pessoas que estuda (Breton, 1981).

A presente dissertação de mestrado está dividida em três grandes capítulos antecedidos pela presente introdução e rematados por capítulo dedicado a algumas reflexões finais. A introdução além de apresentar a problemática escolhida ainda é dividida em duas secções sendo que uma explana a metodologia adotada e refletindo sobre as suas condicionantes e mais-valias e a outra constitui-se como uma aproximação a um enquadramento teórico deste projeto.

O primeiro capítulo denominado “O mar e a pesca em Portugal” tem como objetivo numa primeira abordagem explorar as narrativas e discursos que se veiculam no nosso país em relação ao mar. Seguidamente e de forma sucinta elabora-se uma caracterização da atividade piscatória no nosso país e desenha-se em traços largos a sua história recente. Posto este enquadramento, segue-se uma reflexão como a atividade piscatória emerge nas narrativas sobre o mar para, posteriormente, iniciar-se uma reflexão sobre quais os impactos da adesão à CEE/UE para este setor. Este capítulo dá o mote contextualizando como o mar é concebido nos discursos públicos e políticos e como as medidas políticas nacionais, impregnadas desses discursos, incorporam as pescas.

Em relação ao capítulo II poder-se-ia dizer que concentra o chamado “sumo” etnográfico. Neste capítulo procura-se contextualizar a atividade piscatória na cidade de Setúbal mostrando como as condicionantes geográficas e ecológicas fizeram despoletar várias atividades relacionadas com o estuário/mar sendo a pesca a atividade “mãe”. Posta esta contextualização histórica, pretende-se descrever etnograficamente o presente da pesca setubalense partindo de uma narrativa etnográfica sobre o seu quotidiano enquadrando os atores, as várias artes, os ritmos, as sazonalidades. Com a descrição etnográfica começa-se a levantar o pano e a descobrir as problemáticas que irão dar mote ao seguinte capítulo: a como incerteza e instabilidade ecológica e económica fazem emergir discursos de decadência.

O terceiro capítulo, mais reflexivo que descritivo, irá analisar alguns momentos observados e experienciados no terreno etnográfico e refletir como a incerteza e instabilidade que marcam os quotidianos e os ritmos piscatórios são percebidos pelos seus atores, como estes tentam justificar e dar significado recorrendo a explicações mais supersticiosas e a explicações políticas. Além disso, retoma-se o fio das mudanças na atividade piscatória desta vez o foco não são políticas comunitárias concretas, mas antes como o sistema económico mundial provocou alterações à atividade piscatória em Portugal mas não só. Seguidamente há a reflexão de como ao nível do discurso o presente é percebido e o futuro projetado e, ao nível da prática, como as projeções – diríamos pessimistas – influenciam práticas que tentam minimizar quer a incerteza ecológica quer as restrições com pequenas resistências quotidianas que, no fundo, denotam uma necessidade de sobrevivência.

As reflexões finais, não pretendem ser conclusões mas antes interrogações sobre possíveis contributos que uma dissertação de mestrado pode dar a um meio tão fluído que atravessa constantes períodos de crise e escassez. Esta parte do texto inicia uma incursão sobre os processos aos quais chamamos de globalização relacionando como na comunidade piscatória setubalense o local fixo e delimitável, ou seja, o ambiente é o palco das perceções e práticas a propósito do estado atual das pescas.

Assim, pretendendo captar a “dimensão humana das pescas” esta dissertação tem o objetivo de “dar voz aos atores sociais diretamente imersos neste universo” (Martins, 1997:290) mas enquadrando essas vozes num conjunto complexo de relações que resultam da interação humano/ambiente, do global/local. Pensar a pesca como um fenómeno que vai além da economia e que não se separa de processos de identidade, marginalização e estigma aos quais as comunidades se acostumaram mas que parecem agudizados no mundo capitalista e num quadro de inserção do país num projeto europeu.

### **As opções metodológicas: trabalho de campo e pertença**

“As anthropologists, we do fieldwork whether or not we were raised close to the people whom we study. Whatever the methodologies used, the process of doing fieldwork involves getting to know a range of people and listening closely to what they say. Even if one should already be acquainted with some of these people before one starts fieldwork, the intense and sustained engagements of fieldwork will inevitably transmute these relationships.”

(Narayan, 1997:679)

Nesta secção pretendo explicar e refletir as opções metodológicas e as condições de produção do conhecimento, nomeadamente refletir as condições e circunstâncias que ditaram o meu trabalho de campo.

Para a realização da presente investigação, optou-se por centrar os procedimentos metodológicos no trabalho de campo e, conseqüentemente, na observação participante. O trabalho de campo decorreu quotidianamente durante 6 meses (de dezembro a maio) nos dois espaços centrais para a atividade: lota e doca de embarcações, não descurando demais zonas adjacentes como os locais de convívio (cafés) ou de trabalho (armazéns e cacifos). Optei por tomar a lota de Setúbal – local onde o peixe é descarregado, acondicionado e vendido – como o terreno nevrálgico para a minha pesquisa. Pese embora ter conhecimentos no terreno e saber que este é de fácil acesso optei por solicitar autorização à Docapesca S.A. para poder fazer o trabalho de campo e ter maior liberdade de movimentos e para que pudesse circular em todo o edifício e espaço contíguo sem restrições<sup>1</sup>. Realizei a observação sobretudo em dois momentos: pela manhã quando os barcos chegam ao cais de descarga do peixe e o colocam em lota e pela noite quando o peixe é vendido, ou seja, durante o leilão. Estes dois momentos são os centrais na atividade piscatória em Setúbal pelo esta presença continuada no terreno serviu para vivenciar o quotidiano na atividade piscatória e, a

---

<sup>1</sup> A resposta ao pedido foi algo morosa e foi necessário explicar detalhadamente os propósitos da investigação e realizar alguma pressão junto da administração que inicialmente estava pouco aberta à ideia da pesquisa de terreno na lota.

partir daí, explorar os temas da minha problemática quer com a observação das dinâmicas e das práticas, quer com a interação com os atores que lá se situam, sobretudo durante a manhã.

A observação de manhã nas diferentes zonas da lota (de descarga e de receção e pesagem do pescado) permitiu ter acesso ao ambiente físico e social, aos comportamentos, às práticas e às interações e vivências entre pessoas, objetos e o produto central: o peixe. Diariamente a minha presença no terreno serviu para observar o quotidiano da pesca e atividades subjacentes, observando as práticas profissionais, as interações sociais, as relações de poder e estabelecer interação com os seus atores de modo a explorar as questões da problemática. Tal forneceu o material empírico base para este projeto. De mencionar que a observação feita teve carácter móvel sendo que os demais locais mencionados foram também o meu terreno quando assim se proporcionou.

Intrinsecamente o trabalho de campo inclui as conversas e entrevistas semidirigidas que foram facilitadas com a minha presença contínua no terreno. O objetivo central desta dissertação consiste em tentar perceber como os atores deste universo concebem a sua atividade e como percebem as mudanças recentes na mesma e como projetam o futuro. Tal fez-se a partir do conhecimento de como os atores se posicionam tentam dar significado às múltiplas mudanças que têm ocorrido nas últimas décadas na pesca Portugal. Assim, as conversas permitiram também explorar o lado da opinião dos atores e a forma como estes tentam narrar e dar significado a uma realidade em mudança e como vivendo num quotidiano incerto tentam “estabilizá-lo”.

Por seu turno, de noite realizei observação não participante no leilão de pescado. O leilão dá-se no edifício da lota e tem um local apropriado e é onde os compradores se concentram em maior número. Neste local observei como se organiza o leilão, a flutuabilidade de preços decorrente das espécies, da quantidade, da sua apresentação etc.; as interações entre os compradores, funcionários, peixe, máquinas e sistema informático. A minha observação aqui não foi ativamente participante pelo que interagi pouco com os compradores porque, na maioria dos casos, estão compenetrados em fazer um melhor negócio e não mostraram muito abertura para falar. Contudo, é de mencionar que tive algumas conversas informais com alguns deles e, sobretudo, tive oportunidade de escutar as conversas paralelas que travavam enquanto decorria o leilão, que na minha opinião permitem enriquecer o material empírico por fornecerem outra visão sobre o setor.

Decorrente da presença no terreno e das casualidades que ao trabalho de campo estão intrínsecas, tive oportunidade de ter acesso a mais informação sobre as embarcações de arte de cerco. Acompanhei quase diariamente uma companhia de uma dessas embarcações tendo oportunidade de interagir e perceber suas as dinâmicas internas. Todos os membros dessa companhia também foram importantes informantes. As informações recolhidas através do trabalho com esta companhia permitiram-me aprofundar o caso da pesca de cerco (arte quase extinta na cidade e que outrora teve muito relevância na cidade) e as dificuldades particularidades deste tipo de pesca. Além desta companhia, ainda tive oportunidade de acompanhar as duas outras traineiras que praticam esta arte, falar com os seus mestres e alguns camaradas e acompanhar o resultado das suas fainas, que era sempre posto em comparação entre as três. Por isso, uma parte considerável

dos dados são relativos a este tipo de pesca pelo que tal tem de ser levado em consideração uma vez que diferentes artes encerram em si diferentes características.

De caráter complementar, procedi à consulta de dados estatísticos (Instituto Nacional de Estatística) relacionados com a pesca, nomeadamente, a evolução do número de marítimos matriculados em barcos, do número de embarcações e do volume de pescado e, paralelamente, da sua importância económica desde os anos 80 do século XX. De ressaltar que estes procedimentos tiveram sobretudo o objetivo de contextualizar e caracterizar o papel histórico, social, económico e espacial da atividade na cidade.

A etnografia, no sentido clássico do termo, tinha como objetivo a compreensão do “outro”. O que é o “outro” e a procura da alteridade são temas ainda hoje bastante debatido na Antropologia, o Outro já mais não é definido claramente. Mas o “outro” é, antes de mais, uma construção do próprio etnógrafo. Desde os anos 80, sobretudo, a disciplina abandona a ideia de procura do exótico e volta-se para as suas próprias sociedades. As investigações daquilo que foi denominado Antropologia em casa<sup>2</sup> fizeram correr bastante tinta no meio académico chegando-se a discutir a sua validade e a sua objetividade, sobretudo na produção pós-moderna na disciplina. Inclusive, o *that damn book* (Marcus, 1998) *Writing Culture* (Clifford, 1986) levantou inúmeras questões da própria legitimidade da disciplina e da sua suposta objetividade sendo que muitos dos artigos argumentam que a Antropologia sempre andou no balanço entre a objetividade e a subjetividade<sup>3</sup> e que esse desejo de objetividade acaba por ser uma ilusão uma vez que o próprio objeto de estudo não é objetivo e não forma um todo coerente e, acresce, que a própria cultura e experiência de vida do pesquisador interferem nas suas próprias interpretações.

A presente dissertação de mestrado resulta precisamente de uma Antropologia em casa e ainda vai mais longe, é uma Antropologia que também se desenvolve no seio familiar e de bairro. Sendo natural de Setúbal e vivendo grande parte da minha vida num bairro de pescadores habitado sobretudo por essa classe profissional fui construindo e adquirindo familiaridade com esta profissão. Além disso, um membro da minha família é pescador<sup>4</sup> o que por esta via também se poderia dizer que realizei uma Antropologia na família. Porém, o meu olhar e curiosidade antropológica fez com que considerasse ainda assim importante realizar uma investigação sobre a comunidade piscatória setubalense. Então, num exercício pessoal procedi àquilo que Paulo Raposo denomina “A construção

---

<sup>2</sup> Termo de Anthony Jackson, 1987

<sup>3</sup> “Since Malinowski’s time, the “method” of participant-observation has enacted a delicate balance of subjectivity and objectivity. The ethnographer’s personal experiences, especially those of participation and empathy, are recognized as central to the research process, but they are firmly restrained by the impersonal standards of observation and “objective” distance. (...)In the sixties this set of expository conventions cracked. Ethnographers began to write about their field experience in ways that disturbed the prevailing subjective/objective balance”. (Clifford, 1986:13)

<sup>4</sup> Companheiro da minha mãe, Mestre Joaquim, que trabalhou em inúmeras artes de pesca mas que foi nos “rapas” que solidificou a sua fama de bom pescador. Está hoje reformado e anda no seu bote aos “chocos” para ganhar um dinheiro extra e porque não consegue estar parado. A ele devo grande parte da abertura que tive no terreno pois, pese embora nunca tenha estado a seu lado no decorrer do trabalho de campo, os pescadores conhecendo esta ligação familiar sabiam que eu “cá das nossas”.

Antropológica de um terreno” (Raposo, 2003) tentando problematizar antropologicamente um terreno familiar. Aliás, como José Maria da Trindade argumentou e estando ele numa posição semelhante à minha, parti para o terreno e para a presente investigação “mais vigilante ainda para não cair na armadilha da ilusão de transparência e familiaridade” (Trindade, 2009:25).

O objetivo de fazer uma investigação sobre algo tão familiar levanta inúmeras questões sobre as condições de produção do próprio conhecimento que devem ser mencionadas e alvo de reflexão como fez Narayan (1997), Mascarenhas-Keys (1987), Cutileiro (1973) e Srinivas (1966) e outros. Quando um antropólogo é de dentro da sociedade que está a estudar imediatamente surge o questionamento: como se obtém o distanciamento?

Hoje em dia esse distanciamento já não é uma aspiração incessante que concederia objetividade à Antropologia. Narayan argumenta que até mesmo o antropólogo mais experiente não consegue saber tudo em relação à sua sociedade (Narayan,1997:678) e, sobretudo, é um ser híbrido com uma identidade multiplexa<sup>5</sup> (*ibidem*: 673). Na sequência desta ideia vem, também, a ideia de Cutileiro que diz que o “antropólogo treinado é um híbrido cultural” (Cutileiro, 1973:1). A “identidade multiplexa” de que fala Narayan (1997) ajudou a operar algum distanciamento com as pessoas estudadas. O contacto que já tinha com uma boa parte da comunidade piscatória tinha sido, até então, quotidiano resumindo-se a uns cumprimentos no bairro. Quando chego a primeira vez ao terreno muitos reconheciam a minha cara mas poucos eram aqueles que sabiam efetivamente quem eu era. Nas comunidades piscatórias a sociabilidade está sempre presente, todos travam conversas e muitos têm curiosidade de saber o que se passa na “praia” e, como tal, rapidamente aqueles que eu não conhecia ou que não sabiam o que fazia diariamente na “muralha” acabaram por sabê-lo. No terreno eu tinha diferentes identidades consoante com quem falava e como me tinham conhecido, antes de tudo era rapariga “filha” do mestre X mas era a rapariga que estava a estudar os pescadores e os seus modos de vida a quem a cara era familiar mas o propósito ao mesmo tempo estranho e aliciante. Apesar dos meus interlocutores me reconhecerem e, muitos, viverem no mesmo bairro que eu, muitos outros fatores operaram distanciamento. Por exemplo, alguns pescadores, no início do meu trabalho de campo, diziam que não me podiam ajudar evocando a sua instrução e aconselhando falar com os representantes das organizações ou com determinados pescadores porque “sabem falar”. Ou seja, o facto de “ter um curso” acabava por me distanciar destas pessoas que em inúmeras outras ocasiões informais e não no âmbito da investigação falavam comigo sem pensarem nestas questões. Apesar de já ter contacto com as mesmas não existe uma identificação imediata e no terreno, de bloco na mão, eu era ao mesmo tempo uma cara conhecida mas com uma prática estranha. Conheciam-me mas não esperavam que diariamente convivesse com eles, participasse nas conversas em grupo e até ajudasse em algumas tarefas.

Além disso, há que mencionar as questões de género que tiveram influência no desenrolar do trabalho de terreno. A comunidade é marcadamente masculina e durante as manhãs do meu trabalho

---

<sup>5</sup> Tradução livre

de campo poucas vezes vi mulheres, sozinhas, a circular quer na muralha quer dentro da lota<sup>6</sup> durante longos períodos, por isso eu acabava por ser uma presença estranha por ali, que conversava com os “ajudas”, pescadores, funcionários, que ajudava sempre que fosse necessário. Não era só mulher como era uma jovem mulher. Pescadores, principalmente no início do trabalho de campo, restringiam o uso de certas expressões com asneiras, tinham imenso cuidado para não me sujar (pese embora eu colocar-me próximo demais quando mexiam o peixe) inúmeras vezes tratavam-me por menina, raras as vezes ouvi o meu nome. Além disso, alguns disputavam a atenção da *menina*, por exemplo quando os ajudava a segurar nas redes quando eles as cosiam etc. Ou seja, “as a girl/woman, I was someone to be protected and cared” (Hutchinson, 1996:46) e tal foi transversal no decorrer do trabalho de campo.

Estou relacionada com a comunidade e sou familiar de um membro ativo da mesma no entanto, sou ainda a estudante que prosseguiu estudos e que não é pescadora. Porque entre os pescadores a performance profissional é o que gera mais identificação. Outro fator que operou distanciamento relacionou-se com o facto de ter mais familiaridade com apenas uma das comunidades piscatórias da cidade. Assim, no terreno ao mesmo tempo que tive a abertura e confiança de alguns tive de construir uma relação com outros que, confesso, foi facilitada pela minha ligação familiar com um mestre cujas capacidades de bom pescador e camarada são amplamente reconhecidas.

Apesar de haver a necessidade de criação ou “invenção” de distanciamento, como Snrivas aborda (Snrivas, 1966), há vantagens claras quando se estuda a própria sociedade. O tempo e a facilidade de compreensão do grupo estudado é, claro, uma vantagem evidente. O antropólogo não tem de aprender a língua e nem tem de se inteirar dos códigos sociais existentes porque isso já faz parte da sua experiência pessoal, ou seja, o antropólogo de dentro já tem uma conceção integral da sociedade (Cutileiro, 1971:viii) e, por isso, irá ser mais rápido e mais percetivo nos detalhes e fenómenos isolados (*ibidem*). Ou seja, um antropólogo “nativo” gera mais empatia e identificação e, por consequência, tem acesso a subtilezas e intimidades da cultura estudada que dificilmente um antropólogo estrangeiro teria. Ao longo da estadia no terreno e à medida que se desvendavam os meus propósitos com esta investigação assim como a minha ligação a esta profissão fui sendo acolhida pelos meus interlocutores de forma visivelmente carinhosa. Para muitos é um orgulho uma “filha da comunidade” estudar a nível académico os pescadores e valorizar esta profissão. Por isso, a chegada ao terreno foi facilitada e abriu um enorme conjunto de potencialidades de investigação que não se esgotam nas 80 páginas desta dissertação.

O terreno “em casa” não significa necessariamente um terreno que se esgota no conhecimento prévio já adquirido decorrente da história de vida pessoal do investigador. Pelo contrário, olhar antropológicamente para um terreno familiar é também desenvolver um olhar mais atento daquilo que vai além dos traços gerais de uma comunidade. Ou seja, o antropólogo tem de fazer uma reflexão mais aprofundada de modo a não cair no senso comum e, apesar de ter

---

<sup>6</sup> Por vezes, apareciam curiosos ou turistas quase sempre acompanhados e de máquina fotográfica na mão mas que mantinham distância das pessoas que lá estavam. Além disso, também surgiam às vezes algumas vendedoras de peixe ou familiares de pescadores.

conhecimento das categorias conceituais, tem de fazer um exercício de reflexão e muitas vezes reenquadrá-las e a renomeá-las (Narayan,1997:678) porque utilizando as palavras de Marcus, “O que proporciona a estranheza não é tanto a travessia literal de fronteiras culturais (...) mas o esforço determinado em evitar que o trabalho de investigação se apoie em categorias naturalizadas de senso comum” (Marcus, 1997:59/60)<sup>7</sup>. Aplicando os métodos da disciplina e acompanhando-os com uma dose de reflexão penso que a Antropologia se torna, então, uma disciplina mais honesta intelectualmente que reflete sobre as suas questões de produção. Se defendemos os métodos antropológicos, temos, então, que defender a sua capacidade de operarem em diversos contextos, ou seja, como Cutileiro afirma (1973:5), se aceitarmos o trabalho de campo como uma técnica de pesquisa então não há nenhuma objeção epistemológica a ser levantada. Eu acrescento que mesmo sendo uma técnica e método são passíveis de ser influenciados por diversas dimensões mas que não tem relevância quando a própria busca pela objetividade já deixou de ser o objetivo último, nenhum método é neutro. A vantagem do trabalho de campo, na própria sociedade ou não, engajado ou não, como disse Narayan (1997:679), consiste em ouvir e ver o que as pessoas têm para nos dizer e por isso não é a origem do antropólogo que importa mas, antes, se há consciência dos próprios meios e condições de produção de conhecimento e explicitação das dificuldades (*ibidem*).

### **Enquadramento teórico**

Esta secção não pretende ser uma exaustiva revisão bibliográfica da área de estudos utilizada dissertação. Pelo contrário, apenas pretendo traçar de forma sumária o surgimento de um subcampo disciplinar focado nas comunidades marítimas e/ou piscatórias de modo a destacar grandes temas de análise para, posteriormente, tentar desenvolver a minhas próprias aproximações teóricas a este tema<sup>8</sup>.

A Antropologia, desde o seu início, voltou-se sobretudo para contextos rurais havendo pouco enfoque sobre comunidades marítimas e/ou piscatórias. A pesca e atividades relacionadas com o mar embora descritas em alguns trabalhos clássicos da Antropologia como, por exemplo, em Boas ou Kroeber não tomaram o contexto de análise central (Pascual Fernández, 1991:9) resumindo-se a pequenas referências sobre as técnicas e tecnologias de diferentes grupos. Além disso, vários autores (Breton, 1981: 9; Diegues, 1999: 368) mencionam como os teorias e procedimentos metodológicos utilizados na análise contextos rurais foram transferidos para a análise dos contextos marítimos/haliêuticos.

Como Galván Tudela e José Pascual notaram, apenas Malinowski (sobre os Kiriwina em 1922) e Raymond Firth inseridos, já na escola funcionalista, relacionaram as pescas com outras “instâncias do social” (Galván Tudela, 1996:128). Porém, a monografia de Malinowski apesar de ser sobre uma sociedade insular não centra a sua análise na atividade piscatória. Por seu turno, Raymond Firth debruçou-se sobre os pescadores malaios e, assim, o seu livro *Malay Fisherman*.

---

<sup>7</sup> citado em Trindade, 2009:28

<sup>8</sup> Por isso, eventualmente irão existir trabalhos relevantes mas não mencionados porque o mais importante nesta secção será mesmo as linhas de investigação seguidas.

*Their peasant economy* (Firth, 1946) é considerado por muitos antropólogos como o texto pioneiro do subcampo disciplinar que viria a surgir: a Antropologia Marítima/ das pescas.

Entre os anos 50 e 70 do século XX há o lançamento de algumas monografias que estavam a tentar conceber novos modelos teóricos mais afastados da escola funcionalista (Breton, 1981: 9). Porém, é a partir dos anos 70 do século passado cresce o interesse da academia sobre as comunidades piscatórias que se traduz em inúmeros estudos e, conseqüentemente, colóquios, conferências bem como várias monografias e artigos, como Galván Tudela demonstra (Galván Tudela, 1996:128). Sendo assim, em 1972 Andersen e Wadel (Andersen, 1972) elaboram a primeira compilação sobre sociedades de pescadores centrando-se nos pescadores do Atlântico Norte (*ibidem*:11). Por sua vez em 1977 Estelie Smith organiza o livro *Those who live from sea* (Smith, 1977) onde há um cruzamento comparativo de vários estudos sobre diferentes contextos piscatórios. Parafraseando Pascual Fernández, é o tempo em que este subcampo disciplinar é reconhecido oficialmente e consolida-se (Pascual Fernández, 1991:10) deixaram o cariz descritivo que até então tinha marcado as referências ao mar e à pesca e começaram a ser abordados na relação com outros domínios do social e emergem várias temáticas como a “mudança social, a influência da industrialização, a organização das pescas” (Moreira, 2008: 19), entre outros.

Também é no início dos anos 80 do século XX que surgem dois artigos retrospectivos que fazem um ponto de situação sobre esta área de estudos já apontada como um subcampo disciplinar. Os artigos foram escritos por James Acheson (1981) e Yvan Breton (1981) destacavam as principais linhas de investigação bem como as linhas teórico-metodológicas mais utilizadas na análise antropológica a esses contextos até então (e.g. etnometodologia, interaccionismo simbólico, antropologia ecológica, económica, antropologia marxista etc.) e explicitando as características transversais a meios piscatórios/marítimos (sobretudo aleatoriedade para Acheson e flexibilidade e fluidez para Breton). Todavia estes textos deixam transparecer a carência que marcou a Antropologia Marítima até então uma vez que proliferava uma multiplicidade de abordagens como o Breton evidencia (Breton, 1981: 13) não havendo então um *corpus* teórico consolidado havendo, pois, várias abordagens e linhas de investigação a este meio, desde “o formalismo da antropologia económica, ao materialismo cultural da ecologia, à teoria das redes” etc. (*ibidem*, trad. minha). Contudo nos anos 90, como Galván Tudela ressalva, existiam cerca de três aproximações teóricas dominantes na Antropologia das Pescas/Marítima (Galván Tudela, 1996). Em primeiro lugar a etnometodologia/interaccionismo simbólico em que se destacam trabalhos de Joseba Zulaika (Zulaika, 1981), Paulo Jorion (Jorion, 1983) que se centram nos aspetos simbólicos e cognitivos da pesca (Pascual Fernández, 1991:129); em segundo lugar a abordagem mais ecológica que emergiu em finais dos anos 70 (antropologia ecológica e ecologia processual) com enfoque na relação do humano com o seu meio ambiente e na gestão de recursos, nesta abordagem há o importante trabalho de Bonnie McCay sobre a teoria dos comuns (McCay, 1978). Por último Galván Tudela destaca a perspectiva marxista de trabalhos de Breton (1981), Levine (1984) e Orlove (1982), todos eles pertencentes à Universidade de Laval, no Canadá. Esta abordagem de cariz mais marxista situou os seus debates, sobretudo, na “persistência da pequena produção mercantil das pescas numa sociedade capitalista avançada” (trad. minha Pascual Fernández, 1991:130) e nas relações de poder.

Aquando da escrita do texto Pascual Fernández (1991) a tendência deste subcampo situava-se num cruzamento das abordagens ecológicas e marxistas havendo uma tendência para “articulação da ecologia, economia política e teoria das decisões de modo a enfatizar laços entre populações locais e sistemas mais amplos” (*ibidem*:131). Porém, como Mendes reforça (Mendes, 2007:79) na Antropologia Marítima a abordagem ecológica tem predominado com mais desenvolvimentos teóricos que acompanham também os desenvolvimentos da ecologia humana. A escola ecológica é “a escola que mais vinga” (*ibidem*) como os últimos números da revista MAST (Maritime Anthropological Studies) apontam para essa direção.

No panorama português, em diversas áreas do conhecimento os estudos sobre populações marítimas são ainda escassos principalmente quando comparados com os estudos de populações rurais/camponesas. Benjamim Pereira, em 1965 edita uma compilação de *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa* onde é bem visível a pouca expressão de estudos focados nas pescas e/ou comunidades marítimas em Portugal. Luís Martins corrobora com esta ideia afirmando que o “litoral tem sido objeto de uma atenção algo dispersa e flutuante” (Martins, 1997:71). No entanto, há alguns contributos dos primórdios da etnografia portuguesa, assim como da Geografia Humana e da História que devem ser tidos em conta. Dos pioneiros da Etnografia Portuguesa há o trabalho de Rocha Peixoto pelos palheiros do litoral (1899) e, mais tarde, Santos Graça que desenvolve o primeiro estudo etnográfico de uma comunidade piscatória na Póvoa do Varzim, *O Poveiro* (Santos Graça, 1932). De ressaltar, também, o importante contributo de Baldaque da Silva com o seu *Estado Atual das Pescas em Portugal Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em Todo o Continente do Reino, Referido ao Ano de 1886* (1891).

Em Portugal a Antropologia é, ainda, uma ciência algo recente e, como consequência, tal reflete-se no pouco destaque da Antropologia Marítima a nível nacional. Assim, de forma similar ao paradigma da antropologia marítima a nível internacional, foi a partir dos anos 80 e sobretudo 90 do século XX que se iniciaram as primeiras investigações em Portugal nesta área temática. Em 1987, Carlos Diogo Moreira escreve um livro considerado um dos trabalhos pioneiros na Antropologia Marítima portuguesa: o livro *Populações Marítimas em Portugal*, que passa em revista a existência histórica das populações marítimas e as suas características socio-organizativas (Moreira, 1987). Nos anos 90 dá-se a consolidação deste campo disciplinar em Portugal pelo surgem alguns estudos importantes, nomeadamente o destaque vai para o estudo de Sally Cole, *Mulheres da Praia* (Cole, 1994), em que o foco de análise situa-se nos papéis de género, nomeadamente, no estilo de vida das mulheres que trabalham no setor piscatório em Vila Chã. Em 1996, Paulo Mendes e Inês Meneses (Mendes, 1996) também se focam em questões de género numa comunidade piscatória no litoral alentejano (Azenha do Mar). Como resultado de uma conferência organizada pelo CEAS – Centro de Estudos de Antropologia Social – em 1999 sai um número temático na revista *Etnográfica* “Comunidades Piscatórias: Perspetivas Antropológicas” com o contributo de vários antropólogos que naquele momento estavam a estudar populações marítimas sendo que as temáticas dos artigos centram-se, entre outras, no problema do aleatório, nas questões de género, na gestão das pescas/recursos. Em 2006, Francisco Oneto Nunes defende a sua tese de Doutoramento sobre a Arte Xávega no litoral central português onde dá análise a aleatoriedade e da ideia de decadência na

arte xávega (Nunes, 2006). Também em 2006 há o importante contributo de Elsa Peralta sobre *A Memória do Mar* (Peralta, 2006) “e a sua politização num contexto local português (Ílhavo)” (Moreira, 2008). Por sua vez, em 2007, Luís Martins também contribui com o seu doutoramento sobre a Póvoa de Varzim e as estratégias de acessos a recursos (Martins, 2007), no mesmo ano Paulo Mendes aprofunda o estudo anteriormente mencionado sobre a Azenha do Mar e apresenta a sua tese de doutoramento relacionando a perceção do ambiente e a organização social da comunidade piscatória da Azenha do Mar (Mendes, 2007). Em 2008 é editado *Culturas Marítimas em Portugal*, com coordenação de Francisco Oneto Nunes com o objetivo de juntar contributos da Antropologia e da História (Nunes, 2008a). Além dos trabalhos de Antropologia é necessário também destacar alguns trabalhos de História nomeadamente de Álvaro Garrido (em relação à pesca do bacalhau ou às políticas da pesca no Estado Novo) assim como de Inês Amorim que organizou um importante volume dedicado à história da atividade piscatória (Amorim, 2001).

Posta esta pequena revisão bibliográfica, é necessário proceder a uma precisão terminológica. Na Antropologia o estudo sobre meios marítimos e piscatórios na Antropologia foi denominado de duas formas: Antropologia Marítima ou como Antropologia das pescas. A diferença nas terminologias depende, em grande medida, da perspetiva teórica dos antropólogos. Como tal os antropólogos que preferem denominar de Antropologia das Pescas situam o seu enfoque, essencialmente, nesta atividade socioprofissional: organização do trabalho, técnicas de adaptação ao meio etc. José Pascual Fernández (1991) assim como Galván Tudela (1996), Yvan Breton (1981), James Acheson (1981) todos eles denominaram este subcampo de Antropologia das Pescas, pese embora Acheson o tenha feito quase como sinónimo de Antropologia Marítima. Conquanto, o termo que, na minha opinião, melhor se adequa aos estudos é o de Antropologia Marítima. A primeira definição deste subcampo coube a Casteel e Quimby em 1975 num volume dedicado às adaptações marítimas no Pacífico<sup>9</sup>. Tendo em conta a primeira definição de Antropologia Marítima considero esta designação mais completa e ampla porque não se foca exclusivamente numa atividade profissional e põe a tónica na questão da maritimidade<sup>10</sup> que, na minha perspetiva, não afeta só o estilo de vida de pescadores como, também, o estilo de vida de todas as pessoas que vivem em ecologias similares. Fazendo minhas as palavras de Paulo Mendes, defendo a ideia de que “a proximidade ao mar pode constituir ecótipos semelhantes, apesar das diferentes economias” (Mendes, 2008:185) e, acrescento eu, apesar das diferentes atividades profissionais. De ressaltar porém que como Francisco Oneto

---

<sup>9</sup> “Maritime anthropology may be considered to be the study of maritime cultures, societies, and subcultures in the context of anthropology. Maritime is an adjective which means of or pertaining to the sea. Thus, those cultures, societies and subcultures that are of the sea or pertaining to the sea are the subject matter of maritime anthropology and consequently, maritime anthropology subsumes a broad spectrum of cultural and physical phenomena” (Casteel, 1975:1)

<sup>10</sup> Por maritimidade refiro-me ao conceito avançado por Rubio-Ardanaz que, de forma sumária, é definido como “complejo de realidades y manifestaciones sociales y culturales que han ido apareciendo y se han ido forjando poco a poco ante los recursos y el medio marítimo. (...) La maritimidad, entendida como aquella diversidad de formas como los humanos nos apropiamos y hacemos nuestra la mar, nos coloca ante un fenómeno social que se corresponde con el ámbito de la cultura, donde entran en juego y se articulan las esferas económica, institucional y cultural.” (2010:10)

Nunes mencionou tal não significa dizer que existe um “determinismo mesológico” (Nunes, 1993: 24) ou um determinismo geográfico (Diegues, 1999:371) mas, antes, significa reconhecer que os fatores e contextos ambientais influenciam a organização social e espacial de uma comunidade bem como a sua identidade. Por isso, como Diegues defende, cabe à Antropologia o estudo das “gentes do mar” e, conseqüentemente, as suas práticas e adaptações a este meio (Diegues, 1993:11). Como tal, defendo o uso de Antropologia Marítima ou, eventualmente, Antropologia das sociedades haliêuticas. De ressaltar porém que reconheço algumas limitações a este conceito. Nem todas as atividades piscatórias se realizam em contexto marítimo e estão, como tal, excluídas desta definição. Assim, apesar de defender o uso do conceito de Antropologia Marítima quero deixar clara que não é, ainda assim, o ideal.

Como foi dito, a escola com mais relevância na Antropologia Marítima desenvolveu-se em estreita articulação com os contributos da antropologia ecológica. Sendo assim, para abordar a problemática explicitada anteriormente irei utilizar os contributos vindos dessas abordagens sobretudo com a ideia que o meio ecológico influencia os discursos, práticas e identidades como pano de fundo para a minha problemática. Apesar da problemática se centrar nas percepções e práticas sobre a mudança na atividade piscatória é necessário reconhecer que tal se passa num meio ecológico específico. O meio ecológico/ambiente aqui, utilizando as palavras de Carlos Moreira, não é somente constituído pelo ambiente natural mas, também, pela estrutura social e cultural e, assim, o meio “inclui recursos humanos, situação de mercado, mudanças tecnológicas, legislação sobre as zonas e artes de pesca etc.” (Moreira, 2008:20). Ainda utilizando a metáfora de Moreira, o meio não é apenas o cenário onde a mudança está a ocorrer e onde se tomam decisões ele é também a “fonte de problemas, imprevistos e incertezas a que os indivíduos têm de se adaptar” (*ibidem*). De ressaltar, que esta perspetiva encontra-se ancorada nos contributos que Tim Ingold tem dado recentemente sobre o envolvimento do ser humano num mundo-mais-do-que-humano (Ingold, 2000). Ingold concebe o ambiente como algo que está em permanente construção e que vai tomando significado em relação ao sujeito (*ibidem*:20). Nesta perspetiva, o ambiente e o sujeito autoconstróem-se continuamente. Assim, importante para entender a flexibilidade, fluidez e aleatoriedade do meio e da atividade é necessário abordar como “os homens relacionam-se entre si através das relações que estabelecem com o meio” (Nunes, 1993:23) e como tal se prolonga nas vidas sociais e económicas dos atores envolvidos.

Além dessa dimensão ecológica, entendendo o ambiente no sentido de Ingold, irei teoricamente olhar para a comunidade piscatória escolhida focando-me não só nas dinâmicas internas e na relação com o meio como, também, fazendo um esforço por inseri-las num contexto nacional e europeu/global. Ou seja, olhar para o setor piscatório vendo que além dos particularismos locais o setor se insere num sistema económico – que é sempre global – e num sistema político europeu. No fundo, nesta dissertação irei tentar refletir de forma diacrónica a comunidade escolhida “utilizando diversas unidades de estudo” (Galván, 1996:130) que combine elementos como a aleatoriedade dos recursos marinhos, a imprevisibilidade meteorológica, a situação de mercado (flutuação de preços); a organização do trabalho; as mudanças tecnológicas; a escassez; a legislação e restrições governamentais etc. Porque o universo piscatório estudado – e acredito que os demais –

são compostos por uma complexidade de questões que se interligam e cruzam e fazem parte de um mesmo sistema.

## **Capítulo I – O mar e a pesca em Portugal**

“Esta nossa terra portuguesa vai pela costa fora sempre de braços abertos para o mar, estreitando-o amorosamente contra si.”

Raúl Brandão, 1928, *Os Pescadores*,

## 1.1. Narrativas e discursos sobre o mar

Neste subcapítulo pretendo introduzir de forma sumária as narrativas e discursos emergentes em Portugal sobre o mar, analisar o modo como se ancoram numa ideia de identidade e vocação marítima portuguesas para defenderem um regresso de Portugal ao mar, discurso marcadamente ideológico (Garrido, 2006b:6) e com projeções economicistas.

Portugal é um país com uma extensa costa (cerca de 800 km) banhada a oeste e a sul pelo Oceano Atlântico. A sua localização geográfica tem sido reiterada como umas das causas para uma suposta vocação marítima ou atlântica (Cunha, 2011:10), e é vista como potenciadora das relações com o mar. Atualmente a maioria da população portuguesa (cerca de 83%), bem como os valores mais relevantes da economia, concentram-se na faixa litoral.

A este aspeto acresce o facto dos grupos humanos que vivem em meios marítimos passarem por processos de adaptação que influenciam as representações que os próprios fazem do que os rodeia. Estas encerram em si uma componente simbólica com imaginários que se vão reproduzindo coletivamente.

Sobre isto gostaria de citar Elsa Peralta, para quem o mar é “talvez a representação mais fortemente interiorizada na identidade portuguesa” (Peralta, 2006:174). Porém, tal não significa dizer o povo português seja marcadamente marítimo. Pelo contrário, nos termos da ideia de que os processos identitários existem sobretudo no plano discursivo (Peralta, 2006: 176), verificamos que o mar – num sentido mais abstrato que concreto – foi objeto de diversas representações com intensões identitárias, projetando-se como elemento caracterizador dos portugueses. Este é resultado de um processo histórico de relacionamento com o mar, mas principalmente é fruto de discursos e narrativas que foram sendo construídos e veiculados coletivamente.

Ao longo dos séculos, de elites intelectuais a políticos, o mar foi evocado com propósitos diferentes, mas com a ideia subjacente de que faz parte de uma “essência” portuguesa, ou que os portugueses têm uma vocação marítima (Garrido, 2006b:6), que seria provado pela sua própria História, sobretudo nas viagens quinhentistas. Este período histórico é rememorado – ainda hoje – com orgulho nacionalista, pois é uma época em que o mar foi um motor da prosperidade económica, sendo um tempo de “abundância”, recordado por ser único na história do nosso país.

No período do Estado Novo esta narrativa foi mais largamente difundida e resgatada (Garrido, 2006:6). O mar associado aos feitos épicos dos portugueses encontrou nesta época o expoente máximo na propaganda nacional, sendo utilizado para a sustentação ideológica e propagandística de que Portugal não seria um país pequeno, mas com um extenso império ultramarino (*ibidem*:7). Ou seja, nesta ideologia do regime o mar era um elemento que possibilitava a extensão de fronteiras. Também nos programas e manuais escolares da época vemos cristalizada toda esta retórica e propaganda do regime, como ficou evidente no estudo de Miguel Vale de Almeida sobre o livro de leitura da 3ª classe (Vale de Almeida, 1991:247). Por exemplo, os textos e imagens centravam-se, entre outros assuntos, nas temáticas dos heróis e da pátria, nas quais os descobrimentos tinham bastante importância (*ibidem*:253). A epopeia épica de Luís Vaz de Camões, ao eternizar esse espírito aventureiro de “dar novos mundos ao mundo” de Portugal e ao cristalizar a ideia de um

período de grandeza e prosperidade, teve a sua importância na construção deste mar mítico e épico ao qual outros escritores, políticos, economistas foram e vão recorrendo. Isto é, tornou-se um instrumento ideológico do regime do Estado-Novo para justificar os seus terrenos ultramarinos.

Este projeto nacionalista e imperialista do Estado-Novo, que exalta a grandiosidade que o mar nos trouxe, ainda tem alguns ecos nos programas escolares atuais. A título de exemplo, basta olhar para o enfoque dado nos programas escolares do ensino básico às “Descobertas Portuguesas”, sempre associadas à ideia de Portugal como um país que deu “mundos ao mundo” e como um país de navegadores destemidos, que exploraram o desconhecido. Por outras palavras, não vemos plasmada uma crítica histórica desses acontecimentos. Também nos programas de Português ou Literatura Portuguesa se dá destaque a autores e textos (De Luís Vaz de Camões a Fernando Pessoa) que, inspirados nas viagens quinhentistas, ajudaram na construção de um imaginário de mar mítico e épico. Ou seja, desde cedo na educação escolar se veiculam estes discursos que reproduzem e consolidam essa lógica identitária associada ao mar.

Após a queda do Estado-Novo, com o desvanecer de um projeto nacionalista e com os esforços para Portugal se juntar a um projeto europeu, parece que o tema do mar perdeu relevância em diversas áreas. Como Álvaro Garrido observa, na medida em que “a Europa foi e é, acima de tudo, um projeto continental” (Garrido, 2006b: 7), os esforços focaram-se na criação de pontes com esse ideal. A partir de meados dos anos 90 do século XX o tema do mar foi de novo resgatado e reemergiu na política, na economia, nas áreas militares etc., um discurso de “regresso de Portugal ao mar”. Esta ideia em si mesmo é ilustrativa porque tem subjacente uma suposta cisão de relações entre Portugal e o mar, que urgiria reatar. Esta é uma ideia herdeira da “retórica salazarista de resgate da tradição marítima dos lusos”, na perspetiva de Garrido, à qual estão ancoradas “apreciações decadentistas” (Garrido, 2006b:6) de um mar que outrora foi um meio de riqueza e grandeza e do qual o país se afastou. Por isso, desde os anos 90, o tema do mar parece tornar-se num consenso nacional (Garrido, 2013). Justamente, em 1998, a Exposição Mundial de Lisboa torna-se um marco deste novo discurso, “resgatando o tema do mar” (Peralta, 2006:180) e ao eleger como referência os Oceanos e a vocação marítima/atlântica do país. As narrativas da própria exposição cristalizam bem os temas que começam a emergir em relação a este meio. Em dois planos a exposição dá grande destaque aos Descobrimientos Portugueses: associa-os à noção de património e “atualiza o discurso” relacionando-os a problemáticas de “gestão saudável e de preocupações ambientais” (*ibidem*). Para Elsa Peralta esta construção da exposição assentou em dois vetores: “tradição” e “modernidade” (*ibidem*), que ficou desde logo visível no *slogan* que a promovia, “Um Património para o Futuro”.

Deste modo, é notório que esta exposição reivindicou a importância histórica e cultural do mar para o país como uma justificação desse regresso, mas em novos moldes, virados para o futuro.

Desde então a retórica da maritimidade emergiu um pouco por todo o lado, desde políticos com cargos de decisão a economistas, a biólogos marinhos, militares etc. Também na imprensa vemos proliferar artigos de opinião ou grandes reportagens com a temática marítima, inúmeras vezes associada e interligada à ideia da potencialidade económica do mar. A título de exemplo, foi editado recentemente um jornal (em 2014) cujo título é, justamente, “A Economia do Mar”. Além disso, vários

jornais de grande circulação nos últimos anos têm também abordado frequentemente a temática quer através de suplementos ou de artigos e/ou entrevistas.

Em 2003, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Martins da Cruz afirmou que a resposta de Portugal à Globalização seriam os Oceanos (Peralta, 2006:178), evocando um “regresso às caravelas” como um vetor privilegiado nas relações com os EUA, e enfatizando a importância do mar na geopolítica do país. Em 2006, num caderno dedicado ao tema “Tanto Mar”, na revista da Reitoria da Universidade de Lisboa, o então Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Manuel Lobo Antunes, também reproduziu uma narrativa semelhante ao afirmar que o “o mar esteve sempre presente no real e no imaginário português”, e ao defender que o regresso ao meio marítimo devia ser “um projeto nacional” e “uma estratégia de desenvolvimento” (Lobo Antunes, 2006:2). Paralelamente, no mesmo caderno as ideias plasmadas pelo então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, para quem “não se pode conceber uma política externa sem uma importante dimensão oceânica” (Cravinho, 2006:5), apontavam na mesma direção .

Recentemente, o atual Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, também centrou muitos dos seus discursos nas mesmas ideias, afirmando que o futuro do país passa pela economia do mar, que deve ser prioritária na ação governativa (DN, 2010, on-line)<sup>11</sup>. No livro *Portugal e o Mar* de Tiago Pitta Cunha (Cunha, 2011), atual representante de Portugal nas Nações Unidas para os assuntos marítimos e consultor do Presidente da República para os Assuntos da Ciência, do Ambiente e do Mar, vemos condensadas todas estas noções. O autor, que evoca a ligação histórica e geográfica com o mar, tece um conjunto de considerações que visam justificar a sua afirmação de que o mar é “um dos ativos mais significativos de Portugal”, que dele pode colher benefícios económicas .

Como pudemos verificar, apesar dos diferentes enfoques dos exemplos aqui descritos, a tónica coloca-se, sobretudo, na potencialidade económica do mar, que é visto como um eixo estratégico e um recurso com um grande potencial de desenvolvimento, desde logo por ser uma fonte de recursos naturais. Em simultâneo, ganhou visibilidade uma euforia relacionada com o aumento da Plataforma Continental Portuguesa e com o facto de Portugal deter a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia desde 1977. De novo, assim como na retórica salazarista, o mar é visto como um meio do pequeno país se estender e aumentar as suas fronteiras (Garrido, 2006b: 7), e um meio de alcançar “grandeza”<sup>12</sup>. A potencialidade económica relaciona-se principalmente com a economia naval, com a atividade portuária, com o transporte de mercadorias e com o turismo. A economia do mar ou o *hypercluster* do mar são, assim, projetados como capazes de oferecer a

---

<sup>11</sup> Em 2010: “O mar não é uma solução para todos os problemas que Portugal enfrenta. Mas, a verdade é que reduzimos fortemente as nossas opções de crescimento ao deixarmos de lado o principal dos nossos recursos naturais” (Lusa, 2010); “Há que assegurar uma articulação eficiente de todos os assuntos do mar, independentemente da tutela governativa em que se situem, de modo a garantir a realização da estratégia definida para o setor” (Lusa, 2015)

<sup>12</sup> Na Estratégia Nacional para o Mar 2013-20, o governo ressalva mesmo essa ideia: “Quando considerada a sua dimensão marítima, Portugal é um país imenso e um dos grandes países marítimos do mundo, com um acrescido potencial geoestratégico, geopolítico e económico.” (AAVV, 2013)

Portugal um conjunto de potencialidades e condições para um lugar de “liderança” nos assuntos que digam respeito a este meio<sup>13</sup> e crescer economicamente.

Então, surge a ideia de que Portugal deveria olhar para o mar, esse contexto épico e cheio de memórias, não tanto com uma visão memorialista, mas projecionista. Ou seja, ver no mar um elemento-chave no desenvolvimento económico e estratégico do país. Porém os discursos, do ponto de vista de Álvaro Garrido, articulam argumentos de carácter historicista com argumentos ancorados na tradição e na modernidade (Garrido, 2006b: 7), mas sempre com a ideia de que Portugal tem inerentemente uma vocação marítima, argumento que confere uma base justificativa para a exploração do recurso.

A política portuguesa também é influenciada por esses discursos. Desenvolveu-se por parte do Governo de Portugal uma “Estratégia Nacional para o Mar 2013-20” em que, na própria estrutura do texto, estão edificadas estas ideias. Num primeira fase, dá-se a apresentação de “factos” e o desenvolvimento dos argumentos históricos, que reiteram a ligação histórica de Portugal ao mar, e abordam as questões de geografia e de identidade marítima<sup>14</sup>. O próprio vocabulário e os conceitos aplicados no texto deixam entrever um conjunto de representações sobre o mar alicerçadas quer na história quer economia marítima. São frequentes expressões como “vetor estratégico de desenvolvimento”, “Mar como desígnio nacional”, “Regresso de Portugal ao mar”, “Crescimento azul”, “economia do mar”, que seriam interessantes do ponto de vista de uma análise semiótica. Todo o plano da estratégia assume o compromisso de regresso de Portugal ao mar, iluminando quais as áreas e atividades potenciadoras de crescimento económico e quais os impulsos e estratégias a serem tomadas para tal. Todavia, parece que os discursos evocam um mar vazio de pessoas. Exaltam-se os valores económicos, mas não vemos como as pessoas se inserem nesta teia de discursos. É um mar sobretudo abstrato.

Tendo presentes estes aspetos, e tratando-se de uma dissertação sobre a pesca artesanal, achei importante averiguar o modo como emerge o setor da pesca nestes discursos, como é enquadrado e incorporado pelo poder político nesta aposta nacional.

## 1.2. A pesca em Portugal: história e caracterização

O litoral é um espaço de limite e interseção entre a terra e o mar (Nunes, 2001:39) e, por isso, encerra em si um conjunto de particularidades ecológicas que influenciaram a ocupação humana. Sendo Portugal um país com um extenso litoral, a atividade piscatória desenvolveu-se um pouco por toda a costa e diversos grupos que habitavam o litoral dedicaram-se a este meio para retirar sustento que muitas vezes complementava outros trabalhos em terra (Amorim, 2001:10). As pescarias desenvolveram-se no território de forma muito heterógena, porque as comunidades foram sofrendo

---

<sup>13</sup> A ideia de Portugal a liderar os assuntos marítimos na Europa encontra-se visível quer na Estratégia Nacional para o Mar “Portugal é a face atlântica da Europa e a ligação europeia aos mares profundos. Deve, assim, assumir a iniciativa, liderando os processos europeus e internacionais relativos à governação marítima, visando fomentar a economia, e valorizar e preservar aquele que é o seu maior património natural.” (AAVV, 2013)

<sup>14</sup> Refiro-me ao Capítulo 1 da Estratégia Nacional para o Mar que se denomina “O mar de Portugal” e está dividido em: Território de referência; A Geografia; A dimensão; A identidade marítima.

processos de especialização e adaptação aos meios ecológicos (Nunes, 2001:31) e, como tal, proliferaram histórica e espacialmente diferentes técnicas de captura e formas de organização social.

A História das modernas pescarias em Portugal, segundo Luís Martins (1997:274), pode ser dividida em três períodos. O primeiro compreende o século XIX e o XX. Durante este período, devido ao liberalismo e à ascensão da burguesia, o capitalismo começa a entrar neste setor (Nunes, 2008:132) e “nas últimas décadas do século XIX (...) cavando um fosso entre o capital e o trabalho, pela proletarização em massa dos homens do mar e das suas famílias” (*ibidem*:133). O segundo período descrito por Martins (1920-70) foi marcado por um intervencionismo do Estado no setor, e pela tentativa de “enquadrar as pescas numa orgânica corporativa” (Martins, 1997:274). É desta época o período áureo da pesca longínqua, que tem início nas campanhas do bacalhau (Garrido, 2006a) promovidas pelo Estado, que se estenderam à pesca do arrasto no Mar Branco. É então que as pescas são incorporadas numa visão do mar enquanto desígnio nacional (Coimbra de Oliveira, 2008:8). No período da guerra colonial, como João Coimbra de Oliveira aponta, inicia-se o “declínio do setor” (Coimbra de Oliveira, 2008:9), devido não só à quebra das campanhas do bacalhau, mas também como consequência do aumento dos combustíveis provocado pela crise petrolífera. A partir dos anos 70, em resultado das mudanças políticas e geopolíticas que marcaram estas décadas, alteraram-se as condições em que se fazia a exploração dos recursos marinhos em Portugal: contração da frota de pesca longínqua e conseqüente concentração dos pescadores em atividades no perímetro da plataforma continental portuguesa, incluindo a integração nos barcos de pesca artesanal (Amorim, 2001: 16; Coimbra de Oliveira, 2008:9). Paralelamente, o Estado diminuiu a sua política intervencionista no setor. O último período descrito por Martins inicia-se nos anos 80, quando se começou a preparar a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e, em 1986, quando de facto dá a adesão (Martins, 1997:275). Esta adesão obrigou a uma reconfiguração do setor piscatório português que produziu mudanças estruturais, ainda hoje sentidas pelas comunidades piscatórias, como vários autores já abordaram (Amorim, 2001; Coimbra de Oliveira, 2007; Martins, 1997) e como também surgiu no contexto etnográfico estudado nesta dissertação.

As condições do litoral facilitaram o desenvolvimento de várias comunidades ligadas à pesca. Porém, dadas as características da Plataforma Continental Portuguesa, não se desenvolveram grandes portos de pesca. Foram surgindo pequenas comunidades com diminutas capacidades de captura de pescado. Desde os anos 70 que Portugal detém uma Zona Económica Exclusiva<sup>15</sup> bastante extensa, com cerca de 1714800 km<sup>2</sup>, mas tal não alterou estruturalmente o setor, que continuou a operar sobretudo na Plataforma Continental. Esta é rica numa grande variedade de espécies e, por isso, em Portugal ainda hoje predominam pequenas embarcações, com volumes de capturas reduzidos a atuar nesta área. A pesca artesanal apresenta uma grande heterogeneidade quer em relação às artes e técnicas, quer em relação às espécies-alvo (Amorim, 2001).

Em termos legislativos, as pescas portuguesas estão divididas em quatro categorias: águas interiores não marítimas, arrasto, cerco e polivalente. De acordo com os Censos 2011, do total de

---

<sup>15</sup> Zona Económica Exclusiva foi constituída pela lei nº 33/77 a 28 de maio de 1977 e define uma zona marítima até 200 milhas à costa de um país, zona essa onde irá exercer a sua jurisdição.

pescadores, cerca de 70% operava na pesca polivalente<sup>16</sup>. Por isso na maioria dos portos de pesca ao longo do país predominam embarcações de pequena escala com baixo nível de produtividade. Deste modo, é desta pesca polivalente, que é local e costeira, que provém cerca de 80% dos desembarques em lota. Ou seja, em Portugal a pesca pratica-se em pequenas embarcações que, embora já com alguns aparelhos tecnológicos, ainda é de carácter predominantemente artesanal. As espécies capturadas são bastante diversas havendo um forte peso das espécies de pequenos pelágicos (sardinha, carapau e cavala) e de outras como choco, polvo, linguados etc.. Existem diversas artes de apanha ao longo do território português que resultaram de uma adaptação aos recursos existentes.

As artes de pesca são muito diversificadas ao longo do território continental e vão-se alterando e atualizando constantemente. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera fez um levantamento delas, mas reconhece dificuldades na sua classificação. Em termos administrativos e de classificação as artes estão divididas em “artes fixas” (redes, anzol, armadilhas) e “artes móveis” (cerco, arrasto). Porém, ainda existe uma multiplicidade de artes (apanha, anzol, toneiras, piteiras etc.) que, por terem menos expressão, são categorizadas como “outras artes”.

Hoje em dia, a população piscatória está de um modo geral algo envelhecida. Nos censos de 2011 a média de idades rondava os 43,6 anos, não havendo muitos jovens a ingressar nesta profissão. O nível de escolaridade da maioria dos pescadores em geral é também baixo<sup>17</sup>. A expressividade económica e social da pesca é diminuta uma vez que o número de pescadores é residual, cerca de 16 797 inscritos, assim como o número de embarcações (8232). Hoje em dia o setor conta com poucos efetivos, e igualmente com poucas embarcações, o que lhe dá uma expressão económica quase nula.

### **1.3. O lugar das pescas na política e economia: impactos da adesão à CEE/UE**

Como mencionámos, os discursos alicerçam-se numa representação identitária como justificação de um devir sobre o qual se desenham diversas fantasias. O objetivo último, porém, é tornar o mar uma mercadoria, ou retirar dele valor económico, ou seja, projetá-lo enquanto fonte de recursos. Nestes discursos vemos quais as atividades que têm as suas potencialidades exaltadas e observamos que são áreas com mais relevância económica. Como tal, existe uma quase ausência da temática da pesca. O lugar de destaque tem sido dado à aquacultura como vemos, por exemplo, plasmado na documentação oficial/institucional onde são visíveis as apostas para tornar este setor mais “competitivo”. O setor piscatório é sempre referido de passagem, havendo um discurso formatado que evoca a necessidade de preservação desta atividade devido à sua importância histórica e cultural.

O setor piscatório, que nas últimas 3 décadas perdeu importância económica, tem uma contribuição para o PIB do país quase residual. Daí a aparente irrelevância para a riqueza do país.

---

<sup>16</sup> Estatísticas da pesca 2012

<sup>17</sup> “A maioria, 77,5%, não têm o 9º ano de escolaridade completo: 8,5% não apresentam qualquer nível de escolaridade, 41,3% possuem apenas o 1º ciclo e 27,7% atingiram o 2º ciclo. Com o 3º ciclo completo são apenas 14,9%.” Estatísticas da Pesca 2012

Além disso, como Elsa Peralta evidencia, “o mar, como discurso identitário nacional, não tem qualquer equivalência factual, nem como passado nem como presente. É puro memorial.” (Peralta, 2006). Como tal, as atividades que são, de facto, marítimas, não são enquadradas nestas teias de discursos.

Na Estratégia Nacional para o Mar, assim como na política em geral, vemos que a ausência do setor não se opera somente a nível do discurso. Existe também uma ausência de reais medidas que apostem no setor (Peralta, 2006: 178). As medidas que existem, particularmente as comunitárias, direcionam-se, sobretudo, como iremos ver, para a diminuição do esforço de pesca.

Imediatamente após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, o setor piscatório português foi dividido em três categorias: a pesca artesanal, que compreende a escala local e a costeira, a pesca industrial e a pesca do largo (Decreto de lei nº 278/87). Aquando a adesão, a maioria das embarcações de pesca portuguesas operavam sobretudo na plataforma continental, pelo que se inseriam na categoria de pesca artesanal (local e costeira), o que se mantém até hoje. Por isso, a União Europeia reconheceu a especificidade do setor piscatório português, muito distinto da pesca praticada no Norte da Europa, sobretudo porque os tipos, artes e técnicas de pesca desenvolvidos em Portugal resultaram de uma adaptação multiseccular aos recursos que, naturalmente, são diferentes dos existentes no mar do norte (Amorim, 2001).

Aquando da entrada para a CEE o setor piscatório português tinha bastante relevância, seja a nível social e cultural, seja a nível económico (Garrido, 2006a: 150), no contexto do país. Portugal detinha o título de maior consumidor de pescado a nível europeu (*ibidem*), realidade que se mantém. As capturas de peixe cobriam cerca de 80% do consumo nacional de pescado e os pescadores correspondiam a cerca de 0.7% da população ativa, realidade diferente da maioria dos demais estados-membros (Garrido, 2006a: 150).

No panorama global, pelos anos 60 e 70 começam a emergir ideias que denunciavam uma escassez e um “quadro de esgotamento” de recursos (Amorim, 2001: 8). As causas para esta situação seriam a sobre-exploração dos recursos, o crescimento populacional e a poluição. Quer a comunidade científica<sup>18</sup>, quer a comunidade política, começaram a desenvolver uma preocupação em torno estes assuntos, pelo que a Comunidade Económica Europeia passou a incluir nas suas políticas essas mesmas preocupações, em especial no que diz respeito à gestão das pescas. As preocupações ambientais que então emergiram entraram na construção da Política Comum de Pescas, que centra o seu foco sobretudo nas questões de conservação/preservação, gestão e racionalização dos recursos. A PCP ancora-se nas ideias de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns, na sua proposta de controlo governamental na gestão de *stocks* piscícolas, bem como de disciplinamento da exploração e das populações que os exploram. Neste sentido a CEE foi implementando um conjunto de medidas com vista a essa gestão. Nos anos 90 a UE insistiu na

---

<sup>18</sup> Uma das chamadas de atenção para o problema dos recursos vem de Hardin (1968) que desenvolve a teoria da tragédia dos comuns evidenciando o carácter limitado dos recursos defendendo um maior controlo dos *stocks* e das populações que os exploram. A teoria de Hardin teve igualmente inúmeros impactos e inúmeras críticas. Mas é um texto que marcou as ideias da época sobre os recursos.

necessidade de contrariar a situação de sobrepesca declarada, pelo que nas suas medidas política para este setor a questão ecológica tornou-se central.

Com a entrada de Portugal para a CEE o setor piscatório português passou a estar integrado e enquadrado nesta Política Comum de Pescas, que tinha sido criada em 1970. A PCP, no fundo, foi desenvolvida como um conjunto de regras avisando a gestão e conservação dos recursos das águas comunitárias através do ajuste da capacidade de captura às condições de exploração (Comissão Europeia, 2015). Além da preocupação ecológica, é também objetivo da PCP atuar nas dimensões económicas e sociais do setor. Esta política tem sido alvo de atualizações. A última aconteceu a 1 de janeiro de 2014.

As suas medidas centram-se em quatro áreas/vertentes. A primeira relaciona-se com a gestão de pescas e conservação de recursos, regulando a quantidade de capturas e o tamanho mínimo das espécies por intermédio de um sistema de quotas etc., com o objetivo de assegurar um “rendimento máximo sustentável” (*ibidem*). A outra área de atuação são as estruturas através de um fundo, o Fundo Europeu de Pescas, destinado à modernização ou abate de embarcações, assim como à implementação de outras estruturas relacionadas com o setor. A terceira área desta política insere-se na criação de regras e regulamentos para a organização comum do mercado, a fim de estabilizar os mercados no espaço comunitário, e deste modo regular a relação entre a oferta e a procura. A última vertente centra-se na Política Externa, nomeadamente a vocacionada para a questão da pesca longínqua.

Porém, na PCP vemos que as medidas e áreas de atuação são sempre guiadas pela preocupação ecológica de adaptação do esforço de pesca aos recursos disponíveis.

Em Portugal, com a entrada para a CEE em 1986, o setor foi alvo de mudanças estruturais enquadradas nesta Política Comum de Pescas. O setor passou a estar integrado na organização comum dos mercados. Além disso, através do Fundo Europeu de Pescas a PCP deu incentivos à redução de capacidade de captura com abate de embarcações, e financiou a construção de novas embarcações mais modernizadas e com mais aparelhos tecnológico/eletrónicos (Martins, 1999), que numa primeira fase aumentariam a capacidade de captura devido à maior precisão na deteção das espécies.

A política comunitária passa também pela implementação de regras e regulamentos relativos à definição de limites de captura admissíveis tendo-se estabelecido, como regra, a obrigação dos barcos registarem e declararem todos os seus desembarques. Em paralelo, com a intenção de proteger espécies, os peixes jovens e os ecossistemas, também a nível comunitário se foram definindo sistemas de quotas (por exemplo para a sardinha) e/ou definindo áreas protegidas. A PCP desenvolveu também um conjunto de regras, tendo em vista a conservação dos recursos, sobre as artes de pesca permitidas e não permitidas, assim como sobre os tamanhos mínimos de cada espécie, regras essas que são frequentemente atualizadas, compreendendo várias restrições em relação às redes, às capturas, às licenças etc.

Desde a entrada para a CEE e com as sucessivas medidas, regras e legislações comunitárias, o setor piscatório português perdeu relevância na economia e na sociedade. Frequentemente assume-se que nas últimas décadas se assistiu a um declínio do setor. As medidas

tiveram impactos profundos pelo que o setor “sofreu uma tripla redução” (Coimbra de Oliveira, 2008:12): redução do número de marítimos inscritos (pescadores), do número de embarcações e do volume de pescado. Em geral, todos estes indicadores caíram para metade dos valores anteriores. É possível observar no Anexo A, figura 1, que o número de pescadores aquando da entrada para a CEE rondava os 41.775 e agora situa-se nos 16.797. Verificamos igualmente que o número de barcos com licenças de pesca desde essa data tem vindo a diminuir, situando-se hoje nos 8.232. Também o volume de pescado diminuiu de maneira significativa, cobrindo atualmente 30% do consumo nacional, o que leva à necessidade de importação de pescado e, por conseguinte, ao desequilíbrio da balança comercial de produtos de pesca (Garrido, 2006a:150). Esta redução tem sido apontada por académicos e estudiosos do tema e evocada por atores do próprio setor como uma prova do fracasso da implementação das medidas no âmbito na CEE. No livro *Populações Marítimas em Portugal*, editado em 1987, já Carlos Moreira previa/ antevia este declínio, dizendo que no final da década de 80 o número de pescadores, embarcações e volume de pescado iria diminuir, à semelhança do que aconteceu nos demais Estados-Membros (Moreira, 1987). Frederico Pereira, presidente do sindicato de pescadores, que tem frequentemente denunciado as políticas e a gestão do setor piscatório, argumenta que essa tripla redução leva a que o setor hoje em dia atravesse um “quadro de crise”, o que, conseqüentemente, faz com que Portugal tenha “aumentado a dependência em relação ao exterior” (Pereira, 2012).

Num cômputo geral, as medidas comunitárias tendem a condicionar a prática da atividade ao imporem restrições, com o objetivo da redução das capturas face a um quadro de sobre-exploração de recursos. Além disso, por exemplo, como Luís Martins demonstrou analisando a evolução de uma empresa piscatória familiar (Martins, 1999), a modernização da frota incentivada pelos fundos europeus numa primeira fase aumentou a capacidade de captura, porque as tecnologias permitiram uma maior precisão na deteção do peixe, contribuindo assim para uma maior depredação dos recursos (Martins, 2007:126). Porém, a longo prazo fez crescer os custos de produção, devido às despesas de manutenção das embarcações e tecnologias, bem como ao aumento dos combustíveis (Martins, 1999:266).

O problema dos custos de produção emerge frequentemente na comunidade piscatória de Setúbal, nomeadamente em relação às traineiras com arte de cerco, uma vez que a preocupação se centra na possibilidade das capturas, e a sua comercialização, compensarem a ida ao mar. Os pescadores de uma das companhias que acompanhei no decurso da pesquisa confidenciaram-me que há barcos com dívidas resultantes da aquisição de gasóleo. Além disso, é também comum os armadores não conseguirem comprar o material que os barcos necessitam, em especial chumbos para as redes. Isto porque uma saída para o mar é dispendiosa e muitas vezes o pouco peixe capturado não cobre as despesas.

Acresce ainda que as medidas impostas mudaram estruturalmente o setor, porque impulsionaram uma reestruturação na organização do trabalho (Amorim, 2001) e a capitalização de muitas empresas familiares (Martins, 1999). Ou seja, as relações que privilegiavam ligações familiares e de amizade, perderam relevância num quadro de capitalização do setor.

Portugal conta-se entre os países que mais consomem peixe<sup>19</sup>. Porém, com o decréscimo de capturas, e com a entrada no mercado comum europeu, os portugueses passaram a consumir mais peixe importado. Saliente-se ainda o facto de que, frequentemente, o seu valor é muito mais competitivo, com assinalável prejuízo para os pescadores portugueses. Um estudo da New Economics Foundation confirma este cenário e considera que Portugal se encontra em situação de dependência de peixe (fish dependence), porque as capturas nacionais só cobrem cerca de 30% do consumo do país (NEF, 2015: 10). Noutra perspetiva, também as mudanças ao nível alimentar, com a introdução de produtos transformados e cujos preços são mais acessível para a generalidade da população portuguesa, contribuíram para o decréscimo do consumo de peixe fresco.

Vimos também que a atividade piscatória, pela sua reduzida expressão económica, fica de fora das narrativas e também é excluída dos incentivos políticos, o que, em parte, explica a sensação difusa de decadência que parece ser constante neste setor.

A inserção de Portugal no quadro União Europeia põe em evidência que as práticas quotidianas nestes contextos são influenciadas não só por questões económicas mas também por questões políticas, ambientais, alimentares etc. que não se cingem somente à esfera local mas que se encontram na interdependência entre estas comunidades e contextos mais amplos (Coimbra de Oliveira, 2008:1), quer nacionais, quer europeus e mesmo internacionais; e, também, que não se cingem somente a um tempo presente, mas a uma articulação entre a rememoração de um passado com a projeção de um futuro (*ibidem*), como iremos ver no capítulo 3 da presente dissertação. Como podemos sugerir, as mudanças devem-se a uma teia de fatores interdependentes que levaram a que o setor piscatório português perdesse expressividade económica e social, porque, como vimos no gráfico, as quebras registadas foram na ordem dos 50%, antevendo-se a tendência para a continuidade do percurso descendente dessa linha. Em Setúbal, como mais adiante procurarei mostrar, o declínio acentuado do setor nas últimas décadas é percecionado como um sintoma da decadência da pesca em Portugal e na cidade.

---

<sup>19</sup> 56.8 kg per capita (NEF, 2015)

## **Capítulo II – A comunidade piscatória setubalense**

“[O mar] Mas onde atinge a perfeição é em Setúbal. Em  
Setúbal é imaterial.”

Raúl Brandão, 1928, *Os Pescadores*

## 2.1. Setúbal: Enquadramento histórico e geográfico da atividade piscatória na cidade

O desenvolvimento de Setúbal esteve estreitamente relacionado com o fator geográfico, que potenciou a exploração do estuário e do mar (Quintas,1998:67), o qual, por sua vez, culminou em especializações ocupacionais ligadas à pesca, extração de sal e indústria conserveira. Neste subcapítulo iremos fazer uma breve contextualização histórica e geográfica de modo a perceber a importância da atividade piscatória no povoamento, influenciando nomeadamente a sua organização social e cultural.

“Num dos extremos da cordilheira (Arrábida), aconchegada aos relevos mas com um amplo espaço aberto na planície, no abrigo do estuário mas a breve distância do Oceano rico de peixe, Setúbal, ao contacto com naturezas diferentes – serra, ribeira, rio e mar.”  
(Ribeiro, 2004:91)

Setúbal localiza-se numa península delimitada a norte pelo estuário do Tejo e a sul pelo estuário do Sado. A cidade desenvolveu-se na margem setentrional deste estuário, ao largo de uma baía, beneficiando a norte da proteção da cordilheira da Serra da Arrábida e a sul da do sapal e das águas estuarinas, fatores de enriquecimento desta região. Como Henrique Souto frisou, os estuários constituem-se como ambientes únicos, propícios à reprodução de espécies dado o encontro de águas oceânicas com águas fluviais (Souto, 1998:47)<sup>20</sup>. A cidade e o meio beneficiam, assim, de um rio/estuário e um “mar resguardado” (Ribeiro, 2004:100), sendo que o porto de Setúbal, tal como o de Sesimbra, são considerados por Orlando Ribeiro como os melhores “abrigos da costa ocidental portuguesa a sul do Tejo” (Ribeiro, 2004:98). Também Falcão Machado, analisando a geografia e ecologia do espaço onde Setúbal se desenvolveu, defende que “em todo o litoral, (este local é) o ponto indicado para uma povoação de maior envergadura” (Machado, 1951:179), desde logo por permitir o “contacto entre a terra e o mar; entre o oceano e um rio navegável.” (Ribeiro, 2004:).

De uma forma simplista, poderíamos dizer que Setúbal tem vários *ambientes* e várias *geografias*, cuja combinação influenciou a ocupação humana. A situação geográfica e as características ecológicas do território impuseram-se, não só na morfologia do tecido urbano, como também potenciaram o desenvolvimento de atividades relacionadas com este contexto e, conseqüentemente, com práticas e processos de identidade.

Se analisarmos alguns momentos da história de Setúbal podemos corroborar com a afirmação anterior. A ocupação humana remonta à pré-história, havendo vestígios arqueológicos dessa época que indiciam já uma ligação à pesca<sup>21</sup> (Ribeiro, 2004: 86). Avançando para o período da ocupação romana na Península Ibérica, entre o século I a IV, vemos como junto ao estuário do Sado se desenvolveu um importante aglomerado populacional alicerçado na indústria de salga de peixe,

<sup>20</sup> “Os estuários, tal como as lagunas costeiras, podem ser definidos como sistemas aquáticos de transição oceano/continente, que por receberem fluxos de água de origem marinha e pluvial dão origem a ambientes únicos, fundamentalmente determinados por essa mistura de águas.” Souto, 1998:47

<sup>21</sup> “Desde os tempos mais remotos a colheita de peixes e moluscos tem sido ativa nesta baía (de Setúbal), cujas costas foram sempre habitadas por abundante população piscatória” in Marques da Costa, Estações Prehistoricas dos arredores de Setúbal, Lisboa 1910 p 2 (Ribeiro, 2004:86)

que ligava as duas margens do estuário que formavam Cetóbriga (Quintas, 1998: 54). Cetóbriga consolidou-se como o maior centro de salga de peixe de todo o império romano. Aquando do desaparecimento do império romano e com as invasões bárbaras que se seguiram, este núcleo populacional e industrial praticamente desaparece. Mais tarde, com a conquista de Palmela aos mouros por D. Afonso Henriques (1147), constituiu-se a Ordem de Santiago da Espada e Setúbal foi progressivamente repovoada, mas não com as dimensões que outrora tinha tido, ficando a prestar vassalagem a esta ordem. A urbe era à data um pequeno núcleo populacional essencialmente piscatório. A importância desta atividade já era reconhecida em 1249 quando o grão-mestre da ordem de Santiago, Paio Peres, concedeu ao concelho a primeira carta foral (Quintas, 1998). Na época, a pesca aqui praticada tinha no essencial uma feição fluvial/estuarina, incidindo não só no peixe, mas também na apanha de várias espécies de marisco, apesar de em menor quantidade (Quintas, 1998:69). Posteriormente, no século XVI a pesca foi ganhando maior relevo e dá-se início à exportação de sardinha fresca ou em conserva (Ribeiro, 2004:99). No final do século XVIII “o rendimento anual da pesca era de 40.000 cruzados e em meados do século XIX 100.00\$ reis” (Quintas, 1998:81).

Também ligado ao mar e ao estuário, no século XVII em Setúbal começa a crescer a indústria de extração de sal<sup>22</sup>, que se tornou “o tributo mais importante pago pela vila” (Ribeiro, 2004: 99). No século posterior o sal de Setúbal era o mais valorizado na Europa (*ibidem.*). As condições naturais do porto de Setúbal também tiveram o seu impacto no desenvolvimento destas atividades. Nessa época a cidade era um importante centro comercial e marítimo (Quintas, 1998:81) e atraía pescadores de outras regiões do país, nomeadamente da zona de Aveiro. Hans Christian Andersen, que passou por Setúbal em 1866<sup>23</sup>, dá conta de um porto bastante movimentado, que recebia embarcações de outras cidades, tanto do país como da Europa, .

Segundo Maria Quintas, a pesca praticada em Setúbal pouco mudou entre o século XVIII e o início do século XX (Quintas, 1998: 66). A pesca praticada em Setúbal sempre foi muito diversificada, com diferentes tipos de redes e de embarcações, devido à multiplicidade de espécies-alvo existentes no estuário e na costa. Orlando Ribeiro, analisando documentos históricos, afirma que nas águas de Setúbal sempre houve variedade e abundância de peixe porque é um “mar muito abundante em plâncton” (Ribeiro, 2004: 86). A grande mudança nesta e nas demais cidades piscatórias deu-se com a introdução da técnica do “cerco americano; das armações à valenciana; barcos de arrasto” (*ibidem*)<sup>24</sup>, que contribuíram para o aumento das capturas e maior eficácia das operações em todas as costas.

Em 1854, paralelamente com estas novas técnicas de captura que permitiram o crescimento da atividade piscatória e o aumento do volume de pescado, a indústria conserveira começa a

---

<sup>22</sup> Ver Assis, 2006

<sup>23</sup> “Na baía de Setúbal está ancorado um bom número de barcos com pavilhões de vários países e, dispersos, alguns outros de recreio pertencentes a pessoas residentes em Setúbal.” (Hans Christian Andersen, 1971:75)

<sup>24</sup> Sobre este processo Raul Brandão escreveu: “Primeiro os vapores de arrasto revolveram o planalto matando a criação e destruindo os pastos. Vieram logo a seguir as criminosas traineiras, que matam a dinamite, e por último os barcos estrangeiros, que empregam agora o carboneto.” (Brandão, 1928)

desenvolver-se em Setúbal. A urbe foi em 1860 elevada a cidade<sup>25</sup> em resultado do crescimento demográfico e económico que estava a conhecer. Em 1887, na sequência de um pedido real, António Baldaque da Silva elaborou uma planta hidrográfica desta costa e um relatório sobre a pesca marítima e fluvial. Nesse ano já existiam cerca de 10 fábricas de conserva de peixe, em especial de sardinha (Baldaque da Silva, 1887:9). A maioria da população, segundo este autor, estava empregada na pesca ou em atividades similares (*ibidem*). A atividade piscatória, à data, além de ter um importante peso sociocultural, tinha também um importante peso económico, motivo por que o rei solicitou esta caracterização.

Mais tarde, com a escassez de peixe nas águas de França, industriais franceses migraram para Setúbal e com os seus capitais apostaram fortemente nesta indústria (Alho, 2010: 20). A expansão industrial tornou a cidade num pólo de atração para milhares de pessoas do Alentejo e de Lisboa, que se deslocaram para a cidade para trabalhar nas inúmeras fábricas que iam brotando (Alho, 2010:12), transformando-se de “uma comunidade rural e piscatória tradicional” num “centro fabril” (Pulido Valente, 1981:615). Em 1920 a cidade contava com cerca de “130 fábricas e cerca de 10 mil operários” (Alho, 2010:80). De notar que este crescimento exponencial esteve associado sobretudo à Primeira Guerra Mundial<sup>26</sup>. O desenvolvimento desta indústria não se deu de forma isolada. Paralelamente, a pesca na cidade também se desenvolveu de modo a abastecer tantas fábricas. O porto de pesca especializou-se na pesca da sardinha, mas não só. Como Maria Quintas notou no seu estudo histórico, em 1912 cerca de 1725 pessoas estavam dedicadas à pesca da sardinha, organizadas em cerca de 260 barcos (Quintas, 1998:)<sup>27</sup>. Com esta expansão não eram só as fábricas a necessitar de mão-de-obra, mas também os barcos. Ocorreu por uma migração de pescadores de outras localidades de Portugal, nomeadamente do Algarve, Olhão, para Setúbal. É o momento em que se dá um crescimento demográfico e espacial da cidade associada à sua prosperidade económica, que fez com que em 1911 fosse considerada a 3ª cidade do país (Ribeiro, 2004:100).

No virar do século, a malha urbana estava bem demarcada. No centro do povoamento encontrava-se a burguesia e no tecido urbano envolvente espalhavam-se casas das classes mais baixas, sobretudo de pescadores e, posteriormente, das proletárias<sup>28</sup> da indústria conserveira. Com

---

<sup>25</sup> “Mas também pelo movimento e vastidão do seu comercio, devido ao porto de mar por onde anualmente se faz uma considerável exportação de géneros e de produtos agrícolas” (Apud Pedro de Azevedo, Cartas de Criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas, Lisboa 1917 p 39)

<sup>26</sup> Portugal foi um grande exportador de conservas para a alimentação dos exércitos que combatiam nas trincheiras.

<sup>27</sup> Na sua visita a Setúbal, no início da década de 20 do século passado, Raul Brandão assim descreveu o porto de Setúbal: “Em Setúbal, partem todos os dias os barcos para o mar. O movimento redobra. Setúbal e Olhão são os dois grandes portos de pesca. Sardinha - sardinha - sardinha... Esta península da Outra Banda, limitada por duas baías, devia ser um paraíso, pelo seu excecional clima e pela sua luz admirável, e bastante, só ela, para, terra e mar, alimentar duas ou três vezes a população de Lisboa, se terra e mar fossem convenientemente cultivados.” (Brandão, 1928:)

<sup>28</sup> A indústria conserveira empregou sobretudo mão de obra feminina, altamente proletarizada, com condições de trabalho muito precárias e com rendimentos baixos havendo uma discrepância enorme entre os salários dos

os séculos de desenvolvimento da pesca consolidaram-se dois bairros piscatórios distintos, que se formaram fora da muralha medieval que protegia o centro histórico. A formação destes dois bairros não se deveu a uma acaso de desordenamento urbano. Pelo contrário, aos dois bairros correspondiam duas comunidades piscatórias que tinham diferenças estruturais ao nível da origem, organização social e de trabalho. O bairro mais antigo – o Troino –, que se situa na zona norte da cidade, era habitado por pescadores setubalenses e algarvios (Olhão) que no virar do século trabalhavam por contra de outrem, sobretudo nas embarcações de cerco americano (Quintas, 1989:77). Por sua vez, os pescadores das Fontainhas, com origem na zona da Murtosa, Aveiro e Ovar – conhecidos como varinos –, tinham os seus próprios barcos, sobretudo saveiros, e laboravam dentro dos estuários (*ibidem*). Era comum, na primeira metade do século XX, os núcleos familiares serem compostos por um pescador e uma operária fabril, sendo que formavam a classe mais baixa da cidade. A própria localização dos centros fabris denotava isso: situaram-se perto dos bairros tradicionalmente piscatórios, Troino e Fontainhas, bem como do porto de pesca (Alho, 2010:81). Durante o trabalho de campo tive oportunidade de contactar com pescadores mais velhos, que me confirmaram esta paisagem urbana e social: pais pescadores e mães operárias a residir ora nas Fontainhas ora no Troino. O mar e a pesca marcava o compasso quotidiano destas famílias. Se apanhavam peixe os pais e homens da família ganhavam dinheiro e, por conseguinte, as mães e demais mulheres também teriam rendimento, porque nas fábricas só iam trabalhar quando os pescadores traziam pescado. Quando tal não acontecia, as mulheres ficavam em casa sem ganhar nada. Como um pescador me disse: “aí era a dupla miséria, passávamos fome nessas alturas”. De mencionar, que então, a maioria da população de Setúbal estava adjudicada a estas duas atividades económicas: a pesca e a indústria conserveira. Isto dava à cidade um cariz marítimo visto que a população dependia e vivia segundo os ritmos do mar, o mar e o seu peixe definiam a subsistência da maioria da população.

As duas comunidades piscatórias eram naturais rivais e chegavam a ter conflitos. O ambiente onde cada uma das comunidades desenvolvia o seu mister também influenciou as características das mesmas. Na imprensa local, existem descrições que demarcavam estas duas comunidades: os pescadores do Troino eram frequentemente caracterizados como sendo mais rudes por relação aos pescadores das Fontainhas, o que talvez se explique pelas jornadas de trabalho no mar, que eram mais longas – podendo ir até 15 dias – e que fazia com que estes pescadores passassem pouco tempo em casa. Os outros pescadores laboravam nos estuários em águas calmas e iam todos os dias para casa (*ibidem*), estabelecendo mais relação com a família e comunidade onde se inseriam. Maria Conceição Quintas descreveu as características que diferenciavam estas duas comunidades defendendo que os pescadores do bairro do Troino eram mais proletarizados porque não possuíam

---

homens e das mulheres. Tal levou a que no ano 1911, despoletasse uma greve das operárias conserveiras com a reivindicação da redução do horário de trabalho e aumento dos salários. Grupos de grevistas concentraram-se na avenida Luísa Todi e a recém-criada Guarda Nacional Republicana foi chamada ao local da greve e numa ação de repressão assassinou a operária Marina Torres (Arranja, 2011), a quem presto a minha homenagem e às demais mulheres da indústria conserveira que, à época, tiveram forças e coragem para reivindicar os seus direitos.

embarcação própria e trabalhavam por conta de outrem, num regime de exploração (Quintas, 1989:77). As espécies-alvos deste tipo de pesca eram de menor valor económico, como a sardinha, cavala e carapau. Por seu turno, os varinos pescavam espécies mais nobres, o que também lhes permitia maiores rendimentos. A rivalidade e as diferenças das duas comunidades piscatórias espelham-se na própria religiosidade popular. Cada comunidade piscatória desenvolveu uma festa religiosa a duas padroeiras diferentes: a festa da Nossa Senhor do Rosário de Tróia, dos varinos, e a Festa da Nossa Senhora da Arrábida, dos pescadores do Troino. Hoje em dia, apesar de existirem ainda evidências destas duas comunidades, é cada vez mais difícil demarcá-las, não só no espaço, como também a nível sociocultural. Estas duas festas espelhavam as rivalidades das comunidades. Porém, a festa da Nossa Senhora da Arrábida, acompanhando o declínio do número de embarcações de cerco, deixou de existir nos moldes que existira (Pinho, 1990) e há 40 anos que não se realizava com a participação dos marítimos. Como consequência, pescadores do Troino aos poucos foram ingressando na festa da Nossa Senhora do Rosário, que hoje se constitui como a maior festa de pescadores da cidade, esbatendo-se as rivalidades outrora acérrimas. No presente ano, por parte da União de Freguesias de Setúbal, houve a tentativa de revitalizar o círio da Nossa Senhora da Arrábida. A iniciativa, por ter partido de um organismo público, não mobilizou toda a comunidade e nem se realizou da mesma forma que “antigamente”, com acampamento nos areais da Arrábida. Porém, é curioso notar que os barcos que aceitaram participar neste círio foram aqueles que pertenciam à comunidade piscatória do Troino e/ou do bairro dos pescadores, da zona norte da cidade.

No decorrer do século XX, com o crescimento da cidade e o desenvolvimento da pesca, cresceram as necessidades de habitação para pescadores e suas famílias que viviam em barracas em vários bairros da zona norte da cidade. Por isso, durante o Estado-Novo, a Casa de Pescadores desenvolveu um projeto para construção de um novo bairro de pescadores para suprir essa necessidade de habitação da classe piscatória. Todavia, este bairro apenas foi inaugurado em 1970 e aglomerou pescadores vindos de ambas as comunidades. Além disso, as transformações da pesca, quer em Portugal, quer em Setúbal, modificaram as próprias comunidades que deixaram de ter a sua especialização ocupacional tão definida. Vemos, por isso, hoje pescadores das comunidades a trabalhar quer no estuário quer no mar, conforme as artes de pesca que utilizam. Há ainda uma diluição das diferenças entre os bairros, com rivalidades menos notórias.

Apesar da indústria conserveira vir a perder alguma importância nos anos posteriores à 1ª Guerra Mundial, o núcleo piscatório continuou com grande expressão e em 1936, aquando do estudo de Orlando Ribeiro sobre a Serra da Arrábida, Setúbal era o porto de pesca de sardinha mais importante de Portugal (Ribeiro, 2004). Durante o século XX, a cidade de Setúbal transformou-se bastante havendo alguma industrialização e posterior terciarização. Mas a importância da pesca na cidade alargou-se durante o Estado Novo. Porém, à semelhança do que aconteceu no resto do país, a partir dos anos 80 iniciou-se o declínio do setor piscatório na cidade, como adiante irá ser explanado.

Setúbal transformou-se e deixou de ser uma cidade essencialmente piscatória. Os processos de mudanças na atividade relacionaram-se com o crescente número de indústrias na cintura urbana

(mas que hoje também parece estar em declínio) e com a terciarização. A comunidade piscatória manteve-se nos mesmos espaços mas diluiu-se em parte nos diferentes bairros. Na pesca, o trabalho em terra revela-se determinante para a atividade, a zona do porto de pesca é, portanto, a zona de contacto entre o mar e a cidade. Por isso, uma cidade ou localidade com uma comunidade piscatória, que vê plasmada no espaço esta evidência, atividade e, dada a história sumariamente descrita nesta dissertação, o espaço da frente ribeirinha tem hoje essas evidências.

Na maioria das cidades, como Alexandra Baixinho notou, as zonas portuárias constituem-se como locais atrativos e centrais (Baixinho, 2008:15). O porto de Setúbal não constituiu exceção. Foi em torno da frente ribeirinha que se desenvolveram atividades económicas e se fixaram as populações. Como tal, como consequência da relação histórica com o rio e com o mar, hoje em dia no tecido urbano da cidade setubalense junto à frente ribeirinha vemos proliferar infraestruturas que denotam “diferentes inserções urbanísticas, históricas e administrativas” (Costa, 1999:60).

Em Setúbal a presença da atividade no espaço mantém-se, destacando-se a zona da doca de pesca, onde estão as embarcações de pesca profissional, e logo ao lado, a zona de descarga do peixe/ o cais e o edifício da lota, como os espaços piscatórios *per se*. Para além destes locais existem os armazéns e cacifos de pescadores (que diferem essencialmente em tamanho), que guardam os materiais necessários à faina, como redes, chumbos, motores, extintores, agulhas, linhas, anzóis etc. Além disso, estes espaços são locais de trabalhos diversos, nomeadamente no que diz respeito à manutenção das artes de pesca, como cozer, entralhar e safar as redes, organizar material, arranjar eventuais problemas ou avarias etc. Mas também são espaços de convívio, quer quando pescadores, ajudantes ou mestres de terra se encontram aí a trabalhar, quer em convívios organizados com esse fim, como almoços<sup>29</sup>. Na zona envolvente proliferam cafés, que também são importantes centros de convívio ou abastecimento antes e depois de uma ida ao mar. Existem ainda locais como o mercado

---

<sup>29</sup> Tive oportunidade de participar em dois almoços realizados por um grupo de pescadores no corredor dos cacifos. O mestre-terra de um dos barcos convidou-me porque, segundo ele, “não é só ouvir o que nós temos para dizer, tens de aprender a ser como nós, a comer como nós e a estar com a gente”. Por isso, aceitei o convite e juntei-me a pescadores num momento de convívio, informal, onde as conversas entrecruzam as temáticas da pesca com temáticas de foro pessoal. Apesar de afirmarem que devia ser e comer como eles, tinham especial cuidado em dar-me “os melhores copos e talheres”, preocupavam-se se eu gostaria da comida e, de início, tinham bastante cuidado com a linguagem utilizada. Mas rapidamente se soltaram falando daquilo que queriam, por isso, uma das brincadeiras frequentes rondava a afirmação/questionamento das masculinidades, com ofensas mútuas, com comentários jocosos sobre a orientação sexual ou sobre as esposas. Estes almoços são realizados de segunda a sábado pelo mesmo grupo de pescadores, na casa dos 60 anos, aos quais se juntam, por vezes, convidados e amigos. Geralmente o almoço varia conforme o peixe que os barcos apanharam. No cacifo situa-se o fogão e armazenam-se as louças. O pão é comprado diariamente e o vinho quase todos os dias. Conforme a ementa para o dia, pode ou não ser necessário comprar-se algo mais. A conta é dividida pelo grupo, sendo que “os nossos convidados não pagam”. A mesa é improvisada com tábuas e pés e os bancos também. A comida é servida em travessas onde cada um “tira diretamente com o seu talher, não havendo pratos. B. é o cozinheiro e, com mérito reconhecido pela praia, os outros diziam-me “nunca mais vais comer uma massa do caldo tão boa”. Este momento de comensalidade é partilhado por estas pessoas há largos anos.

da lota, ou as inúmeras empresas de venda de peixe, que têm sede neste espaço ou noutros envolventes.

O Programa Polis em Setúbal, na sequência da identificação de uma fragmentação espacial resultante das interações mencionadas anteriormente<sup>30</sup>, impulsionou um plano de reordenamento territorial para esta zona histórica da cidade com o objetivo promover a relação dos setubalenses com o rio: incentivou-se o lazer nesses espaços<sup>31</sup>, criaram-se jardins e áreas de convívio que estão a paredes meias com o universo piscatório, criou-se uma marginal que passa em frente à doca de pesca e aí se espraia, dando lugar a um espaço ornamentado com uma exposição de esculturas de golfinhos<sup>32</sup> e palmeiras (Anexo D, figura), dotado com bancos virados precisamente para a doca onde estão os barcos de pesca profissional. A marginal foi ainda equipada com uma ciclovia que prossegue para os jardins que estão ao lado dos cacifos dos pescadores. Esta marginal tem sido um espaço com diferentes usos, evidenciando-se sobretudo o uso desportivo e de lazer. Também em frente à doca de pescadores vemos proliferar um conjunto de restaurantes modernizados com esplanadas cobertas em que a especialidade é peixe assado, aliás, como na maioria dos restaurantes setubalenses. Estes estabelecimentos por vezes misturam a sua componente moderna, “turisticamente guiada”, com uma vertente tradicional, fazendo disso *slogan*. O nome dos próprios estabelecimentos, como é o caso da Tasca da Fatinha, é disso exemplo. Também existem bares e discotecas nesta rua assim como pequenos cafés. A diversão noturna encontra na zona da doca um dos seus centros nevrálgicos.

Vemos que os espaços historicamente ocupados pela atividade piscatória começam a dar lugar a novos espaços com novos usos e apropriações. Estas diferentes apropriações distinguem-se sobretudo pelo seu carácter de uso lúdico ou trabalho o que, por ventura, pode gerar tensões diretas, como é o caso do estacionamento improvisado para caravanas que ocupa o espaço de entrada no edifício dos cacifos dos pescadores, por exemplo. Portugal atravessou um processo de litoralização. A grande maioria da população (75%) e das atividades económicas concentram-se na faixa litoral. Por isso, novos usos do litoral não são exclusivos de Setúbal. Num quadro internacional de crescimento do turismo, os espaços junto ao mar começaram a atrair a população para estadias temporárias, desde a prática desportiva à balnear. Por isso, Henrique Souto afirma que estes novos usos competem com os tradicionais (Souto, 1998:224), os usos das populações piscatórias, que deixam de ser as únicas a residirem e a concentrarem-se nesta paisagem.

---

<sup>30</sup> “O tecido urbano é marcado por forte fragmentação, inerente à justaposição de estruturas morfológicas de diferentes períodos de crescimento” (Pereira, 2007: 105)

<sup>31</sup> “Criar espaços públicos, funcionalmente diversos, que garantem o aumento da convivialidade dos setubalenses com o seu rio, e fomenta a representação cívica destes através do aumento da dimensão de identidade cultural urbana própria à cidade” (Ministério do Ambiente, 2001)

<sup>32</sup> Golfinhoparade – inicialmente era uma exposição temporária com esculturas feitas por alunos de várias escolas do concelho de roazes-corvineiros, mas devido ao seu sucesso a Câmara Municipal de Setúbal optou por mantê-la. Um dos objetivos desta exposição é a tentativa de promoção da identidade e cultural urbana da cidade utilizando os roazes como um elemento distintivo que valoriza a cidade.

Passando em revista alguns momentos da história de Setúbal e analisando a sua geografia podemos afirmar que as atividades económicas, que promoveram o desenvolvimento do povoamento, estiveram intimamente ligadas ao estuário e ao mar (Quintas, 1998:67)<sup>33</sup>. Aliás, como Falcão Machado disse, o fator marítimo foi preponderante na constituição do “burgo” (Machado, 1951:181) e fez emergir ao longo dos séculos uma classe piscatória que constituía a maior parte da população setubalense (*ibidem*). Estas circunstâncias modelaram a própria organização espacial, social e económica da cidade. Setúbal foi um importante porto de pesca, porto comercial e um relevante núcleo industrial, mas estas atividades sempre estiveram ligadas à sua geografia e meio ambiente: ao mar e ao estuário, que constituíram fontes de recursos que a terra não podia dar. Baldaque da Silva identificou o terreno onde se estabeleceu Setúbal como “pantanosos e impróprio para a fixação humana” (Baldaque da Silva, 1887), sendo pouco fértil<sup>34</sup>. Como vimos, a pesca em Setúbal entre o século XIX e o século XX alcançou grande prosperidade, sendo das atividades económicas, a par da indústria conserveira, que mais relevância tinha na cidade. Hoje em dia o panorama mudou, a pesca perdeu importância e a indústria conserveira desapareceu. Mas há um denominador que se mantém: a frente ribeirinha continuou a ser um local atrativo, onde confluem novas atividades relacionadas com o turismo e o lazer e onde progressivamente a pesca vai perdendo espaço.

## 2.2. *Que pêxe é? Quotidianos da pesca setubalense*

Numa manhã primaveril na rua da doca observo movimentos de pessoas, carros, carinhas e mercadorias. Em frente à doca na marginal e na ciclovia várias pessoas estão a praticar atividade física, está um grupo de senhoras pelos seus 40 anos que todos os dias fazem a sua caminhada matinal, em passada mais ou menos rápida, vão fazendo pequenas paragens para observar os barcos que estão a chegar do mar, umas vezes conversam outras limitam-se a observar. É uma paisagem familiar que desperta sempre atenção mas nem sempre desperta conversa. Ao lado passa um ajudante dos barcos que no seu carrinho de mão leva uma caixa de esferovite com cinco fataças e cumprimenta com um bom dia o grupo de senhoras. Este ajudante tinha vindo dos trapiches onde ajudara a companhia de um barco a desemalhar as fataças da rede e ia colocá-las na lota. Logo em frente, vemos um conjunto de homens uns sentados e outros de pé a conversar. Alguns são pescadores reformados que frequentemente vão para a doca e lota observar os barcos a descarregar e assim mantêm o contacto com a atividade. Outros serão interessados, familiares de pescadores ou de vendedores, não sei. Conversam sobre o Vitória de Setúbal. Quando passa o “ajuda” com as fataças para falar com os senhores e mostra como o barco apanhou tão pouco peixe: “Isto está mau” parece ser a expressão conclusiva entre o grupo, uns encolhem os ombros em

---

<sup>33</sup> Orlando Ribeiro no seu esboço geográfico sobre a Arrábida sumariza esta ideia dizendo que a topografia constituiu-se historicamente como uma vantagem para Setúbal comparando com as povoações vizinhas, Palmela, Alcácer do Sal e Sesimbra: “avanjanta-se-lhes contudo pela situação topográfica: porto fluvial quási à boca da barra, aproveita-se do mar sem temer tempestades; ao mesmo tempo explora as salinas do estuário e dá saída ao tráfico do rio, outrora muito importante.” (Ribeiro, 2004:98.99)

<sup>34</sup> Contudo, tal não quer dizer que em Setúbal não se tivessem desenvolvido atividades agrícolas, desenvolveram-se sobretudo na cintura da cidade para a abastecerem (Ribeiro, 2004:99), porém eram de pouca expressão comparando com população ligada às atividades ligadas e/ou dependentes da pesca.

sinal de concordância. Dirigindo-se à lota acompanho-o e em poucas palavras me diz o mesmo que aos pescadores reformados, que o barco apanhou pouco e “Vamos lá ver o que sobra para mim”. O portão da lota está aberto – como está sempre – e veem-se várias pessoas a circular no cais de desembarque. Um são “ajudas” ou pescadores, outras são amigos e familiares que frequentemente vão ver “que pêxe é”. Mas também estão pessoas curiosas, que não conhecem ninguém no meio e vagueiam a observar os barcos a descarregar, umas tiram fotos outras vão com crianças para lhes mostrar como é a vida piscatória. O portão aberto é um convite, principalmente em manhãs com temperatura agradável e sol. Vão chegando barcos que descarregam o peixe. Também no recinto da lota se encontram pescadores “mestres-terra”, que estão a tratar da “arte grande”: explicam-me que agora para apanharem sardinha vão colocar uma rede com mais braçadas. Ao lado estão dois pescadores a tirar o lixo que ficou agarrado à rede de emalhar. Cada um no seu labor trocam algumas conversas e comentam sobre os barcos que vão chegando e até sobre as pessoas que circulam. Na doca está um barco a ser arrumado e a sua companha salta para os trapiches, os três homens, na casa dos 40/50 anos, trazem consigo baldes, por certo com o seu quinhão. Nota-se o ar de cansaço e dirigem-se em passo lento para terra onde dizem bom dia a quem encontram. O café para onde vão está aberto as 24 horas por dia. Apesar de ser frequentado por pescadores, estes não são o seu único público. Pela manhã os pescadores vão lá comer um bolo e beber um café, outros vão beber uma *mine*, mas também vemos lá vendedores do mercado da lota e de empresas que têm sede nesse edifício. Ao lado desse café, existem outros dois que não atraem tantos pescadores. Mais à direita existem duas tabernas, essas sim frequentadas sobretudo por pescadores, familiares ou amigos e serve-se sobretudo cerveja, salgados e bifanas. Ouço um carro de bombeiros e vejo que está a sair do quartel. O quartel está virado para a doca de pesca e um grupo de bombeiros encontra-se à sua porta. Ao lado começa-se a sentir o cheiro de carvão dos vários restaurantes que aí se encontram. Vejo um “ajuda” a vender peixe a um dos restaurantes: “É fresquinho, veio *même* agora do mar.” – diz o “ajuda”. O responsável do restaurante acaba por comprar o peixe, são salmonetes. Na marginal passa um grupo de ciclistas na ciclovia, são quase 10 pessoas que vão em direção dos jardins. Seguindo a marginal vou até à zona dos cacifos e vejo passarem pescadores com os seus carrinhos com os motores dos botes para ser guardados devido ao risco de roubo. Também trazem no carrinho baldes, roupa, fatos de oleado e “as pescas” – instrumentos utilizados no mar que também não ficam na pequena embarcação. Um pescador diz-me que vai à “praça” vender os choccos diretamente ao vendedor “sempre ganho mais qualquer coisita”, diz-me. Mas antes disso vai ao cacifo tirar o fato de oleado e as botas e vestir roupa de terra. Ao lado dos cacifos estão paradas várias caravanas com turistas que aproveitam para se refrescar e utilizar as casas de banhos do edifício dos cacifos, que estão sempre abertas. Fala-se que a Câmara vai proibir que isso aconteça devido às contestações dos pescadores: “isto é um local de trabalho, eles só empacham a gente”, ouço numa conversa. A marginal prossegue em jardins, praia e esplanadas. Na praia da Saúde ainda se vêem vestígios do antigo estaleiro que ocupava esse lugar, o estaleiro já não existe e a praia está a ser progressivamente limpa para uso exclusivo balnear.

Diário de Campo, 2 de abril de 2015 (com adaptações)

### 2.2.1. Caracterização da pesca em Setúbal: atores, artes e identidades

Existem atualmente em Setúbal dois portos de pesca: o porto situado no centro da cidade junto à antiga ribeira do livramento e o porto da Gâmbia, que fica fora da cidade. Os dois portos diferem pela dimensão e pelo tipo de pesca praticada. No porto de Gâmbia a atividade piscatória é essencialmente de feição fluvial e de pequena escala, enquanto as embarcações do porto de Setúbal operam quer ao nível do estuário quer no mar, ou na interseção dos dois, e existem em maior

quantidade. Também na zona do Faralhão existe um local de acostagem de barcos que ainda é de menor dimensão comparado com o de Gâmbia (ver Anexo B, figura 1). Esta investigação centra-se sobretudo no maior porto de pesca da cidade. O posto de vendagem/lota situa-se junto à doca de pesca (ver anexo B, figura 2) e é lá que é comercializado o peixe de ambos os portos e, também, de aquacultura, apesar de na Gâmbia existir um pequeno posto de vendagem. Em Setúbal a lota – gerida pela Docapesca S.A. – abre pelas 6 horas da manhã e fica aberta até às 5h45 do dia seguinte.

Como vimos, o porto de Setúbal é um porto artificial e que se situa no estuário, numa zona abrigada e protegida do mar. Segundo Diegues, as comunidades piscatórias estabelecidas em estuários são necessariamente diferentes daquelas que se desenvolveram na costa, viradas para o mar (Diegues, 2005:38). O autor defende que as comunidades marítimas são aquelas em que os “pescadores vivem e trabalham num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas” (*ibidem*, trad. minha). Ou seja, vivem condicionadas pelo “mar aberto”, ao contrário daquelas comunidades piscatórias que se desenvolveram nos estuários ou em lagoas, que vivem em ambientes “abrigados”. Por isso, o autor argumenta que as comunidades piscatórias que se estabeleceram em áreas estuarinas não são comunidades marítimas uma vez que essa proteção torna-as menos vulneráveis ao perigo e à instabilidade do mar. Apesar de concordar em parte com este antropólogo, e reconhecer que existem diferenças entre a comunidade piscatória setubalense e as inúmeras comunidades de pesca marítimas que se desenvolveram em portos naturais virados para o mar, não posso aceitar esta oposição tacitamente. Os estuários são ambientes mistos, como vimos, locais de transição. Poder-se-ia dizer que os estuários são portas para o Oceano, são e foram portas para partidas e chegadas de pescadores, mercadorias, marinheiros... Por isso um estuário é também condicionado por uma maritimidade. Além disso, se a comunidade piscatória em Setúbal se desenvolveu num ambiente algo protegido, a maioria dos pescadores setubalenses pesca fora da barra, ou seja, já no oceano. A proteção do porto pouco significa quando saem da foz do Sado dirigindo-se ao mar aberto. É importante notar, ademais, que estes pescadores ao falarem da sua profissão não dizem “vou à pesca”, dizem-no “vou ao mar”. Esta distinção terminológica pode, à partida, não ter grande significado, mas na realidade revela como o mar é que pauta a vida destes homens. Por isso, defendo que em Setúbal a comunidade piscatória é estuarina mas, também, influenciada pela maritimidade. Tem características específicas, mas o mar é o cenário no qual pescadores se projetam e a sombra do perigo e do risco é constante nos seus quotidianos.

Em síntese, a nível histórico a pesca constituiu-se como atividade de importante peso na cidade. Porém, à semelhança do que aconteceu nas restantes comunidades piscatórias do país, nas últimas décadas o setor perdeu expressão com o decréscimo significativo do número de pescadores e embarcações. Como podemos ver através do gráfico, em anexo (Anexo A, figura 2), hoje em dia existem apenas 385 profissionais matriculados na Capitania de Setúbal, dos quais a maioria (293) exerce a sua atividade em águas marítimas. O número de embarcações com licença de pesca ronda as 217, sendo que a maioria das capturas provém da pesca polivalente – cerca de 1713 toneladas –, enquanto a pesca de cerco captura 660 toneladas<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Ressalvo que estes números, apesar de elucidativos, não espelham a totalidade de pessoas que pescam em Setúbal. Muitos fazem-no mesmo reformados e com licenças de pesca desportiva.

Estes dados estatísticos, que pretendem apenas ilustrar mais do que caracterizar, dizem-nos pouco sobre o universo piscatório setubalense e as suas características. Além disso, estes valores baseiam-se nos pescadores matriculados nos barcos e não contam com aqueles que exercem a pesca de forma informal, nomeadamente os reformados, muitas vezes com licenças de pesca desportiva. Uma caracterização da pesca praticada neste porto será sempre insuficiente dada a heterogeneidade da atividade<sup>36</sup>, mas de uma forma redutora poderíamos classificá-la como pesca de carácter predominantemente artesanal, local e costeiro. Apesar de modernizada, ainda tem uma organização de trabalho pouco complexa, baseada nos laços de família e amizade, com uma capacidade de captura reduzida.

Hoje em dia a maioria das embarcações é de pesca local ou costeira e opera dentro do estuário ou até 12 milhas da costa. Esta característica artesanal é evidente ao analisarmos as embarcações presentes na doca: a maioria dos barcos é de madeira e de pequena e média dimensão, até 9 metros, variando o tamanho devido às artes de pesca (ver fotografias Anexo D). O carácter artesanal da pesca não exclui a existência de barcos modernizados e equipados com tecnologia a bordo, como sondas, GPS e sonares (Martins,1999). Houve um esforço de modernização da frota aquando da entrada de Portugal para a CEE, mas, ainda assim, a característica artesanal está bastante presente. A composição das companhias é função do tipo de artes que emprega e da dimensão da embarcação. No entanto, a maioria das tripulações em Setúbal não ultrapassa os 3 a 4 membros, sendo que são marcadamente masculinas. Não raras vezes as companhias são formadas pelo mestre, que é também proprietário da embarcação, e algum familiar ou amigo. Segundo o presidente da Associação da SetúbalPesca, Carlos Pratas, as embarcações de Setúbal pertencem quer aos pescadores quer a armadores.

Os barcos presentes na doca de Setúbal pescam, sobretudo junto à foz do Sado ou no oceano, uma opção que varia conforme o tipo de arte praticada (ver Anexo E). Os pescadores circulam entre essas duas paisagens e muitas vezes não fazem distinção no seu vocabulário destes dois contextos. Tal não quer dizer que não reconheçam diferenças entre ambos. Reconhecem e conhecem as particularidades de cada um e ao qual se adaptam. Porém, a percepção é que o estuário já é “quase mar”, a água do estuário “é salgada, é mar já”. Observe-se que as restrições para pescar no estuário são maiores pelo que nem todos os barcos dispõem das licenças necessárias<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Aqui pretende-se apenas esboçar resumidamente as linhas que desenham os contornos da pesca praticada em Setúbal, uma vez que o objetivo não é fazer uma descrição minuciosa das artes e tecnologias de pesca, das organizações das companhias ou das idas para o mar. Serve o presente subcapítulo apenas para enquadrar o universo piscatório setubalense.

<sup>37</sup> As artes de pesca permitidas no rio Sado são: “Aparelhos de anzol fundeados: Espinel, espinhei, trole ou palangre; Redes de tresmalho fundeadas: Branqueira, Solheira (para a captura de solha e linguado e choco); Toneira ou taloeira e piteira; Covos; Alcatruzes (para a captura de polvos): Amostra, corrico ou corripo; Cana de pesca e linha de mão.” – Portaria n.º 562/90, de 19 de julho - Regulamento da Pesca no Rio Sado

As artes com maior expressão em Setúbal são as redes de emalhar<sup>38</sup>, a arte de covos ou armadilhas<sup>39</sup> e a arte de ganchorra<sup>40</sup> (ver Anexo D). Entre as outras artes de menor dimensão podemos destacar a do aparelho ou anzol e a de cerco<sup>41</sup>. Existem outras pequenas técnicas, como a simples apanha com ou sem anzóis e as toneiras/piteiras.

As artes de pesca podem ser divididas entre passivas e ativas<sup>42</sup>, distinguindo-se estas por exercerem uma estratégia de busca da presa em contraste com as primeiras, que são caladas e mantidas no local. Hoje em dia, as artes de pesca ativas beneficiaram dos avanços tecnológicos, dispondo de aparelhos de deteção do pescado que têm elevada precisão. Pude confirmar, ainda assim, que o conhecimento dos fundos é muito valorizado, pelo que mestres e pescadores “não confiam” totalmente nos “eletrónicos” (Martins, 1999). No universo piscatório setubalense a pesca de cerco pratica pesca ativa, sendo as demais artes passivas, mas todas elas dependem, também, de um conhecimento incorporado, para utilizar o conceito de Bourdieu, que se adquiriu com a experiência na vida do mar.

Os barcos com redes de emalhar são conhecidos na comunidade piscatória por serem barcos “das redes” e conforme a rede que utilizam a bordo (tamanho da malhagem, comprimento e número de panos) as espécies-alvo também variam. Esta heterogeneidade das redes revela uma adaptação à sazonalidade: os barcos utilizam esta estratégia para não ficarem tão dependentes de um conjunto limitado de espécies e, por isso, vão adaptando a arte às espécies mais abundantes em determinados períodos do ano. No que pude observar, estes barcos apanham mais frequentemente choco, polvo, linguado (legítimo, areia e ferrugento), azevias, raias. Os barcos dos covos, que também têm uma grande representatividade na pesca setubalense, apanham sobretudo choco e polvo. Por sua vez, os barcos da ganchorra capturam essencialmente bivalves/marisco. A esmagadora maioria destes barcos faz parte da Organização de Produtores Bivalmar, que proporciona a venda por encomenda em vez de venda no leilão. Esta possibilidade de venda por encomenda permite que as companhias consigam prever o rendimento que vão gerar, desde que consigam apanhar a quantidade necessária para satisfazer os pedidos. Notei que, dos poucos pescadores jovens, a maioria operava nestes barcos. No entanto tive pouco acesso a essa

---

<sup>38</sup> “Método de pesca que utiliza uma rede de forma retangular com um, dois ou três panos, mantidas em posição vertical por cabos de flutuação e cabos de lastros usados isolados ou em caçadas.” (DGRM, 2015)

<sup>39</sup> “Método de pesca pelo qual a presa é atraída ou encaminhada para um dispositivo que impede a fuga. Artes de pesca nas quais os peixes, moluscos ou crustáceos entram e de onde a saída é difícil.” (DGRM, 2015)

<sup>40</sup> “Arte de arrasto de pequena e média dimensão em que a boca é composta por estrutura rígida e o saco é de rede ou constituído por grelha metálica.” (DGRM, 2015)

<sup>41</sup> “Arte de cerco: qualquer método de pesca que utiliza uma parede de rede sempre longa e alta, que é largada de modo a cercar as presas e a reduzir a sua capacidade de fuga. Arte de pesca de superfície utilizada na captura de espécies pelágicas.” (DGRM, 2015)

<sup>42</sup> Artes passivas são desenvolvidas por “Aparelhos de pesca, geralmente imóveis, para os quais os animais se dirigem inadvertidamente ou atraídos por isco. Os covos, as redes de emalhar e os aparelhos de anzol incluem-se nesta categoria.” Artes passivas desenvolvidas por “Aparelhos de pesca, geralmente manobrados por embarcações, que se dirigem até aos animais a capturar. As redes de arrasto e de cerco pertencem a esta categoria.” (Souto, 1998:A2)

companhas e, por isso, não pude explorar os motivos dessa situação. Outros pescadores falaram-me que a vida da ganchorra é “uma vida mais certa”, uma vez que pescam por encomenda com um preço fixo, o que atrai os poucos jovens que ingressam na profissão. Além disso, a nível físico é um trabalho desgastante devido não só ao peso das ganchorras e à sua dificuldade de manejo, assim como por causa das espécies que apanham e que têm de ser escolhidas, separadas e lavadas e, como tal, “rasgam facilmente a pele”<sup>43</sup>.

Em Setúbal já só existem três barcos com a arte de cerco<sup>44</sup>, que são conhecidos pelo termo “rapas”, sendo os maiores da doca, com comprimentos de 12 a 17 metros. A pesca do cerco é um tipo de pesca marítima costeira, que opera na plataforma continental, direcionada para a captura de grandes cardumes de pequenos pelágicos (sardinha, carapau, boga, cavala etc.). Devido à sua dimensão, as companhias têm de 10 a 15 elementos, entre aqueles que laboram a bordo do barco no mar e aqueles que trabalham em terra. Esta pesca é diferente das demais e, segundo geógrafo Henrique Souto, é uma arte de transição entre a pesca artesanal e a industrial: apesar de se orientar a apanha de um volume de capturas consideravelmente maior do que os barcos de pesca artesanal, e já não se realizar num quadro estritamente familiar, ainda tem características que não a colocam no quadro da pesca industrial (Souto, 1998). A sardinha é das espécies mais abundantes da costa portuguesa e é, também, das mais consumidas em Portugal<sup>45</sup>. Direcionando-se para a sardinha e para os demais pequenos pelágicos, com restrições que impossibilitam a apanha em grande quantidade de outras espécies, esta arte é bastante afetada pela sazonalidade. Os períodos mais profícuos ao aparecimento destas espécies vão de abril a agosto/setembro, o que faz com que o inverno seja “longo”. Acresce ainda que os recentes estudos do Instituto Português do Mar e da Atmosfera apontam para a queda abrupta dos *stocks* de sardinhas nos últimos 10 anos (quebra de 70%) e, como consequência, também na linha das políticas da União Europeia, começaram-se a

---

<sup>43</sup> Um pescador de cerco explicou-me que prefere andar nos “rapas” porque o trabalho é mais leve e mostrou-me as suas mãos dizendo “Estás a ver? São mãos de trabalho mas não estão como as de Z. Z. anda cá, mostra lá à menina o que a ganchorra te faz às mãos, rasgam a pele.” – de facto as mãos de Z. estavam cheias de cicatrizes, inchadas e com rasgões recentes. Mãos que denotam um trabalho mais duro. O mesmo pescador de cerco disse-me que “nas redes” é o mesmo, que desemalhar o peixe também deixa as mãos “numa lástima”, convidando-me a reparar.

<sup>44</sup> Quando iniciei o trabalho de campo existiam 4 “rapas” da doca de Setúbal sendo que um deles não ia com regularidade ao mar e nem tinha uma companha fixa. Era uma embarcação algo envelhecida e em visível estado de degradação. O seu estado de degradação conduziu ao seu naufrágio no dia 29 de maio quando pescava ao largo de Tróia, na zona dos Árabes (ver anexo E). O conhecimento do estado do barco fez com que o mestre/dono só saísse com o barco para perto da costa e atento aos sinais apercebeu-se a tempo que o barco estava a naufragar solicitando ajuda. Os quatro pescadores que estavam no barco não ficaram feridos mas o barco foi todo ao fundo não sobrando nada que o proprietário pudesse vender para minimizar a perda da sua forma de rendimento.

<sup>45</sup> Já Baldaque da Silva, em 1891, dizia que “Este peixe, bem conhecido de todos, é o mais vulgar e até hoje o mais abundante em toda a costa de Portugal, e aquelle pelo qual os pescadores mostram maior predileção, porque, sendo facil de apanhar grande número em um único lance, é de um sabor relativo consideravel pelas suas qualidades de conservação e sabor” (Baldaque da Silva, 1891:39).

impor-se quotas e períodos de defeso a esta arte. No ano em que iniciei a presente dissertação, decretou-se um período de paragem para os barcos de cerco, de outubro a dezembro. Durante esse período o Estado deu uma compensação salarial às companhas e barcos. Esta paragem resultou da preocupação direta com os *stocks* de sardinha, que teriam atingindo valores nunca antes observados. De janeiro a março houve o defeso da sardinha, período em que não se pode pescar esta espécie sob o risco de multa, apreensão do peixe e de perda da licença. Tal fez com que a situação da pesca de cerco fosse este ano ainda mais “sufocante” para o setor.

Como vimos, em Setúbal desenvolveu-se uma indústria conserveira associada a uma importante frota de cerco essencialmente direcionada para captura. As traineiras emblemáticas do porto da cidade e, hoje em dia, apesar de só existirem 3 traineiras, o universo da pesca é sempre referenciado tendo em conta estes três barcos. Na lota o termo de comparação é, invariavelmente, feito a partir das “rapas”, questiona-se onde foram, se pescaram, se não, ou o que teriam pescado.

Os botes, tipo de embarcação que existe no barlavento algarvio e na costa mais a sul, em Setúbal e Sines (Lopes, 2008:120), abundam em Setúbal (ver Anexo D, figura 3). São muitos semelhantes à aiola de Sesimbra, mas menos estreitos e com a proa mais baixa. As aiolas existentes em Setúbal são comumente denominadas botes, mas os pescadores reconhecem as suas diferenças. Estes botes podem apanhar diferentes tipos de peixe de acordo com as técnicas utilizadas, sendo a mais frequente a piteira/toneira para a captura de chocos e polvos. Muitos deles são manobrados por antigos pescadores, que vêm nesta atividade um complemento às suas baixas reformas<sup>46</sup>. Em geral um só pescador opera no seu bote podendo, no entanto, ir à pesca com outros companheiros, mas cada um no seu. Há, todavia, uma competição entre os pescadores dos botes, pelo que “fogem” uns dos outros, porque “é tudo uns em cima dos outros e ninguém apanha nada”<sup>47</sup>. É uma atividade que exige menor esforço físico e menor investimento, o que a torna uma opção viável para estes antigos pescadores, que também devem colocar o seu peixe em lota, mas muitos não o fazem e vendem-no diretamente a intermediários. Os botes são as embarcações que mais abundam na doca e pertencem não só a pescadores reformados, mas também a pescadores no ativo que por vezes aproveitam para nele ir pescar quando o barco onde estão matriculados não vai. Além de botes existem as pirogas e saveiros que operam também no rio Sado e utilizam ou arte de toneira ou a de tresmalho.

---

<sup>46</sup> Em Sesimbra verifica-se o mesmo e Luís Martins associa este fenómeno à crise económica: “Alguns pescadores, já reformados e mesmo com condições físicas debilitadas, voltam a pescar nas pequenas aiolas, sob capa de ‘pesca lúdica’, para poderem ajudar os descendentes, desempregados e/ou com rendimentos muito baixos, por força das crise económica que Portugal atravessa” (Martins, 2013:173)

<sup>47</sup> Contaram-me dois pescadores reformados que vão todas as noites pescar nos botes e que cada vez há mais e, por isso, andam todos atrás uns dos outros para ver se encontram o melhor lugar para pescar. A competição pelos melhores lugares de pesca não é uma novidade, já Martins descrevera em relação às traineiras poveiras (Martins, 1999), contudo, em Setúbal esta problemática emergiu mais em relação àqueles que andam aos chocos.

O critério de recrutamento das companhas varia, mas em todas as artes há uma preferência para os laços familiares e de amizade<sup>48</sup>. Porém, hoje em dia, com as mudanças do setor e inserção no sistema de mercado<sup>49</sup>, este já não é o cenário único, pelo que o mais frequente é o recrutamento fora da casa e da família (Martins, 1999:243). Nos barcos da arte de cerco o recrutamento ocorre sobretudo fora da família e os critérios de amizade já não são os determinantes. A dificuldade económica que os “rapas” atravessam faz com que poucos pescadores queiram ingressar neles, principalmente no período de inverno. As companhas são constituídas por homens que se situam na faixa etária dos 40-60 anos, existindo poucos jovens a praticar esta profissão<sup>50</sup>. Os jovens que ainda a exercem constituem a exceção. As dificuldades que o setor atravessa, bem como as mudanças nos modos de vida, contribuíram para que esta se tenha tornado uma atividade pouco atrativa. A reprodução social dos pescadores que era assegurada, até à poucas décadas, pelas próprias famílias, já não acontece. Pescadores admitem não “desejar” isso para os seus filhos. Os testemunhos de pescadores e outras pessoas do setor vão ao encontro do que os dados estatísticos nos dizem: nas últimas décadas decresceu o número de pescadores, não havendo jovens a iniciar-se nesta profissão e, como consequência, a população piscatória envelheceu drasticamente. Os meus interlocutores reforçavam a ideia de que a pesca não atrai jovens e que eles próprios só continuam a atividade por não terem outra alternativa. Este problema não é também exclusivo da comunidade piscatória setubalense uma vez que já em 1987 Carlos Moreira descrevia a população piscatória portuguesa como sendo “predominantemente adulta”, mas com uma percentagem então considerável de pescadores com 65 ou mais anos (Moreira, 1987:272). Por isso, a maioria dos profissionais já reformados ainda exerce alguma atividade na e/ou relacionada com a pesca, ajudando a suprir a falta de mão de obra. Simultaneamente, continuar a trabalhar, apesar da reforma, representa um complemento de rendimento e uma ocupação, uma vez que vários admitiram-me que “não sabem estar em casa”.

À semelhança do que acontece na maioria dos portos de pesca marítima em Portugal (Moreira, 1987:268), a comunidade piscatória setubalense é marcadamente masculina. As companhas dos barcos, salvo pequenas exceções, são compostas maioritariamente por homens de idade adulta entre os 35 e os 54 anos (INE, 2014:17). O trabalho em terra, que está relacionado com a manutenção do material e preparação para a próxima saída ao mar, é também ele feito, ou pela companhia dos barcos, ou pelos mestres-terra ou, ainda, por “ajudas”. Este cenário difere do que acontece na Azenha do Mar (Mendes, 2013: 113), ou em Vila Chã (Cole, 1994:64), onde as mulheres ganham destaque e importância na vida do mar e pelo suporte que fornecem em terra como auxílio

---

<sup>48</sup> Ver Acheson, 1981:279, o autor aborda das diferentes formas de recrutamento.

<sup>49</sup> “As modalidades de recrutamento e composição das companhas, em contexto de passagem de uma forma de organização centrada na família e no idioma da amizade para uma outra que, na aparência, constitui uma adaptação aos mecanismos de desenvolvimento urbano e aos dispositivos de mercado.” (Martins, 1999:243)

<sup>50</sup> O mestre “Manel do rapa” compara o universo piscatório de Setúbal com o de Sesimbra dizendo que lá “há malta nova porque é uma vilazita, não há mais nada, para onde iam trabalhar? Aqui a malta nova pode ir trabalhar para a Secil, para a Lisnave, para a Autoeuropa, tendo estas hipóteses quem é que quer vir para a pesca? Os miúdos que trabalham aqui comigo é porque não têm mais nada.”

na preparação dos utensílios do mar. Quando questionados sobre a existência de pescadoras, muitos dos meus interlocutores encaminhava-me gentilmente para a Gâmbia: “Queres conhecer pescadoras vai lá, lá há montes”. De facto, a única pescadora com quem tive oportunidade de travar uma breve conversa era da Gâmbia e tinha ido à lota pôr o peixe, com o marido que é também seu camarada<sup>51</sup>. Nesse momento ouvi alguns comentários marcadamente machistas troçando do nome do barco (Joaninha, nome da pescadora). A pescadora, talvez habituada a este tipo de ditos, não se revelou incomodada, sorriu e rapidamente começou a pesar o seu peixe.

As mulheres desta comunidade em geral ocupam os lugares de vendedoras do peixe. Pelo que a presença feminina no terreno da lota ou da doca emerge sobretudo quando, enquanto intermediárias/comerciantes, vão ver os barcos que estão a descarregar. Por vezes há também a presença de familiares. As familiares do sexo feminino dos pescadores desempenham diversificadas profissões em diferentes ramos do setor primário ao terciário. Porém, é comum os pescadores possuírem na família mulheres “que têm uma pedra na praça”, ou seja, mulheres que comercializam peixe nas praças do concelho, em peixarias ou em carrinhas ambulantes. Nestas famílias há uma complementaridade de profissões e muitas vezes, o peixe pescado pelos homens é diretamente comercializado pelos familiares sem passar pela lota, contribuindo para o crescimento do lucro para todos.

Afirmar a masculinidade deste universo não significa desprover as mulheres de ação e influência no meio. Os pescadores depositam nas mulheres das suas famílias (mães e/ou esposas) a gestão da economia doméstica e, até, profissional, aconselhando-se quando há problemas a bordo ou quando pensam em mudar de barco. Apesar destas mulheres não irem ao mar nem ajudarem com apetrechos, frutos das vivências e conhecimentos do meio, são pessoas que também vivem os ritmos que o mar impõe e que fornecem o suporte na vida de pescadores.

A organização da companhia depende do tipo de arte praticada na embarcação e, na maioria dos casos, há hierarquias que resultam da experiência e da capacidade do pescador. Frequentemente o mestre labora com um ou mais camaradas. Tal como acontece um pouco por todo o mundo da pesca artesanal, o rendimento dos pescadores depende das capturas e da divisão dos lucros (Acheson, 1981:278) o que, por sua vez, depende da “divisão do trabalho” (Mendes, 2013:119). Por isso os pescadores não têm um rendimento fixo (van Ginnkel, 2013:17). Este modo de rendimento denomina-se de sistema de partes (em inglês, “share system”)<sup>52</sup> e permite, segundo Acheson, “espalhar” os riscos da pesca (*ibidem*). Nem sempre os pescadores detalhavam como funcionava o sistema de partes nas suas companhias mas pude averiguar que o mais frequente era o mestre ganhar duas partes e os restantes camaradas uma parte ou parte e meia. As embarcações de

---

<sup>51</sup> No entanto, conheço alguns casos de mulheres de pescadores que vão esporadicamente ao mar, ou quando há necessidade de força de trabalho, ou quando estão de férias ou desempregadas. Porém, é uma exceção.

<sup>52</sup> Van Ginnkel descreve o sistema de partes da seguinte forma “The catch is sold to the market, for exemple in an auction. It fetches a certain amount of money (the gross revenues). Variable operational costs, for instance for fuel, lubricants, insurances and commissariat are subtracted from this sum of money. This results in a net revenue, which is divided between the boat (meaning the owner or the owners) and the crew, according to some predetermined ration, the “shares”.” (van Ginnkel, 2013:17)

cerco têm uma organização diferente visto existir não só o mestre, como o motorista, o responsável pelo motor, o chateiro, que recebem mais do que os camaradas com tarefas tidas por menos especializadas<sup>53</sup>. Apesar de haver diferenças entre embarcações e de companhia para companhia, o rendimento dos pescadores de Setúbal, na sua maioria, é proporcional às vendas que o barco faz, sendo que o rendimento é totalmente incerto, podendo até ser nulo caso o barco não tenha boas capturas. Esta instabilidade afeta as percepções que os pescadores têm sobre a profissão, sobre a qual revelam um *misto* de orgulho no seu mister e uma tristeza por esse carácter de incerteza. Como o rendimento depende das capturas os mestres a quem são reconhecidas boas capacidades têm, frequentemente, mais interessados em ingressar nas suas companhias que outros considerados menos capazes. A competição é, por isso, muito frequente. Por isso é comum que os melhores pescadores procurem os melhores barcos (Acheson, 1981:278). Sendo assim, as companhias variam bastante, causando instabilidade no trabalho. De mencionar que as diferenças entre os praticantes de cada arte são reforçadas pelos próprios pescadores pelo que, como Moreira argumenta, existe uma “diferenciação profissional” (Moreira, 1987:297) uma vez que cada arte tem uma organização de trabalho específica que condiciona ritmos e horários e, também, estilos de vida e formas de relação entre a companhia.

Todos os barcos têm a figura do mestre. O mestre é aquele que conduz o barco e decide onde, como e quando pescar. Ele encontra-se no topo da hierarquia da companhia e é o que mais recebe. Quer dizer, a sua percentagem do lucro é a mais elevada. Quando um pescador é proprietário de uma embarcação, por norma, é este o mestre. Porém, quando isso não acontece o mestre é convidado pelo armador. O mestre é uma pessoa que, por mérito, conhecimento e experiência, chegou a este estatuto. De ressaltar que necessita de ter uma cédula marítima de mestre para poder ser assim matriculado<sup>54</sup>. Em geral o mestre é um pescador que através da experiência e também da transmissão de conhecimentos desenvolveu as capacidades para governar um barco (Moreira, 1987:316). Há também alguns casos frequentes de mestres que chegaram a esse estatuto por via de relações familiares ou de amizade. Porém, a experiência, que se traduz em conhecimento, é determinante no universo piscatório em Setúbal e é na figura do mestre que se “aloja” esse conhecimento (Diegues, 2005:40)<sup>55</sup>. Paralelamente, as responsabilidades do sucesso ou

---

<sup>53</sup> No entanto, na traineira que acompanhei mais de perto os camaradas explicaram-me que quando a venda é muito baixa “todos ganham por igual, como se todos fossem camaradas”. Explicaram-me que no período do inverno foi quase sempre assim e, inclusive, um dos camaradas que tem a carta de mestre e é o mestre matriculado na embarcação, embora não o seja na prática, disse-me que “ser mestre já não compensa, é só chatices”, na sequência da conversa sobre os rendimentos de cada um.

<sup>54</sup> Nem todos os mestres têm cédulas e, como tal, tive conhecimento de barcos cujos mestres matriculados não correspondiam aos mestres *in facto* das companhias.

<sup>55</sup> Numa das traineiras que tive oportunidade de acompanhar, o mestre e dono do barco estava a transmitir os seus conhecimentos ao seu genro (“é o filho que nunca tive”). Porém, várias vezes disse-me que “ele ainda não está preparado, é aos poucos, não é de um dia para o outro que se aprende a governar um barco. Eu ando há 50 anos ao mar e ainda aprendo! Ele está a aprender comigo, quando eu tiver a certeza que já está pronto eu

fracasso de capturas são atribuídas ao mestre e, por isso, com alguma frequência os mestres deixam barcos e ingressam noutros, quando os barcos atravessam períodos de crise. No fundo, são mediadores (Maldonado, 1988: 263) a quem é reconhecido o mérito e a experiência, mas também a quem se confia e atribui responsabilidades<sup>56</sup>. Mas, além das capacidades técnicas, o mestre deve ser uma pessoa com carisma que entenda do mar e que saiba construir uma boa relação com a sua companhia. Já Pálsson evidencia como, apesar do mestre necessitar de uma companhia disciplinada, também precisa de ser amigo de quem consigo trabalha (Pálsson, 1994:913)<sup>57</sup>. Esta forma de relação pode influenciar as relações de solidariedade. Nesta medida, citando Martins, “o bom mestre (...) concilia as faculdades técnico-cognitivas e as qualidades morais” (Martins, 1999:254). Num barco de cerco, que mudou recentemente de mestre, os tripulantes criticam frequentemente a rigidez do novo mestre, acusando-o de falar pouco com os seus camaradas e de “não ser amigo da companhia”<sup>58</sup>. Por isso, este mestre “vai sempre sozinho, nós vamos todos lá em baixo, ele é cão para a gente e nós somos para ele”<sup>59</sup>, mostrando como a relação de amizade entre a companhia e o mestre está ausente.

Na comunidade piscatória setubalense não há uma forte presença de coletivos associativos ou organizacionais. No meu tempo de estadia no terreno quando perguntava aos pescadores sobre associações, organizações e/ou sindicatos, com frequência me diziam que “aqui não há nada, não é como no Norte”. Mas depois de tentar aprofundar esta questão acabavam por falar em duas Organizações de Produtores: a Sesibal – organização de produtores de barcos de Cerco – e a Bivalmar – organização de produtores de barcos da ganchorra, que desempenham um importante papel, principalmente no escoamento dos produtos. A Sesibal, criada em 1986, é uma O.P. que agrega barcos de Sesimbra, Sines e Setúbal. Tem sido uma associação com uma postura bastante interventiva e reivindicativa dos direitos dos pescadores, sendo das organizações da região que tem maior visibilidade na comunicação social. A Sesibal destina uma parte das suas capturas ao fabrico

---

saio...” Este caso demonstra como os laços de família são importantes mas, sobretudo, como o conhecimento da pesca não se adquire facilmente, é um processo moroso que depende sobretudo da experiência.

<sup>56</sup> “Within the familiar, autonomous and simple universe of artisanal fishing, the captain is characterized as absolutely responsible for, and the patron of, the boat's and its crew's destiny, the mediator between the land and the sea world, and guardian of his society's secrets.” (Maldonado, 1988: 263)

<sup>57</sup> “A good skipper needs a disciplined crew, but he also needs to be a friend of those who work with him. During fishing trips, the relationship between skipper and crew tends to be authoritarian and rigid, but when they reach harbour they often ‘loosen up’, shifting to a more informal gear.” (Pálsson 1994: 913)

<sup>58</sup> Nesta companhia houve tensão em relação ao quinhão dado pelo mestre aos camaradas. Muitas vezes o mestre não dava quinhão ou, então, escolhia e pesava o peixe a ser distribuído pela companhia. Tal gerou uma onda de revolta e os camaradas juntaram-se e foram falar com R., o dono do barco. Orgulhosamente disseram-me que “R. concordou com a gente. O quinhão é um direito que temos. Ele até sabe que vendemos o quinhão pelo menos para dar para a aviação e para o tabaco. Para nós o quinhão era crise e depois para os pedinchões era baldes cheios”, contou-me L., com a corroboração de outros camaradas. Desde então os pescadores dessa companhia têm sempre o seu quinhão, que generosamente queriam partilhar comigo.

<sup>59</sup> Contou-me L., um membro da companhia.

de conservas de marca própria<sup>60</sup>, que são produzidas numa fábrica de conservas da Póvoa do Varzim, uma vez que em Setúbal já não existem fábricas (ver Anexo D, figura 29).

Além das organizações de produtores, existem duas associações: a Setúbal Pesca, associação de pescadores que laboram sobretudo nos barcos das redes, nas ganchorras e nos covos e a Família do Mar. De mencionar que a SetubalPesca é uma associação ao qual a maioria dos pescadores de Setúbal estão afetos e o seu trabalho consiste em auxiliar os barcos associados nas questões burocráticas relacionadas com licenças, seguros etc. ou prestar apoio social. A associação Família da Pesca tem a sua ação mais dirigida à comunidade piscatória das Fontainhas e organiza a Festa da Nossa Senhora do Rosário de Tróia, uma celebração dos pescadores de Setúbal. Pelo que me foi dito nenhuma organização sindical está atualmente presente em Setúbal, mas tal não quer dizer que alguns pescadores não sejam sindicalizados<sup>61</sup>.

### 2.2.2. A lota: Ambiente, trabalho e quotidiano

O “ajuda” M. mal vê o barco a passar a barra vai ao edifício da lota buscar o carrinho e as caixas necessárias. Quando o barco chega ao cais de desembarque já lá está M.. O barco encosta-se à muralha e lança uma corda para o prender e M. encarrega-se dessa tarefa. Este barco traz o peixe dentro de celhas pretas. A companhia é composta por três pescadores e um deles é o dono e mestre. Um salta para as escadas e o outro, a bordo do barco, passa-lhe as celhas que o primeiro, por sua vez, passa para M. que vai despejando o conteúdo nas caixas. A divisão do peixe é feita por espécies e tamanhos e o olho treinado de M. ajuda-o a executar essa tarefa rapidamente. As caixas de chocos ficam por baixo, por cima coloca-se as caixas de polvo e posteriormente as de linguados. O barco apanhou cerca de 12 caixas, sobretudo de choco. Após a descarga M. leva o carrinho para o edifício da lota para a zona de pesagem do pescado. O mestre e dono do barco acompanham-no. Chegados à balança o mestre supervisiona a divisão que o “ajuda” fizera aquando da descarga, vê se os tamanhos estão bem distribuídos e divide o choco em mais caixas. Quando é a sua vez de pesar diz o número do barco e o funcionário da lota anota-o no computador. A pesagem é feita pelos funcionários da lota. Um está no posto de venda e o outro na balança a coordenar a pesagem e a colocar o gelo e as caixas em pilhas. Ao pescador e ao “ajuda” cabe a tarefa de colocar o peixe em cima da balança. O peixe, à exceção do choco, é colocado em cima da balança e posteriormente é colocado na caixa e é tapado com gelo. Quando chega a vez das caixas com o choco o mestre olha e tira um e lança para trás do posto de venda e faz sinal a M., que acena com a cabeça. É o seu pagamento pela ajuda. Depois prosseguem a pesagem. No choco não colocam gelo “o gelo tira a tinta ao choco, menina”, dissera-me o pescador. O choco era de tamanho 1 e por isso de menor valor comercial, por isso o mestre tirara dois chocos de tamanho 1 e misturara-os na caixa dos chocos de tamanho 2. Os funcionários observam mas não chamam à atenção do mestre.

Diário de Campo, 26 de janeiro de 2015 (com adaptações)

O universo piscatório espraia-se em diferentes espaços e muitos deles estão lado a lado com outras atividades que começam a dominar a frente ribeirinha<sup>62</sup>. A lota e a doca são espaços centrais

<sup>60</sup> A marca Sesibal tem como slogan “Produto artesanal, do mar ao consumidor” e disponibiliza conservas de sardinhas, ovas de sardinha, petingas, carapaus e cavalas em azeite, óleo ou tomate.

<sup>61</sup> “Nós corremos com o sindicato daqui!”, diz-me B., lamentando-se que “não somos como no norte”.

<sup>62</sup> Ver fotografias no Anexo D que demonstram como são os espaços mencionados.

na atividade piscatória em terra. A rotina naquela é sempre semelhante a esta descrita no segundo dia do diário de campo. Os barcos chegados do mar e trazendo peixe têm de se dirigir à lota. Por lei<sup>63</sup>, todas as embarcações de pesca profissional têm a obrigatoriedade de fazer a descarga do peixe em lota, mesmo quando já possuem contrato com comprador. Tal obrigatoriedade faz com que a maioria dos barcos se dirija ao cais de desembarque quando regressam do mar. Na lota o dia tem diferentes momentos, influenciados, em parte, pelos ritmos e ciclos da faina marítima. Esta, por outro lado, também é influenciada pelo horário da lota, principalmente o horário do leilão, que é bastante contestado por condicionar alguns horários dos barcos.

O espaço da lota é frequentado por diversos atores que vão marcando a sua presença de forma quase diária. De manhã existem três grupos mais relevantes que estão sempre presentes: os funcionários da lota, os “ajudas” dos barcos e os próprios pescadores. Os funcionários da lota são três, à exceção do responsável da empresa e da secretária, que raramente marcam presença nos espaços destinados ao desembarque do peixe. Existem também os “ajudas”, homens sobretudo com 40 ou mais anos, cuja função é auxiliar os barcos quando chegam do mar. Os “ajudas” são pessoas que na maioria das vezes têm ou tiveram familiares e/ou amigos relacionados com a pesca e, não tendo nenhum trabalho fixo em terra ou no mar, tentam retirar algum rendimento no auxílio dos barcos. É um trabalho com carácter meramente informal, que está rotinizado, não havendo quem fale sobre ele. O trabalho é pago em géneros que, posteriormente, podem ser vendidos em lota. Apesar de ser um trabalho informal, a Docapesca permite que os “ajudas” vendam em seu nome na lota. De uma forma geral cada “ajuda” tem barcos fixos aos quais prestam auxílio e tal é acordado informalmente com os pescadores. Pode haver situações de tensão se um “ajuda” for auxiliar o barco de outro. Não são pescadores mas, devido ao seu contacto diário com a atividade, adquiriram conhecimento e experiência já incorporado, tendo performances similares aos pescadores: comportam-se e falam como pescadores, mostram conhecimento do meio ecológico, das estratégias de cada barco, das dificuldades e rivalidades entre eles. São aqueles que passam mais tempo na “muralha” e que acabam por contactar todos os atores envolvidos no universo piscatório em Setúbal. Um dos “ajudas”, Z., é também funcionário da lota, mas só durante o período noturno. É aquele que tem maior conhecimento da atividade piscatória e o que consegue tirar maior proveito desse trabalho informal, porque não só ajuda um maior número de barcos na descarga, como também levanta as “marés” – o dinheiro resultante da venda de peixe – e ajuda com as redes e ganchorras. Z. é o “ajuda” mais proeminente que está a par de tudo o que se passa no meio piscatório e usa essas informações a seu favor<sup>64</sup>. Os restantes “ajudas” ambicionam ter a capacidade de Z. e dois deles seguem-no e ouvem-no como se fosse um modelo a seguir. Dos “ajudas”, três deles constituíram-se como informantes-chave que contextualizavam tudo o que se passava na lota e colocavam-me em contacto com diferentes pessoas.

---

<sup>63</sup> Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril

<sup>64</sup> Dois irmãos de Z. também são “ajudas”. Não se falam devido a “problemas de trabalho”, disse-me Z. Provavelmente devido a disputas no trabalho. Todos comentam como Z. é o “homem que mais dinheiro faz nesta lota”.

As idas para o mar ocorrem, na maioria das vezes, à noite, logo após a hora de jantar, ou de madrugada, dependendo das artes de pesca que encerram em si diferentes ciclicidades conforme a espécie-alvo a ser capturada o que depende, também, da época do ano e do estado do tempo e das decisões do mestre. Mas de uma forma geral os barcos vão para o mar no período da noite e chegam para a descarga no período da manhã. Os primeiros barcos a chegar à lota são, em geral os botes, com técnicas como a toneira, que vão para distâncias mais curtas. Quase ao mesmo tempo chegam os “barcos das redes”. Os barcos com armadilhas (covos) costumam chegar pouco depois dos barcos das redes. Mais perto da hora de almoço chegam os barcos com as artes de cerco. No entanto um deles costuma ter um horário diferente, chegando a maioria das vezes mais cedo do que os outros. Depois do almoço costumam chegar os barcos da ganchorra. De mencionar que nem sempre se cumpre esta ordem porque existem muitos fatores, externos e internos, que podem afetar o tempo no mar.

Ao entrar na doca os barcos dirigem-se imediatamente para a zona de descarga. Encostando o barco à muralha e prendendo-o, a companhia descarrega o peixe que vem em celhas, baldes ou nas caixas da Docapesca. Se o peixe não vem nas caixas os “ajudas” trazem-nas e fazem logo ali uma divisão provisória do peixe. Depois colocam as caixas no carrinho e levam-nas para dentro do edifício da lota, para a zona de pesagem do pescado. De forma geral, é no momento da pesagem que se divide de forma definitiva o peixe. Na tarefa de pesagem encontram-se pescadores, funcionários da lota e “ajudas” (ver Anexo D, figura 13). Os “ajudas” cooperam muitas vezes entre si e mesmo quando é um barco de outro “ajuda” há a tendência de auxiliar, se a relação entre os dois for pacífica. À medida que o peixe é pesado as caixas vão sendo empilhadas e posteriormente o funcionário desvia-as para junto das outras que, em seguida, com o auxílio do empilhador, são colocadas na arca refrigeradora. Após a pesagem o pescador responsável aguarda que seja impresso o recibo com o peixe que foi colocado em lota. Este recibo tem discriminado, a espécie, peso, barco e arte de pesca (ver Anexo C, figura 4). Este papel é importante para o pescador entender quantos quilos apanhou. Porém, somente após a venda é que sabe quanto isso irá equivaler em dinheiro. Até à venda o rendimento é sempre uma incógnita, devido à flutuação dos preços. Este processo repete-se durante toda a manhã.

Em relação aos barcos de pesca de cerco, a dinâmica é um pouco diferente devido ao volume de capturas. Quando o barco chega também encosta à muralha e, com a ajuda do guindaste do próprio barco, as dornas são colocadas em cima desta (ver Anexo D, figura 25). Enquanto esta tarefa é realizada por alguns membros da companhia outros vão buscar o empilhador para levar as dornas para dentro da lota. Entretanto outros membros da companhia tripulação já montaram as mesas onde irão fazer a escolha do peixe, uma tarefa que é feita pela companhia e/ou por “ajudas”. As dornas ficam abertas atrás dos pescadores que, com um cesto de plástico, vão retirando o peixe e colocando espalhado em cima da mesa (ver Anexo D, figura 14). Em cada mesa trabalham dois pescadores ou “ajudas”. Espalham caixas pelo chão para onde vão mandando o peixe. É uma tarefa que executam com facilidade e rapidez. Depois do peixe estar escolhido as dornas e as mesas são lavadas. As caixas são encaminhadas para a pesagem e o processo segue o mesmo curso que antes descrevi.

O trabalho em terra tem uma importante componente de interação social porque a prática da atividade piscatória alicerça-se, também, na conversa com partilha e troca de experiências e saberes. Através do interesse dos interlocutores em falar e ouvir e por meio da identificação mútua, as conversas são o motor das sociabilidades e têm um papel determinante no modo de vida de pescadores. Por isso, durante a estadia no terreno raras vezes tive oportunidade de observar um pescador ou mestre-terra a entralhar as redes sozinho sem que alguém fosse lá interagir e ver o trabalho de outro, ou pescadores a descarregar e pesar o peixe sem ter olhares curiosos e interessados sobre si.

Durante a manhã o espaço exterior da lota é muito movimentado. Há sempre pessoas ligadas à atividade que aguardam a chegada dos barcos, familiares, amigos ou curioso que vão ver a descarga do peixe. Também é muito comum ver pessoas com dificuldades socioeconómicas tentar a sua *sorte* pedindo peixe aos mestres dos barcos ou tentando apanhar algum peixe que caiu ou que o próprio pescador não vende, por estar pisado, por exemplo. A chegada dos barcos marca o compasso da manhã. Nas pausas entre as chegadas dos barcos conversa-se sobre vários assuntos. Os “ajudas” estão sempre a observar o mar e a ver “quem vem aí” e a tentar adivinhar se os barcos trazem ou não muito peixe. O leilão do dia anterior é frequentemente comentado, conversa-se bastante sobre o preço do peixe e sobre o sucesso ou não dos barcos. Desenvolvem-se teorias acerca das razões por que um barco apanha mais do que outro, evocando-se a sorte ou o azar. Crê-se na sorte e no azar, mas também nas boas ou fracas capacidades das companhias, características são essenciais para o sucesso da pesca. Mas também se critica a forma como o sistema económico e político estão organizados, que na perceção desta comunidade não favorecem em nada a prática da atividade. Discutem-se as políticas que “não ouvem quem percebe disto”. Falam das vidas pessoais de cada um. Afirmam-se as masculinidades com o questionamento da virilidade dos outros. Comenta-se o estado do tempo e se permitiu ou não os barcos pescarem. Recordam-se tempos passados e projetam-se futuros. Fala-se de um presente incerto quer ecologicamente, pois “o tempo não deixa, só vaga” ou “o peixe não aparece, está escondido no fundo”, quer economicamente, pois “os lambões compram e vendem ao preço que querem”. Tudo surge no espaço da lota e da doca e é comentado por “ajudas”, pescadores, funcionários e outras pessoas ligadas ao meio. Os diálogos prosseguem, mudam rumos, mas os olhos estão sempre no mar. A sensação de instabilidade e incerteza são constantes nestes quotidianos, não há certezas.

À tarde o cenário é diferente: a zona da lota e da doca são menos movimentadas no que respeita à atividade piscatória. Alguns barcos chegam do período da tarde e descarregam em lota, principalmente os barcos da ganchorra. Também alguns pescadores do porto da Gâmbia vão colocar o seu peixe à lota nesse período. Além disso, é frequente na “muralha” ou nos armazéns pescadores ou trabalhadores de terra dedicarem o período da tarde à manutenção dos seus apetrechos de pesca. Também alguns barcos, principalmente aqueles que operam no estuário, saem para a faina durante esse período, se a maré assim o permitir. Porém, de uma forma geral durante a tarde é quando a vida piscatória tem menos dinâmica no porto de pesca de Setúbal.

No final da tarde e início da noite o movimento regressa à lota e à doca. Na doca preparam-se as saídas para o mar de algumas embarcações, outras vão pela madrugada. Na lota pelas 20h dá-

se início ao leilão do pescado. A participação no leilão está dependente de uma autorização de comprador<sup>65</sup>. Os compradores em Setúbal na sua maioria são pequenos comerciantes, que vendem pescado em peixarias ou nos mercados ou em restaurantes. No entanto, há também aquilo que denominam de “grandes compradores”, que são as grandes superfícies comerciais (super e hipermercados). O leilão é feito através de um sistema eletrónico. Existem dois postos de venda que dispõem de um ecrã onde está a informação do peixe a ser leilado, nomeadamente o valor com que começa o leilão, a espécie, o tamanho, a forma<sup>66</sup> e o barco que o comercializa. O leilão é feito de cima para baixo. Os compradores licitam através de comandos com infravermelhos. A tendência é para que o preço decaia bastante. Os pescadores culpabilizam a organização do sistema de 1ª venda de peixe como uma condicionante que impõe precaridade no trabalho e sugerem que este sistema permite aos compradores terem bastante lucro porque combinam os preços entre si, que só aumenta em casos excecionais. Nas minhas observações tive oportunidade de presenciar como comerciantes constantemente informados sobre o preço do peixe nas outras lotas, através de telemóveis – um antigo mestre aponta para as novas tecnologias de informação como uma das causas para a baixa de preços porque “sabem a quanto vai o peixe noutras lotas, conhecem-se e uns compram pelos outros. Se fores comprar um par de sapatos a setúbal a 10€ e ligas para a tua amiga de Sesimbra e diz que os mesmos sapatos estão a 5€, não vais comprar os de 10€, pois não? Então, é lógico... a culpa não é deles, eles querem sempre fazer o melhor negócio. A porcaria da CEE é que deixou isto acontecer.”

Em geral parecia haver já um entendimento comum sobre os preços aceitáveis para determinada espécie, que não era expresso, mas que os comerciantes implicitamente sabiam. Talvez por isso, quando algum comprador licitava fora desse padrão os demais, em tom jocoso, condenavam essa atitude. Quando há determinada espécie em abundância pude confirmar que o preço das licitações baixava bastante. Os compradores comentavam comigo que era muita a quantidade daquele peixe e que, se não comprassem a um preço mais baixo, não conseguiam escoar o produto. Além disso, nesses momentos, quando estão presentes as grandes superfícies – que detêm mais capital e maior capacidade de escoamento do produto – o preço da espécie em abundância mantinha-se quase o mesmo ao longo do leilão. Por isso, os restantes compradores criticavam entre dentes a presença destes comerciantes, dizendo que não conseguiam competir. O ambiente entre os comerciantes durante o leilão flutua entre a concentração em fazer melhor negócio e estar informado e as brincadeiras e conversas, sem no entanto desviarem o olhar dos ecrãs. No final do leilão, os compradores dirigem-se ao balcão para proceder ao pagamento do peixe e para irem buscar o Certificado de Compra em Lota (CCL). Os pescadores que “têm aviso” para a hora que decorre o leilão vão diversas vezes espreitar para poderem ter noção dos preços.

---

<sup>65</sup> “Se é comerciante de pescado ou possui um restaurante, deverá dirigir-se aos Serviços Administrativos da lota onde pretende comprar pescado. Para além dos dados de identificação da sua empresa, vai necessitar de uma garantia bancária (no valor mínimo de 2.500,00€) e de adquirir um comando (no caso dos leilões presenciais em lota), ou uma licença para o Leilão de Pescado Online (disponível nas Lotas de Matosinhos, Figueira da Foz, Peniche, Sesimbra e Portimão).” Informação disponível no site da Docapesca S.A.

<sup>66</sup> Inteiro, em postas, eviscerado, escamado...

A identidade dos pescadores depende da sua experiência. Os pescadores entendendo a pesca como uma atividade de carácter complexo (Martins, 1999:252) ressaltam e reforçam como o conhecimento, fruto da experiência e da vontade de aprendizagem, é determinante para o sucesso das companhias. Vários pescadores disseram-me que não basta saber “puxar as redes, desemalhar o peixe, carregar as caixas e não almarear”<sup>67</sup>, frisando que a condição de ser pescador envolve uma percepção mais sensível e complexa do mar, o conhecimento das “marés, das luas, dos ventos e do peixe”. Além disso, frisam que aqueles que não pescam, mas que “conhecem a técnica”, não sabem realmente das “coisas do mar”<sup>68</sup>. Em muitas conversas, criticavam como, por exemplo, a formação dos novos pescadores era “estúpida”<sup>69</sup> porque é totalmente feita numa sala de aula<sup>70</sup>. Por isso, também em Setúbal pude comprovar o que Luís Martins afirmou em relação ao pescador: que este “tende a excluir o não-pescador do domínio dos conhecimentos verdadeiros, ao considerar os seus o resultado do acumular de anos de prática e convivência nos modos de vida do mar, única via para assimilar os predicados essenciais ao profissional das pescas – disciplina, vontade e talento” (Martins, 1999:252).

A competição entre pescadores, como já foi avançado por vários autores, é uma característica comum a estes meios. Sendo o mar um “recurso comum”, os pescadores competem entre si para conseguir os melhores “lugares de pesca”, bem como para conseguir melhores vendas. Pude verificar alguma concorrência entre os profissionais setubalenses, mas não era algo muito frequente. Contudo, a competição em relação aos pescadores de Sesimbra surgiu de forma mais evidente nos quotidianos que acompanhei. Em Setúbal, de uma forma geral, existe alguma rivalidade com Sesimbra. No caso das comunidades piscatórias, essa rivalidade adquire outros contornos uma vez que é também um elemento estrutural para a construção de identidades. Uma breve resenha histórica iria notar que a comunidade piscatória de Setúbal e, conseqüentemente, a cidade, foi adquirindo importância e crescendo não só em termos demográficos como económicos, sobretudo associado, como vimos, a atividades que têm no estuário e no mar a sua base, enquanto em Sesimbra – e não descurando a importância desta comunidade piscatória – o crescimento não foi tão exponencial, não havendo, por exemplo, o desenvolvimento da indústria conserveira como aconteceu em Setúbal. Em resumo: a comunidade piscatória de Setúbal, historicamente, constituiu-se como a mais relevante na Península. Naturalmente, dada a proximidade geográfica, o contacto entre estas

---

<sup>67</sup> Esta frase surgiu numa conversa com um grupo de pescadores, foi dita por um pescador reformado (88 anos) que atualmente coze redes para uma traineira.

<sup>68</sup> Esta ideia foi reforçada por diversos interlocutores.

<sup>69</sup> O mestre de uma traineira mostrou a sua revolta com a formação de pescadores dizendo-me “Formam-se muitos, mas os miúdos chegam ao mar almareiam e não sabem fazer nada. Já não voltam. Também o que eles aprendem numa sala de aula sobre a pesca? A pesca não se ensina, aprende-se fazendo, vendo e ouvindo. Tenho aqui comigo bons miúdos, um gajo vê que ele quer aprender então ensina, damos-lhe para fazer, é o melhor.” M., 68 anos.

<sup>70</sup> A formação é dada pelo Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR). Para a categoria “Pescador” basta que os formandos compareçam nas ações de formação e passem no exame, que não tem nenhuma componente prática bordo dos barcos. Contudo, para as restantes categorias “arraiz local” ou “arraiz” ou “contramestre” etc. já é exigido ter experiência comprovada de embarque.

duas comunidades era frequente até porque se encontram a pescar nos mesmos locais, facto que gera em si mesmo rivalidade e competição. Tive oportunidade de participar em frequentes conversas em que os pescadores de Setúbal se colocam em comparação com os pescadores de Sesimbra. Estas conversas denunciam a rivalidade histórica que existe entre as duas comunidades. Contudo, os discursos denotam que ela tem, hoje, outro significado, e opera a níveis de sentido mais profundos, relacionado intimamente com a perda de importância económica e social da pesca em Setúbal que, por sua vez, afeta as construções identitárias. Os papéis hoje em dia inverteram-se, Setúbal foi “destronada” para o seu rival, Sesimbra. Ou seja, a comunidade setubalense hoje já não ocupa um lugar de destaque no universo piscatório regional e nacional. Pelo contrário, Sesimbra cresceu tornando-se uma das maiores e mais importantes comunidades piscatórias do país. Esta inversão de papéis é sentida com tristeza pelos pescadores setubalenses que, frequentemente, se lamentam e culpam as autarquias pelo sucedido. Mas a rivalidade é também manifesta através de críticas e gozos com os “caga-leites”, nome dado aos Sesimbrenses. Enfatiza-se bastante que os pescadores de Sesimbra “têm sorte” comparado com o “azar” dos pescadores de Setúbal e, por isso, são uns “vaidosos” ou “têm da mania”. Estas acusações revelam, no meu entender, uma tristeza pela inversão dos papéis. No entanto, há que ressaltar que as rivalidades existem na pesca porque, como notou Manuel João Ramos no seu estudo sobre Sesimbra, “Em relação aos pescadores, se bem que a sua vida social se interligue com a pesca que praticam, cada terra constitui normalmente uma comunidade diferenciada e oposta em termos ideológicos às outras” (Ramos, 2009:79).

A lota é um espaço revelador do universo piscatório. A comunidade piscatória setubalense manifesta-se sobretudo a partir dos espaços da lota e da doca, no *continuum* do seu quotidiano. É por referência a esses espaços e à paisagem que a sua identidade é construída e reconstruída com base na especialização ocupacional e com base no ambiente onde a executam.

Na secção anterior vimos como começam a emergir na área adjacente à doca e à lota inúmeros espaços dedicados ao lazer e à fruição. Na frente ribeirinha parece que se está a iniciar a criação daquilo que Magnani denomina de “mancha de lazer” (Magnani, 2002:22), uma vez que na última década proliferaram cafés, restaurantes, bares e jardins nessa zona da cidade. O reordenamento da frente ribeirinha com a criação de espaços lúdicos atraiu, últimos anos, muitos setubalenses e turistas para o uso lúdico e desportivo desse local. Mesmo um olhar mais desatento vê como na margem do estuário os espaços têm múltiplas funções e utilizações sendo que, progressivamente, as atividades com fim lúdico e/ou turístico parecem proliferar em detrimento das atividades piscatórias, que têm vindo a perder a presença no espaço público. As fronteiras entre os diferentes lugares são fluídas e muitas vezes as suas diferentes apropriações coexistem no tempo podendo criar momentos de tensão.

Dado o crescimento progressivo desta “mancha de lazer”, acompanhado pelo declínio da pesca, ouvi os meus interlocutores frequentemente conversarem sobre o modo como o espaço junto à margem se iria modificar ainda mais. Cada um formava a sua própria opinião de acordo com o que já ouvira falar e com as suas próprias formas de projetar o futuro. Não raras as vezes me disseram que a Câmara de Setúbal colocou a hipótese de transferir a doca de pescadores e a lota para a zona industrial da cidade, a Mitrena. Esta hipótese era justificada porque os rebocadores – que tinham o

seu cais a escassos metros da doca – foram transferidos para essa zona devido à criação de um parque urbano. Outros enfatizavam que com o desaparecimento da pesca a doca passaria a ser uma marina “como a de Tróia, vêm os grandes iates de Tróia estacionam aqui e vão comer aos restaurantes, vais ver se não é.” – disse-me um pescador reformado com 88 anos e que coze redes para sobreviver porque a “reforma é miséria”. O edifício da lota seria, de acordo com esta ideia, para armazenar os materiais dos barcos recreativos. Ainda outros que participavam nestas frequentes conversas, ora concordavam, ora acrescentavam informações, ora precisavam algum pormenor.

As previsões são múltiplas mas a ideia geral que os atores deste universo piscatório têm é a mesma: há uma (quase) certeza que o espaço da doca e lota irá mudar e que, ou irão “ser corridos daqui”, o que se relaciona com o progressivo declínio da pesca e do número de embarcações que não irão justificar uma lota, sendo o peixe transportado para a lota de Sesimbra. Estas diferentes opiniões e projeções que despoletavam quase todos os dias no terreno transpareciam a latente preocupação e inquietação em relação à mudança. Este aspeto relaciona-se com outro conjunto complexo de fatores que faz emergir uma perceção de “decadência” da atividade piscatória, como iremos ver no próximo capítulo. De notar, no entanto, que a cidade de Setúbal apesar de acolher turistas não é, pois, um local que grande atração turística e o espaço ainda não se reconfigurou para uma real vertente turística, pese embora seja uma aposta quer da autarquia quer dos comerciantes. Existe alguma tensão nos usos algo contraditórios dos espaços que intimida uma classe de pescadores que vê a sua atividade em declínio associando o crescimento do turismo/lazer como um dos contributos para tal.

Apesar de se tratar de consumos diferenciados de um mesmo local, existe uma ligação bastante evidente entre eles. Nomeadamente, uma das estratégias de *marketing* turístico da cidade reside na exaltação de Setúbal enquanto uma cidade de rio e mar e de bom peixe<sup>71</sup>. Aliás, um pouco por toda a costa portuguesa e ilhas, o turismo é visto como um elemento potenciador de crescimento<sup>72</sup> e as administrações e empresários locais tendem a pegar em traços supostamente característicos das localidades e exaltá-los, tornando-os num produto turístico<sup>73</sup>. Em Setúbal, isto tem acontecido sobretudo com a gastronomia associada à pesca. No entanto, pescadores são

---

<sup>71</sup> Numa brochura distribuída no posto de turismo de Setúbal lê-se: “Serra, rio, mar e praias de eleição rodeiam-se de um património rico, cultura e gastronomia ímpares, oferecendo um menu inigualável a quem nos visita. (...) Setúbal é tradicionalmente reconhecida como a região onde se degusta melhor peixe assado. (...) Os pescadores e as suas embarcações, o rio e o mar são parte indissociável da identidade de Setúbal”.

<sup>72</sup> “Now the tendency seems to be to applaud tourism as a panacea for achieving a wide array of social, economic and environmental goals” (Stronza, 2001:275)

<sup>73</sup> Elsa Peralta analisou de forma pertinente como a componente marítima de Ílhavo foi utilizada para uma valorização turística, mas não tanto associado à prática banhar, como por exemplo acontece na Nazaré, mas antes relacionado com o “mar” enquanto identidade diferenciadora: “o poder político percebeu que o turismo poderia ser uma alternativa viável para compensar o declínio de outras atividades. Mas percebeu também que o produto “sol e mar” teria, pelas condições climáticas menos favoráveis e pelas tendências de crescimento identificadas para o setor turístico, que ser reconfigurado em torno de um motivo ou elemento diferenciador, que completasse a oferta existente, se se queria posicionar no conjunto da oferta turística da região”(Peralta, 2003:89).

representados como figuras essencializadas, destituídas de agência e presença e a exaltação da sua vida *tradicional* coloca-os como “emblemas do passado” (Nadel-Klein, 2003:169).

Consciente da potencialidade de atração turística que a sua atividade pode ter, na lota diversas vezes os pescadores, ao mesmo tempo que receavam os usos diferenciados dos locais e questionavam o turismo/lazer, também tentavam integrar-se como um dos elementos atrativos da cidade. Numa conversa com pescadores reformados diziam-me como “isto até é bonito, os turistas gostam dos nossos barcos”, na sequência da chegada de um grupo de turistas alemães que começaram a fotografar a descarga dos barcos. Esta percepção de que a pesca é um elemento que interessa ao turista emergiu mais vezes. Os pescadores analisando os novos usos do litoral tentam tornar isso um ponto a favor e projetam-se como sendo detentores de tradição, memórias de um passado “autêntico”. Talvez, neste contexto possamos utilizar as palavras de Corbin e argumentar como pescador nestes processos é visto como quem “recusa a modernidade” e, por isso, diferente dos demais o que atrai quem se desloca a lazer para esses locais<sup>74</sup>, e são vistos e projetados como “bilhetes postais” (Nunes, 2003:137).

Graça Índias Cordeiro em relação aos bairros de Lisboa argumentou que diferentes universos se “alimentam uns dos outros” e em Setúbal tal é evidente: “Num certo espaço social, não só a cultura não exclui as diferenças como, em certas medida, se alimenta delas, estabelecendo pontes, suscitando comunicação.” (Costa, 1999:77). O crescimento, ainda embrionário, do turismo em Setúbal, alimenta-se, em parte, desta característica da cidade evocando o seu carácter marítimo principalmente na gastronomia e na prática balnear.

As novas paisagens, no sentido de Appadurai, que surgem na frente ribeirinha de Setúbal são reveladoras das mudanças ocorridas no universo piscatório e na sociedade portuguesa. A pesca, como já foi reiterado perdeu importância quer em Setúbal quer no contexto nacional. Em Portugal assistiu-se nas últimas décadas a uma litoralização crescente e a uma pressão demográfica na faixa litoral quer em termos de habitação quer em termos de turismo e lazer. Num sentido mais imediato, pescadores foram espectadores dessas mudanças e sentindo novas apropriações do seu “espaço” reagem de forma cética, criticando os novos usos. Talvez esta apreensão deva-se, como nos diz Bourdieu, à forma de ostentação do poder através da ocupação do espaço social, a perda de presença no espaço revela uma perda de importância da atividade (Bourdieu, 1989). E sendo uma atividade determinante na identidade destes pescadores, esta relutância nas novas apropriações do espaço é apenas uma manifestação de uma preocupação mais alargada sobre o estado atual das pescas, como iremos ver no próximo capítulo, uma vez que a localidade, como defende Ulf Harnetz, não consiste apenas numa fronteira territorial mas, sim, em “habitats of meaning”, que abarcam o espaço, a identidade, as relações sociais e económicas onde o local e o global se entrecruzam. Por isso, como irá ser visto, estas tensões nos usos dos espaços não podem ser desassociadas da impermanência e incerteza que caracterizam a atividade nem de processos mais amplos, relacionados com a política e a economia nacionais e globais.

---

<sup>74</sup> “O viajante sonha em penetrar no quotidiano dos pequenos pescadores; ele tenta – ou contenta-se em imaginar – escutá-los na estalagem, em suas cabanas, na praia”. (Corbin, 1989:234)

A lota e a doca concentram numa simbiose as características do universo piscatório, é lá que se trabalha nos apetrechos, escoam-se os produtos, e, sobretudo, é lá que se conversa e que emergem debates sobre o estado atual das pescas. É na lota e na doca – e, claro, a bordo dos barcos, que o pescador performatiza na totalidade a sua profissão. São espaços complexos onde interagem diferentes atores que têm os seus interesses próprios e que estabelecem relações entre si que podem ou não ser duradora. O mar e a pesca marcam o compasso do quotidiano. O ambiente/espaço constituem-se como os referenciais de identidade mais frequentes. É no terreno da lota/doca enquanto espaço contíguo que se concentra as atividades, práticas sociais e discursos sobre o mar e a pesca. As modificações na paisagem urbana inquietam pescadores que projetam no espaço a sua identidade. Por isso também a rivalidade com Sesimbra se revela tão importante nestes quotidianos. No fundo, vimos como a atividade piscatória se manifesta quotidianamente ancorada a um ambiente e espaço específico pelo que as mudanças nessa paisagem são sentidas como manifestos de uma perda de importância. Concluindo, como nos diz o antropólogo Rubio-Ardanaz “Los puertos pesqueros en ocasiones, aunque conviven inmersos en áreas más propiamente urbanas e industriales, ofrecen una personalidad distinta y dan lugar a un ejercicio de la maritimidad que habla de algún tipo de relación propia de estas poblaciones con la mar. La pesca y el ámbito portuario, pasan a ser factores de identidad.” (Rubio-Ardanaz, 2010:14).

### **Capítulo III – Estado atual das pescas: percepções e práticas**

Todas as povoações de pescadores que conheço estão arruinadas. (...) E por toda a costa portuguesa a pesca rareia. Como temos o condão de estragar tudo, empobrecemos as populações da beiramar, para enriquecer meia dúzia de felizes. Cultivar o mar é uma coisa – é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa – é ofício de industriais.

Raúl Brandão, 1928, *Os Pescadores*

### 3.1. 3.1. “O mar sempre foi assim, é assim e há de ser sempre assim, é incerto”<sup>75</sup>

“In part, such uncertainty reflects the material and economic conditions under which fishing communities have always worked: the danger, unpredictability and usually precarious financial situation. In addition, this uncertainty also reflects the fisherfolk’s consciousness of their social isolation and historically inferior status.” (Nadel-Klein, 2003:165)

Carlos Diogo Moreira define população marítima como “aquela cujo modo essencial de vida assenta na exploração dos recursos pesqueiros do mar, através do exercício duma atividade extrativa, aleatória, de natureza marcadamente predatória e que possuem formas específicas de relação e organização ambiental e social.” (Moreira, 1987:13). Acheson, por sua vez, afirma que os humanos “estão mal preparados” para explorar o ambiente marítimo e, como tal, as comunidades tiveram que desenvolver aquilo que denomina de “dispositivos artificiais” (“artificial devices”) para poder sobreviver. A pesca é uma das atividades que melhor espelha a necessidade de adaptação que os humanos têm ao fazer do mar o seu local de trabalho. No mundo existem diferentes *ecozonas marinhas* (Acheson, 1981:276) com uma grande multiplicidade de espécies, que necessariamente requerem técnicas de captura distintas (*ibidem*) e, por isso, a diversidade de técnicas e artes de pesca existentes em Portugal e no mundo resultam de processos adaptativos relacionados com as características ecológicas específicas onde a prática se desenvolve (Nunes, 2001:31). Por exemplo, as diferenças que existem entre as pescarias do sul e do norte da Europa resultam dos diferentes meios ecológicos onde são praticadas, uma vez que a sul predomina uma grande diversidade de pequenas espécies e no norte predominam espécies de maior porte e em maior quantidade. Também vimos no capítulo anterior que diferem as técnicas de captura dentro do estuário e fora dele.

Apesar dos grupos humanos desenvolverem técnicas de extração e predação de recursos para conseguirem sobreviver no meio haliêutico, ainda assim, porque o ambiente é muito heterogéneo (Acheson, 1981), a incerteza e aleatoriedade fazem parte do seu quotidiano. As questões de imprevisibilidade dos recursos, com períodos de escassez ou abundância, a sazonalidade devido às condições atmosféricas, que influenciam as migrações e movimentações da fauna marítima e que condicionam a própria prática piscatória, são fatores que transportam uma permanente incerteza para esta atividade em qualquer parte do mundo. Há, como Galván Tudela e Pascual Fernández denominaram, uma “ausência de domesticação do recurso” (1996:129) que, concomitantemente, é “objeto e meio de trabalho” (Breton, 1981), porque é móvel, de propriedade comum e sujeito a mudanças no tempo e no espaço (Souto, 1998:167), que muitas vezes não são passíveis de previsão. As companhas, e nomeadamente os mestres, quotidianamente enfrentam um conjunto de questões sobre “quando, como, onde e com quem pescar” (Amorim, 2001, Moreira, 1987), o que faz transparecer a ausência de estabilidade no trabalho. Isto, por sua vez, influencia a própria organização do trabalho e, conseqüentemente, influencia o modo de vida dos pescadores, os seus discursos e as suas visões do mundo.

No fundo, a aleatoriedade é uma característica “intrínseca às técnicas de captação de recursos” (Nunes, 2001:40), uma vez que o sucesso de um dia de faina depende da sua existência e dos *stocks* piscícolas, que precisam de detetar e ainda necessitam de condições meteorológicas

<sup>75</sup> J., pescador da arte de cerco diz-me isso após ter vindo do mar e não ter capturado nada.

favoráveis para o exercício da atividade. Os vários estudos que têm sumarizado as características sociológicas comuns às comunidades piscatórias apontam como denominador comum as formas de adaptação a um meio ecológico incerto (Moreira, 1987), sem no entanto definirem estas como um grupo homogêneo (Amorim, 2001), ressaltando especificidades de cada comunidade.

Durante o trabalho de campo – que decorreu no período de inverno e primavera – a questão da permanente aleatoriedade ligada à captação de recursos emergiu diariamente. Os pescadores saíam para o mar e nem sempre traziam peixe, ora porque “está frio, o peixe anda escondido”, ou nem saíam para o mar porque “está vaga”. No entanto, explica-me um pescador que “não é o inverno e o frio, nem a chuva, é o vento” que condiciona mais a prática da atividade. Particularmente este ano foi ventoso com considerável agitação marítima e temperaturas em geral muito baixas. Como tal, diversas vezes desloquei-me à lota, embora soubesse que não iria ver grande movimentação, e encontrava os “ajudas”, abrigados com os olhos no mar na esperança de ajudarem um ou outro barco “com mais garra”, que saíra para recolher as redes apesar do estado do tempo. O armador e mestre do Argonauta resolveu fazer a maré num dia em que o IPMA deu alerta amarelo para o território nacional. Ao regressar ao porto, e logo após o mestre desembarca e se dirigir com o peixe para dentro da lota, P., funcionário da Docapesca perguntou-lhe: “Apanharam vaga? Estavam a dar alerta amarelo.”, ao que o mestre respondeu, “Vaga?! Estava calminha branca, para lá da barra. Acho que devo ser o único que preciso de ganhar dinheiro, os outros devem ser ricos e eu não. Veem uma vaga e nem vão ao mar. À tarde vou outra vez”. Quando o mestre vai embora P. conta-me que “estes vão sempre ao mar, é raro uma vez que não vão”. Por isso diz-me que já esperava a resposta. Este barco geralmente é visto como um barco que vai em busca da sua sorte, sai para o mar mesmo com tempo adverso, “é um bom mestre, sabe onde encontrar o peixe”, disse-me P. Mas, acrescenta, é preciso cuidado.

O armador desse barco prefere vender as suas capturas na lota da Costa da Caparica, em detrimento da de Setúbal. Diz P., “sabem mexer-se, lá o peixe deles já é conhecido e vale mais, se continuam a fazer isso é porque lhes compensa o transporte”. Nesse dia – como tantos outros – poucos barcos saíram da doca, com exceção de alguns botes que pescaram no estuário.

No entanto, há sempre a sombra do risco<sup>76</sup>. Por isso, no terreno pude comprovar que o ideal do bom pescador variava: para muitos é aquele que arrisca e colhe benefícios dessa ousadia; outros preferem valorizar a segurança e apontam como bom pescador aquele que é “responsável”.

Na visão de uma intermediária, Sesimbra estava atualmente a atravessar um melhor período porque “não têm barra e são mais aguerridos, há muitos barcos que vão sempre ao mar, mesmo com mau tempo. Arriscam. Aqui não”.

Mas nem sempre “vale a pena arriscar”. Por exemplo, em janeiro, durante uma vaga de frio que estava a assolar o território português, um pescador foi pescar no seu bote apesar dos avisos da

---

<sup>76</sup> “Segundo a OIT, o trabalho no sector da pesca é um dos que apresenta maiores índices de sinistralidade, devido às características próprias da atividade de trabalho: realiza-se longe de terra firme, no frágil equilíbrio de uma embarcação, com espaços de trabalho limitados, processos de trabalho física e psicologicamente exigentes e à mercê de difíceis condições naturais.” (Rodrigues, 2015:6). Entre 2010 a 2014 morreram cerca de 70 pessoas na atividade e cerca de 11960 ficaram feridas. (*ibidem*)

proteção civil aconselharem o contrário. Esse pescador teve que ser socorrido pela polícia marítima porque estava a entrar em estado de hipotermia. No dia seguinte, quando fui à “praia” encontrei muitos pescadores dos botes que me disseram que face ao sucedido no dia anterior não arriscaram: “a minha vida vale mais do que meia dúzia de chocos, que é o que apanhamos agora e se é que apanhamos, está mesmo frio e o peixe esconde-se.”. Este “susto” fez com que durante dois dias nenhum bote saísse para o mar. Alguns barcos das redes saíram mas voltavam rapidamente para o porto.

Numa outra manhã de janeiro, depois de uma semana marcada por mau tempo, vejo um barco e descarregar e converso com um camarada que fica a limpá-lo. Diz-me que esta semana “não ganhámos quase nada, só fomos duas vezes e não veio quase nada” e, portanto, “as contas amanhã vai ser miséria”. Explica-me que quando não faz vento o inverno é o melhor para aquela arte (emalhar), porque é a “altura dos linguados e dos chocos”. Mas, ao mesmo tempo, o inverno é mais incerto devido aos ventos e tempestades. Paralelamente explicou que o inverno era necessário, “uma vaga grande para remexer os fundos e trazer alimento para o peixe” e que “devia estar menos frio”. O carácter sazonal – apesar de variar consoante a arte e a espécie-alvo – é também um problema transversal às demais comunidades piscatórias que não à setubalense. O ambiente físico influencia também as localizações do peixe e os seus períodos de ova ou desova o que, por sua vez, faz com que pescadores e companhas tenham de adaptar os seus ritmos, apetrechos de pesca e os seus barcos conforme o estado do tempo, a altura do ano e a espécie-alvo. Estas adaptações, que resultam de uma larga experiência na qual se adquire conhecimentos sobre o comportamento das espécies e se desenvolvem sensibilidades para percecionar os sinais do meio ambiente, são transmitidas dos pescadores mais velhos para os mais novos, e minimizam em certa medida o grau de incerteza da atividade<sup>77</sup>.

Os conceitos de sorte/azar são estruturais na forma como pescadores reagem no seu quotidiano à aleatoriedade dos recursos. A experiência de quotidianos incertos levou a que muitas comunidades piscatórias colocassem no plano sobrenatural a justificação para a escassez ou ausência de peixe<sup>78</sup>, ou para os fenómenos meteorológicos. Nos momentos em que as condições meteorológicas e ecológicas condicionam mais a atividade é frequente ouvirem-se “ajudas” ou pescadores insurgirem-se contra o estado do tempo, ora porque de “dia esteve calmo e de noite piorou”, ora porque no fim-de-semana não podem pescar e está melhor tempo. Além disso, mesmo quando as situações meteorológicas não impossibilitam diretamente o exercício da atividade, podem condicionar o seu sucesso e os pescadores utilizam a justificação com base na sorte/azar. Por isso,

---

<sup>77</sup> Vários grupos humanos encarando a aleatoriedade desenvolveram técnicas, métodos e práticas flexíveis para facilitar a adaptação a meios instáveis. Gostaria aqui de evocar o exemplo dos Kantu, um povo do Bornéu Indonésio, da ilha de Kalimantan, que pratica uma agricultura baseada em presságios (Dove, 1993:10). O sistema agrícola Kantu tem um conjunto de regras complexas mas que se baseia numa aleatoriedade no uso dos solos o que, segundo Dove, é o método agrícola mais sustentável para a floresta tropical onde estão inseridos. Este exemplo revela-nos como a exploração dos recursos não pode passar por práticas fixas. Talvez antes da capitalização do setor as práticas dos pescadores fossem mais sustentáveis e menos predatórias.

<sup>78</sup> Para uma discussão aprofundada sobre este tema vide Oneto, 1999.

muitos pescadores diziam que “não temos sorte, nem o tempo nos ajuda, nem uma vaga para ver se vinha o peixe”. Nas palavras de T., que são repetidas por outros, “parece que a sorte foi embora e nunca mais veio aqui”, considerando que o estado do tempo seria fruto de um azar profundo que pairaria sobre a pesca e a cidade. Ou seja, quando parece que estão reunidas as condições para boas capturas, mas determinados barcos não as conseguem, a justificação ou se situa no domínio da sorte/azar<sup>79</sup>, ou se menciona a existência de “mau-olhado” “bruxas”. Estas justificações são comuns ao meio piscatório<sup>80</sup>. Já Oneto Nunes notara o mesmo fenómeno nas companhias da xávega do litoral central português: “Pois se uns trazem sempre peixe e os outros não trazem, pescando lado a lado, é porque há “invejas, invejice, raivas”, alguém lhes quer “mal”, foi “praga”, ou é “bruxedo”.” (Nunes, 1999:277). Esta problemática emergiu sobretudo nos barcos de cerco que sendo apenas 3 em Setúbal, competem entre si havendo rivalidade e desejo de se ultrapassarem. Um dos barcos, inclusive, durante este inverno teve muitos “azares”<sup>81</sup> e os pescadores desta companhia falavam em “olhudos” e “bruxas”<sup>82</sup>.

A incapacidade de realizar a atividade e prever e controlar os *stocks* piscícolas tem implicações diretas no rendimento do trabalho (Diegues, 2005). Como vimos, a remuneração do trabalho dos pescadores está dependente do volume de capturas. Por isso, a incerteza ecológica descrita anteriormente condiciona a economia das comunidades piscatórias e casualmente há também uma incerteza económica.

Em Setúbal e, nomeadamente entre os pescadores, a expressão “Nada é que não é nada” é muito frequente. Quando os barcos voltam do mar e dizem o que pescaram é frequente os interlocutores utilizam essa expressão, evidenciando o lado positivo de ter conseguido pescar. A performance do pescador está relacionada com a capacidade de pesca e com a compreensão do meio. Uma companhia ou pescador que venha para terra sem peixe vê questionada a sua capacidade. Os barcos das redes de emalhar, devido à técnica da arte, quase sempre apanham peixe porque “nas redes arrebanha-se sempre algo”, diz-me o “ajuda” M. Pelo contrário, nos “rapas” ir

---

<sup>79</sup> “não temos a sorte a nosso lado, é assim”, disse J. após uma vinda do mar na qual apanhou somente 4 kg de chocos enquanto que a maioria dos barcos apanhou quantidades consideravelmente maiores.

<sup>80</sup> Conheci um pescador reformado que ia todas as manhãs à lota. Todas as pessoas da comunidade piscatória com quem me relacionei – sem exceções – disseram-me que esse pescador, conhecido como o “arrebentamotors”, dá má sorte aos barcos. Pescadores e “ajudas” quando o viam diziam “salga, salga!” ou, então “este está aqui amanhã vai haver vendaval”. Inclusive um “ajuda” disse-me que esta pessoa deu azar a um barco que naufragou e vitimou dois pescadores. Interessante notar como os pescadores representam na figura dessa pessoa “o azar”.

<sup>81</sup> Este barco mudou de mestre recentemente e foi o barco de cerco que apanhou menos peixe. As culpas iam para a capacidade do mestre mas também para o olhado. Várias vezes o barco “partiu a rede”, teve avarias na chata. Além disso, também teve peixe apreendido e foi multado. Alguns membros da sua companhia tiveram problemas médicos e nem sempre a companhia estava completa. Por isso era comum na muralha todos troçarem do barco e dizerem “em casa sem pão, todos ralham e ninguém tem razão” mas paralelamente dizerem que “esse barco anda sempre nisto, não tem sorte”.

<sup>82</sup> Um dos Pescadores disse-me que o barco só pescava bem de segunda a quarta-feira: “Parece que apanhamos bem até quarta mas a partir de quinta já são as bruxas e já não apanhamos nada, tem sido assim.”

ao mar e apanhar peixe não é garantido. De manhã cedo o “rapa” Jonas David à “praia”, pelas 9h. Ao avistarem-no perto do Outão, os “ajudas”, funcionários e dois homens que lá se encontravam, começam a comentar: “Tão cedo? Não apanhou nada, de certeza.”. À medida que o barco se vai aproximando os “ajudas”, pelos seus anos de experiência, observam-no e dizem: “não traz mesmo nada, tão não vêes que o barco vai levezinho, com a proa toda levantada”. O barco chega, camaradas e mestres saem, ensonados e com cara fechada e um a um dirigem-se para o café. Pela sua postura corporal apercebi-me que as indagações dos outros interlocutores estavam certas. Um pescador ficou no barco a fumar e eu ousei perguntar como tinha sido ao que a resposta curta e lapidar foi: “não fizemos um lanço, não apareceu peixe”. Afastei-me e fui conversar com os “ajudas” que ainda falavam do rapa e se lamentavam e diziam, “está muito frio, o peixe esconde-se no fundo”. Passados uns minutos, a companha volta e tira a rede para a muralha para fazer alguns remendos. Junto-me a eles oferecendo a minha ajuda para a tarefa<sup>83</sup> – que aceitaram prontamente. Durante o processo a companha estava num ensurdecedor silêncio que tentei quebrar pedindo que me contassem o que se passou. Estando o mestre a bordo, o L. diz-me que não fizeram nem um lanço e no seu típico tom jocoso diz-me “fomes passear de barco, tão não é bom? Quem dera a muitos.”, olhando para os camaradas. Depois, num tom mais sério, diz-me “não gosto nada de ir para o mar e vir para terra sem nada, nem umas bogas. Nada é que não é nada, sempre tínhamos para o nosso quinhão, é mais um dia sem venda.” Não apanhando peixe, estes pescadores não tem garantia de ganhar algo neste dia. E, neste caso, o barco teve uma considerável despesa de combustível.

No entanto, mesmo capturando peixe não há o garante de um bom rendimento. A nível económico, a condição aleatória da pesca é determinante para uma condição quase permanente de instabilidade e precaridade do trabalho. Após um bom dia ou uma boa semana pode seguir-se uma desvalorização do pescado decorrente da sua abundância e da procura do mercado, levando a que os rendimentos baixem se nada capturarem, ou se capturarem uma espécie sem valor comercial o rendimento pode mesmo ser nulo. Acresce a isso que própria organização do mercado ajuda a reproduzir essa incerteza económica. O peixe descarregado pelos barcos tem de ser vendido em lota, na maioria das vezes por leilão. O leilão é feito de cima para baixo dando oportunidade aos agentes intermediários de deixar cair o preço, principalmente se for uma espécie pouco valorizada ou se for abundante. Esta situação é comum em outros portos do mundo. A maioria dos mercados de pesca é marcado por uma grande flutuação dos preços – uma constante influenciada por fatores complexos (Acheson, 1981:282). Por isso, apanhar grandes quantidades de alguma espécie não significa necessariamente um aumento nos rendimentos. Pelo contrário, só se for uma grande quantidade de uma espécie mais escassa no mercado. Com frequência os pescadores criticam a forma como intermediários podem determinar – diria quase a seu bel-prazer – o preço do pescado.

Em janeiro os barcos de cerco voltaram a pescar mas, dadas as condições meteorológicas, e a interdição da pesca da sardinha, o mês foi “longo” e os barcos nem sempre iam ao mar. Ou quando iam, não traziam o suficiente para cobrir as despesas. Um dos dias chega um rapa perto da hora do

---

<sup>83</sup> O meu auxílio não é muito vantajoso para os pescadores uma vez que me limitava a esticar a rede para um dos pescadores cozer. Aceitam a minha ajuda por simpatia e porque “só se aprende fazendo e vendo”, disse-me o mestre do barco.

leilão e vem “carregado de bogas”. O genro do mestre fica a ver o leilão, talvez na esperança que as toneladas de bogas que apanharam lhes rendessem algum dinheiro. O leilão inicia-se e a primeira caixa é vendida a 0.05€. Os compradores riem e gozam com a quantidade daquela espécie que há para vender (cerca de 50 caixas). O preço vai baixando e umas caixas são vendidas a 0.02€ e outras a 0.01€. Durante o leilão observei o desespero do pescador face ao preço que o seu peixe estava a ser vendido, colocava as mãos na cabeça e suspirava. A maioria das caixas acabou por ir para a retirada por não ter venda. A venda não chegou nem para pagar metade da despesa de gasóleo. Este dia vai somar-se a uma semana na qual também não fizeram praticamente vendas.

O sistema de leilão assim como a ausência de uma regra que determine uma taxa máxima de lucro é apontado pelos pescadores como uma causa para a precaridade dos rendimentos. Aliás, já Francisco Oneto Nunes apontara *essa apropriação gananciosa por parte dos negociantes da mais-valia gerada pelas companhias* (Nunes, 2008b), uma vez que não existe regulamentação que coloque limites à taxa de lucro dos mesmos. Os pescadores vêm-se algo impotentes e diversas vezes, numa acusação direta à CEE/União Europeia, criticam o “mercado livre” dizendo que, por isso, há uma diferença tão grande entre o peixe vendido na *praça* e o preço que sai da lota. Na cadeia de valor os pescadores estão na base, não conseguindo controlar ou negociar o preço do pescado neste sistema de leilão. Como consequência, as “contas” que são feitas ao sábado são quase sempre uma incógnita e os pescadores semanalmente podem ter rendimentos muito diferentes, sendo que só em casos excecionais o valor sobe exponencialmente. Perguntei a um pescador da arte de cerco se os momentos em que o rendimento é maior compensam os outros, e se os pescadores conseguem fazer uma gestão dos seus rendimentos. Mas a resposta revela, de certo modo, como o peso da marginalização influencia as percepções e discursos sobre si mesmos: “achas, mulher? O pescador é assim, ganha 100 gasta 100, ganha 500 gasta 500, somos assim...”. Outro pescador deixando a romantização da sua profissão de lado disse-me sinceramente: “a pesca é como outro trabalho qualquer, apanhamos frio e chuva, é perigoso sim, mas também o trabalho nas obras! O que nos chateia mais é não termos um ordenado certo, como os outros, na pesca nunca sabemos o que vamos ganhar, em mais nenhum trabalho é assim. Nós só queríamos um ordenado ao fim do mês, 500 ou 1000 euros, não importava, desde que fosse certo mesmo quando não apanhamos nada.” Os seus camaradas baixaram a cabeça e concordaram, tendo o mestre acrescentado “1000 euros não é muito, nós trabalhamos muitas horas!”.

Vivendo sob o signo da incerteza e da aleatoriedade, as comunidades piscatórias necessariamente veem transferidas/ transportadas essa incerteza e aleatoriedade para a sua vida, que depende daquilo que o mar dá, pois, utilizando a metáfora de Paulo Mendes, “o mar é que manda” (Mendes, 2013:33). Como defende Carlos Diogo Moreira: “Tal incerteza nos recursos prolonga-se na vida quotidiana das populações marítimas” (Moreira, 1987:31). O ambiente impõe ritmos, impulsiona práticas de adaptação, influencia a organização social e do trabalho, enfim o mar influencia estruturalmente “as formas como se ocupa o tempo e o espaço” (Mendes, 2013:33). Porém, é necessário aqui reafirmar o que foi dito anteriormente, o que não significa defender que existe um determinismo mesológico/ geográfico, mas antes ressituar o ser humano no complexo de relações e interações com o ambiente e os organismos vivos. O ser humano, tendo em conta os

contributos de Tim Ingold<sup>84</sup>, é um ser-no-mundo e, por isso, o seu modo de vida, práticas, culturas e técnicas, inevitavelmente, não estão descolados do ambiente onde têm lugar.

### 3.2. As mudanças na atividade piscatória: gestão das pescas, crise e capitalismo

Com o advento da industrialização e do capitalismo no setor, a pesca transformou-se estruturalmente. A modernização da atividade com novas técnicas mais predatórias, a incorporação no sistema de mercado a nível nacional e internacional relacionados com a extensão dos limites do mar e a sua apropriação pelos aparelhos de estado (Breton, 1981), fez com que as relações de produção se alterassem profundamente<sup>85</sup> conduzindo a uma proletarização dos pescadores (Nunes, 2008:143).

Como vimos, a pesca depende da exploração de um recurso natural que é móvel e de propriedade comum – que torna difícil “exercer direitos de propriedade” (Pascual Fernandez, s.a.:7) – pelo que a sua produtividade não depende apenas de fatores económicos mas, também, de fatores biológicos e meteorológicos (Breton, 1981:17). Também a mobilidade dos recursos e as mudanças climáticas dificultam o planeamento da atividade bem como a previsão de lucros. Além disso, existe uma dificuldade na definição do valor de trabalho e da produção, que flutuam de acordo com o fluxo do seu recurso (Breton, 1981:17). Como tal, há uma “fragilidade do investimento” (Nunes, 2008:143) devido a essa dificuldade de previsão do lucro. Num quadro de capitalismo internacional, o setor da pesca, como defende Breton em vários trabalhos, não pode crescer “com uma taxa proporcional à elevação do capital” (Breton, 1981:17) dadas as dificuldades de acumulação do mesmo.

Os mecanismos de mercado colocam os pescadores numa situação de vulnerabilidade. Nomeadamente a venda em lota, dificulta o aumento dos seus rendimentos porque, como foi visto, as flutuações do mercado de acordo com a oferta e procura, associadas às combinações de preços entre os intermediários, são a razão por que os rendimentos dos pescadores nunca subam significativamente. Este sistema de organização de mercado parece promover, utilizando as palavras de Francisco Oneto Nunes, uma “regularidade dos rendimentos” (Nunes, 2008b:142) e não um aumento dos mesmos, mesmo quando há abundância de recursos. Por seu turno, quando há períodos de escassez – que foram bastante frequentes no meu trabalho de campo – o pescador situa-se, então, na base desta pirâmide e os rendimentos auferidos muitas vezes não cobrem os custos de produção, que cada vez são mais elevados (sobretudo devido ao preço dos combustíveis). Por isso, se por um lado observei que vir sem peixe é visto com sentido negativo porque põe em

---

<sup>84</sup> A proposta de Ingold vai no sentido da substituição da dicotomia cartesiana de natureza/cultura para uma perspetiva mais holista no sentido em que propõe uma sinergia entre o organismo e o ambiente (Ingold, 2006:9) em que está envolvido uma vez que um não existe sem o outro. É através desta perspetiva que Ingold afirma que podemos chegar a uma verdadeira ecologia da vida (*ibidem*) uma vez que uma abordagem verdadeiramente ecológica tem de partir da ideia do ser humano como um “whole-organism-in-its-environment” (*ibidem*:19).

<sup>85</sup> “the transformation of precapitalist fishing into capitalist forms of production, which are characterized by a separation between the producer and his means of production, and the introduction of capitalist labor relations.” (Diegues, 2005.:40)

causa as capacidades dos pescadores uma vez que “nada é que não é nada”, por outro, apanhar peixe hoje em dia já não é garante de rendimento satisfatório, porquanto, nas palavras de M., “este peixe mete nojo, ninguém o compra, quando fazemos um lanço só de boa jogamos fora, não vale nada”, enquanto escolhia peixe-escama (sarguetas), que estava misturado com bogas, dizendo que nem valia a pena vender as bogas, mas que as tinham trazido misturadas com “peixe bom”.

Aliás, esta não parece ser uma característica exclusiva das pescarias em Portugal. James Acheson, aponta esta questão como sendo transversal às pescas evidenciando a forma como os preços mudam rapidamente devido a momentos de escassez ou abundância: “In many fish markets of the world, prices fluctuate wildly so that a good catch does not always mean a good day’s income.” (Acheson, 1981: 276). Em Portugal, apesar da primeira venda se processar em leilão os preços variam bastante. A interconexão global-local faz com os preços possam ser influenciados por mudanças bruscas no mercado a nível mundial, como notou Bestor em relação a pescadores de Massachusetts (Bestor, 2000:7)<sup>86</sup>. Acresce a isso que o *share system*, como defende Carlos Diegues, se constitui como uma “máscara ideológica que melhor facilita a exploração da força de trabalho” (Diegues, 2005:39) e que coloca pescadores numa impermanência constante.

Estes autores citados concluem que há uma incompatibilidade do modelo capitalista de produção com o modelo de exploração de recursos marinhos, que são móveis, instáveis e de propriedade comum. O mar, utilizando as palavras de Oneto Nunes, “não é suscetível de se converter em mercadoria” (Nunes, 2008a:144).

Hoje em dia, quando se fala no estado das pescarias a nível mundial evoca-se uma ideia de crise permanente (Nadel-Klein, 2003:133) que deriva de uma preocupação com o ambiente, como refletiu a antropóloga Jane Nadel-Klein. Esta ideia de crise impulsionou a conceção de medidas políticas para a preservação de ecossistemas marinhos, muitas delas passando pela implementação de totais admissíveis de captura, quotas, defesos. Todavia, como Diegues notou, “são medidas meramente técnicas e que, ao final são fadadas ao fracasso” (Diegues, 1993:7). Principalmente são medidas que se focam sobretudo nos stocks e não nas pessoas que vivem dos recursos.

A questão da comunidade enquanto “missing link” (Jentoft, 2000) da gestão das pescarias é, aqui, pertinente. Tudela e Fernández consideram que a generalização das formas capitalistas de produção, por alterarem as formas de gestão locais, podem contribuir para a sobrepesca (Tudela e Pascual Fernández, 1996:134). A sobrepesca, tantas vezes apontada como um dos problemas que conduz à escassez dos stocks piscícolas, segundo Jentoft, deriva precisamente da marginalização destas comunidades que, associada à falta de oportunidades de trabalho e agravada pelo facto dos mercados não darem um valor justo pelo peixe, conduz a essa potencial situação, uma vez que pescadores fazem-no para sobreviver<sup>87</sup> (Jentoft, 1994:93). Como tal, há que desconstruir a ideia de

---

<sup>86</sup> “Now, a Massachusetts fisher’s livelihood can be transformed in a matter of hours by a spike in market prices halfway around the globe or by a disaster at a fish farm across the Atlantic. Giant fishing conglomerates in one part of the world sell their catch alongside family outfits from another.” (Bestor 2000: 7)

<sup>87</sup> Jentoft argumenta: “Sometimes fishermen over-exploit because they are poor. (...) Each day they have to put food on the table, and for this they have to fish, even if they well aware of the impact on the stocks.” (Jentoft, 1994:93)

pescadores predadores, que pescam sem olhar aos impactos ambientais. Porque, pela minha experiência etnográfica, os pescadores com os quais convivi têm essa consciência, mas a sua condição socioeconómica empurra-os para algumas práticas de pesca com maiores impactos ambientais. No entanto, várias vezes os pescadores conversavam comigo explicando que também desejam proteger as espécies tanto como os “cientistas”, defendendo-se dizendo que “não pescamos peixe pequeno, jogamos ao mar”, ou acusando outras artes pelo seu impacto ambiental. Por exemplo, nas palavras de J., reformado do setor, e que são replicadas por outros, “o pior que apareceu foi as redes de *nylon*, apanham tudo, fica tudo preso e muitas vezes ficam no fundo do mar, sempre a matar”. Mas de forma sincera e aberta explicam que as leis querem proteger os *stocks* mas não os protegem. Por exemplo, um mestre de cerco disse-me “querem que não pesquemos sardinha, mas não nos ajudam em nada. O carapau está magro, vai quase dado, a boga nem se fala. Só quando apanhamos alguma cavala é que nos safamos, mas tu tens visto que isso é raro. Estas pessoas vivem no quê? Do trabalho de quatro meses do ano?”. Depois explicou-me que concorda, que “devemos pescar menos”, mas que, para isso, o Estado tem de dar alternativas. Outro exemplo ocorreu numa manhã de inverno em que o pescador C. chega à lota visivelmente aborrecido e conta que, no início da manhã, estava a pescar na zona protegida do Parque Natural da Serra da Arrábida, bem junto às praias, tendo uns banhistas gritado que não podia pescar ali. Num tom de voz algo soturno diz-me: “Eu sei que não posso pescar ali, mas se não há peixe e eu tenho de comer o que posso fazer? Tenho filhos. Tem de ser...”. Estas declarações revelam que os pescadores conhecem as políticas ambientais e até podem concordar com elas. Porém, o quadro de crise, que é permanente, mas que se agravou nas últimas décadas, faz emergir práticas de sobrevivência e reivindicações de alternativas. Assim, temos de enquadrar as resistências e as violações às restrições no quadro da crise que vivem estas pessoas, uma vez que, antes de pensarem nos impactos ambientais das suas ações, têm que sobreviver<sup>88</sup>.

Deste modo, as políticas de gestão das pescas – que são *top-down* – não são aceites pelas comunidades uma vez que não vêm as especificidades representadas, nem os seus conhecimentos incluídos, e nem consideram que lhes são dadas alternativas de sobrevivência. Pude notar que os pescadores sentem um afastamento em relação à tomada de decisões que lhes afeta a vida quotidiana e, muitas vezes, não têm capacidade para perceber como funcionam os mecanismos de mercado, nem os motivos das decisões políticas. Na sua incompreensão, diversas vezes evocam como “antes a gente era pobre mas o peixe era sempre vendido” e, agora, sentem o impacto da flutuabilidade de preços porque uma boa captura de peixe já não fornece qualquer garantia. Também não compreendem porque há cada vez mais restrições legais à prática da atividade que dizem ser das que menos impactos ambientais tem, apontando o dedo às indústrias que estão sediadas na foz do Sado e ao fluxo de navios que entra no estuário em direção ao porto comercial. Também falam da poluição num sentido abstrato e lembram como “os grandes barcos espanhóis vêm pescar para as nossas águas e ninguém faz nada”. A escala onde colocam as suas questões revela que vivem na

---

<sup>88</sup> “Small-scale fishermen face immediate and dire problems as bureaucracies, politicians, and special interests of all kinds compete to dominate the policy agenda. Fishers are also concerned with the long run, but they must, nonetheless, pay their mortgages and send their children to university.” (Nadel-Klein, 2003:133)

imediatez da sua localidade. No entanto, têm consciência que as políticas da União Europeia, às quais Portugal é um fiel cumpridor, não são adequadas para o seu universo. Além disso, também sabem que vivemos num mundo globalizado e que as forças do mercado vão além daquilo que podem controlar (Mendes, 2013:119). No entanto, revelam-se *descapacitados* para entender certos fenómenos externos que lhes são muito distantes. Os pescadores – aqui podemos falar dos setubalenses ou dos escoceses estudados pela antropóloga Jane Nadel-Klein – encontram-se entre agendas complexas com políticas e forças de mercado que interferem no seu quotidiano (Nadel-Klein, 2003:169), mas que lhes são externas,

A noção de crise nas pescas que se estabeleceu nível mundial concentra-se na questão de recursos e não põe a tónica nas comunidades, descurando a experiência quotidiana de quem vive sob o signo desta crise (Nadel-Klein, 2003: 133) e que a percebe como um definhamento de uma atividade que é definidora de uma identidade ocupacional. A consequência desta gestão de pescas *top down* leva a que entre os pescadores as decisões não sejam bem acolhidas uma vez que não as reconhecem como legítimas (Jentoft, 1994:92) por serem concebidas por um conjunto de especialistas que não integram os seus conhecimentos e por terem tido impactos percebidos como negativos<sup>89</sup>. Como Jentoft defende, a gestão de pescarias em vez de se limitar a gerir *stocks* com a implementação de quotas, medidas e restrições, devia começar a reconstruir comunidades (Jentoft, 1994:96), uma vez que “fisheries management is the management of people, not fish” (*ibidem*) e, como tal, deve-se partir de dentro das comunidades, ouvi-las e integrar os seus saberes, experiências e especificidades no desenho de políticas.

Como foi explanado, a incerteza é estruturante dos modos de vida os pescadores, sendo que a ideia de perigo e instabilidade está sempre presente na vida destas comunidades (Nadel-Klein, 2003:134), moldando a sua visão sobre os processos que as rodeiam. As contingências de ordem económica e ecológica, as características deste capitalismo líquido (Bauman, 2000), a integração numa Política Comum de Pesca, os processos de litorização associados às práticas de lazer e ao turismo – ainda em fase embrionárias em Setúbal – e as mudanças ocorridas nas práticas alimentares, provocaram mudanças estruturais que conjugadas estabeleceram um quadro de crise persistente. Mas a análise deste quadro de crise não deve contemplar somente uma visão macro pelo que, como Habermas defende, “The crisis cannot be separated from the viewpoint of the one who is undergoing it” (Habermas, 1973:1). A experiência quotidiana da incerteza e da aleatoriedade da crise, enquanto “guiding theme” (Nadel-Klein, 2003:135) da vida destes pescadores, deve ser um dos pontos de partida para perceber este quadro: como os pescadores vivem e percebem as mudanças e a crise que atravessam, como tentam dar sentido à teia complexa de fatores que afeta a sua vida local e quotidiana.

---

<sup>89</sup> “Um dos principais obstáculos para que os cidadãos acreditem nos projetos de integração supranacional são os efeitos negativos dessas transformações nas sociedades nacionais e locais. É difícil obter consenso popular para mudanças nas relações de produção, comércio e consumo que tendem a depreciar vínculos das pessoas com o seu território nativo, a suprir postos de trabalho e a achatam preços dos produtos locais” (Canclini, 2003:24)

### 3.3. Dos discursos sobre a decadência às pequenas práticas de resistência quotidiana

As interpretações que os pescadores fazem da crise e as projeções do futuro são condicionadas por vários processos históricos e sociais (Nadel-Klein, 2003:134), que se relacionam com os planos de aleatoriedade ecológica e de incerteza e instabilidade económica, que por sua vez conduzem à precarização do trabalho e às dificuldades de subsistência de pescadores e famílias.

Na comunidade setubalense as projeções do futuro vão diferindo, mas a grande maioria parece concordar que a pesca e a comunidade que dela subsiste irão definir, havendo diversas conversas que davam diferentes motivos para esse diagnóstico, como iremos ver.

O diagnóstico da decadência das pescas portuguesas, como Francisco Oneto Nunes demonstrou (Nunes, 2008b:124), não é recente e remonta ao século XVI (Amorim, 2004: 157). Francisco Oneto passou em revista vários trabalhos que apontam este “persistente registo da decadência” que “parece assombrar as pescarias nacionais” (Nunes, 2008:124), inserindo-o num quadro de “invenção de Portugal” (Nunes, 2008:124)<sup>90</sup>. Constantino Lacerda Lobo foi uma das figuras que reforçou esta ideia com inúmeros trabalhos para a demonstrar. No entanto, a *Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal*, datado de 1812, celebrou e condensou esta ideia<sup>91</sup>. Em 1923, também o cenário descrito por Raul Brandão em relação às comunidades piscatórias não era o mais animador, afirmando que “Todas as povoações de pescadores que conheço estão arruinadas.” (Brandão, 1923: 15) e que “Daqui a meio século não há uma escama nas nossas águas fertilíssimas.” (*ibidem*: 69). Ao longo da história das pescarias portuguesas vários têm sido os fatores utilizados para justificar esta persistente decadência. Poderíamos condensá-los num conjunto complexo de fatores, desde “escassez do pescado, deficiente organização do trabalho, ausência de lei e tirania fiscal” (Nunes, 2008:126). O estado das pescarias mundiais também não parece escapar a uma ideia de crise (Nadel-Klein, 2003:133) e de decadência reiterada, devido a problemas como oceanos estéreis causados pela sobrepesca, pela poluição, pelas mudanças climáticas, pela destruição de habitats e ecossistemas etc. (Nadel-Kein, 2003:161), o que, por sua vez, faz com que comunidades também estejam em risco (Jentoft, 1994:91).

Vários são os sintomas de uma morte anunciada<sup>92</sup>. Num primeiro plano, uma das condicionantes dessas projeções relaciona-se com as mudanças diretas que ocorreram nas últimas décadas, que transformaram estruturalmente o setor, fazendo com que fosse perdendo importância social e económica dentro da cidade. Neste contexto evoca-se sempre bastante a CEE/União Europeia e o governo de Cavaco Silva. Consequência das políticas da CEE, que foi corroborado no

---

<sup>90</sup> A ideia de decadência não surge só na atividade piscatória. Veja-se, a título de exemplo, o trabalho de Antero de Quental nas Conferências do Casino, intitulado *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Nunes defende que “talvez não seja despropositado sugerir a importância do contributo deste setor para a fermentação de um imaginário de decadência nacional” (Nunes, 2008b:125)

<sup>91</sup> Lacerda Lobo “evocou os impedimentos a uma plena atividade pesqueira, que a abundância de recursos (peixe e sal) deveria justificar, apontando ainda as falhas num conhecimento exaustivo das técnicas de pesca, os custos gravosos das mesmas, a inoperância de circulação e, finalmente, o irregular interesse da coroa” (Amorim, 2004:157)

<sup>92</sup> Aproprio-me aqui da expressão de Gabriel Garcia Márquez no seu livro “Crónica de uma Morte Anunciada”.

primeiro capítulo, é o decréscimo do número de pescadores e embarcações. Por isso, a não reprodução social dos pescadores é, talvez, a evidência mais palpável desse fim anunciado, sendo evocada persistentemente a ideia de que “não há malta nova” e, em paralelo, “se pudesse também largava esta vida”. Em relação a estes temas os discursos revelam-se algo dicotômicos, mostrando uma postura de resignação ou uma postura crítica. Ao mesmo tempo que apostam na educação e formação dos seus filhos, incentivando-os a seguirem outras profissões, revelam como gostariam de ver mais jovens na pesca e criticam os jovens que “não querem trabalhos pesados”. Esta contradição demonstra, no fundo, um problema de identidade que a não reprodução social dos pescadores acarreta: embora desejem transmitir os seus conhecimentos e ver a profissão a ser reproduzida, reconhecem que as dificuldades são crescentes e tornam difícil a subsistência da mesma. Por isso, concomitantemente, percebem as razões por que a atividade não atrai jovens e aceitam-nas, mas a ideia de um futuro onde o seu modo de vida já não existe gera um conflito interno, emocional relacionado com a sua identidade<sup>93</sup>. Por isso, os pescadores manifestam o gosto pelo mar e pela pesca, e que o gostariam de transmitir aos filhos e familiares, mas ressalvam que “isto não é vida para ninguém”. A não continuidade da profissão é para muitos sinónimo de uma extinção da identidade<sup>94</sup>. Tendo disso consciência, várias famílias de pescadores estimulam as gerações mais jovens a seguir a prática pesca desportiva, ou incutem aos filhos um gosto por barcos, pelo que muitos deles dispõem de uma pequena embarcação de fibra ou bote para irem pescar aos fins de semana ou, no verão, para passearem com as famílias<sup>95</sup>. Houve, pois, uma mudança de paradigma: os pescadores contemporâneos seguem a profissão dos pais e avós, mas os filhos irão quebrar esta linha, apenas mantendo contacto com o mar e com a pesca por motivos de lazer. Como disse Nadel-Klein (2003:212), daqui a uma/duas gerações, não se irá distinguir os netos dos pescadores do resto da população, estes diluir-se-ão na sociedade, apesar de haver o estímulo por parte das famílias para que se mantenha uma relação com o mar, ainda que de carácter sazonal e de lazer.

A crítica às políticas atuais e a romantização do passado revelam uma resistência crítica ao progresso (Nadel-Klein, 2003:161), uma vez que o melhoramento dos barcos com a introdução de tecnologias é percebido à luz desta ideia de decadência. Aliás, vários autores mostram como a introdução dessas tecnologias alterou as condições de produção e agravou o estado dos *stocks*, uma vez que os barcos aumentaram a sua capacidade de captura (Martins, 1999:257). Além disso, as

---

<sup>93</sup> A identidade dos pescadores passa, sobretudo, por aquilo que fazem. Rita Astuti estudou as duas formas de identidade entre os Vezo de Madagáscar mostrando como a identidade Vezo não é determinada por nascimento mas, que é criada contextualmente no presente através do que as pessoas fazem (Astuti, 1995). A performatização da identidade de pescador é o elemento central dessa identidade e, por isso, a não continuidade da ocupação é praticamente sinónimo da não continuação da identidade.

<sup>94</sup> “Identity – whether collective or individual – is never simply received. It is learned, lived, transmuted and always contextualized. Thus it should be regarded neither as a rigid blueprint nor as an imprisoning constraint.” (Nadel-Klein, 2003:94)

<sup>95</sup> A paisagem da procissão marítima da Festa da Nossa Senhora do Rosário de Tróia tem vindo a alterar-se. Com o avançar dos anos, os barcos de pesca profissional têm vindo a dar lugar aos barcos desportivos e aos barcos de fibra. Esta evidência revela como a tendência está a inverter-se, fruto da não reprodução social dos pescadores.

crescentes limitações e restrições burocráticas parecem, segundo pescadores, querer colocar mais barreiras ao exercício da atividade e as políticas parecem limitar-se a gerir recursos, não levando em consideração o papel das comunidades<sup>96</sup>. Assim, as mudanças já descritas na atividade piscatória, associadas ao declínio no número de barcos e pescadores, ao envelhecimento das companhias e às dificuldades de persistência económica são, para pescadores e pessoas ligadas ao meio, sintomas de um presente sem futuro.

Os discursos ainda denotam como a comunidade piscatória setubalense se sente excluída do meio onde está inserida e das decisões políticas que as afetam. A marginalização da comunidade ocorre, também, porque há uma descapacitação por parte dos pescadores de entender este conjunto complexo de agendas que interferem com o seu quotidiano. Além disso, a sua ausência dos meios de produção política (Acheson, 1981:277) faz com que disponham de poucos mecanismos para contornar a crise. Existem exceções, como a criação de cooperativas e associações de pesca, que ajudam na representação dos pescadores. As organizações de produtores revelavam maior importância e reconhecimento, uma vez que facilitam o escoamento do peixe sem passar pelos intermediários<sup>97</sup>. Apesar de fazerem parte de O.P.s, ou da associação já mencionada, o cenário de crise e decadência fez com que os pescadores descreditassem no poder das ações dessas organizações. Por isso, notei que havia pouco enraizamento sindical ou associativo dos pescadores com quem falei<sup>98</sup>.

No entanto, tanto sindicatos como organizações de produtores tendem a reivindicar os direitos dos pescadores. Pudemos verificar que o discurso é semelhante. Representando publicamente os pescadores, estas organizações não poupam críticas às políticas nacionais e comunitárias e também evocam a ideia de decadência que encontrei no terreno. Por exemplo, o presidente da Sesibal, Ricardo Santos, numa entrevista a um órgão de comunicação social, acusou instituições e políticas de induzirem a morte da pesca e Frederico Pereira, da Federação dos Sindicatos do Setor da Pesca, apresenta um conjunto de argumentos que sustentam a mesma ideia<sup>99</sup>.

Sumarizando, é notório que a percepção sobre o estado atual da pesca é influenciada por este conjunto de fatores. Assim, os discursos sobre este tema alicerçam-se numa dicotomia

---

<sup>96</sup> Jentoft faz a mesma acusação dizendo que as medidas e políticas de gestão das pescas têm uma visão macro que se centra nas questões biológicas e não socioeconómicas (Jentoft, 2000).

<sup>97</sup> James Acheson notou que as cooperativas tendem a reduzir o risco e incerteza e “tend to be formed when fishermen have been or feel badly used by buyers, and join together to get fairer prices and steadier markets for their fish” (Acheson, 1981:284)

<sup>98</sup> No entanto, de notar que a maioria dos barcos fazem parte da associação SetúbalPesca e, também, das duas O.P.s existentes. Porém, no quotidiano os pescadores com quem falei desvalorizaram, na maioria dos casos, a existências dessas organizações.

<sup>99</sup> “Mais valia que acabassem com a pesca de uma vez ao invés desta morte lenta e dolorosa que estão a infligir ao setor” Ricardo Santos (Goulart, 2011)

“Seja qual for o critério ou perspectiva que utilizemos para observar a evolução do setor da pesca, nos últimos 25 anos, após a adesão de Portugal à UE, sempre concluiremos que a situação da pesca nacional está num processo de acelerada degradação, que conduziu ao quadro geral de acentuada crise que se verifica nos dias de hoje.”, Frederico Pereira, 2012, Intervenção no âmbito de Seminário realizado na Assembleia da República

passado/presente para uma projeção do futuro. Os pescadores reconstróem o seu próprio passado romantizando-o, aliás, como os pescadores escoceses analisados por Nadel-Klein (2003:161), contrapondo o passado de abundância com o presente de escassez. Embora concordem que no passado as dificuldades também estavam presentes, havendo inclusive “muita miséria”<sup>100</sup>, a memória desse pretérito evoca a vida ativa do porto de pesca de Setúbal e a abundância do peixe que era sempre vendido, havendo pouco espaço para o enunciado das dificuldades vividas. O presente é percecionado à luz das dificuldades económicas e sociais que os pescadores sentem no quotidiano, havendo uma forte crítica às políticas atuais de gestão das pescas. Poderes públicos e políticas comunitárias são vistos como uma das causas deste definhamento. No fundo, no plano discursivo as narrativas que emergem denotam uma tentativa de dotar de sentido a “experiência social do acaso” (Nunes, 2008b:69) e de responder ao quadro de crise que o setor tem vindo a atravessar, fazendo-se diagnósticos, previsões e atribuindo-se responsabilidades. Porém, esta ideia de decadência não parece ser recente. J. disse-me “Já o meu pai dizia isso, que a pesca ia acabar, o meu avô a mesma coisa e olha, ainda aqui ando à pesca”.<sup>101</sup> Esta declaração mostra como historicamente a pesca tem vivido uma crise permanente que faz condicionar as perceções de um futuro.

No plano discursivo pescadores parecem conformar-se com a ideia de fim. Porém, no seu quotidiano – não existindo outras alternativas de trabalho – têm de lidar com a incerteza e com a precarização tentando contorná-las, minimizá-las ou evitá-las. As conversas e discursos sobre o *fim*, apesar de constantes, constituem-se como uma forma de catarse coletiva decorrente de uma necessidade de atribuição de sentido às mudanças e à persistente crise e instabilidade. Projetar um futuro, ainda que decadente, ajuda ultrapassar a incerteza fazendo com que se habituem à ideia. Estas previsões do futuro tentam minimizar a incógnita, são, como diz Acheson, mecanismos para “responder à incerteza” porque, como Daniel Bell argumenta, “os indivíduos não suportam muita incerteza nas suas vidas” (Bell, 1976: 273). Este conformismo é, no entanto, aparente, uma vez que pescadores não são figuras passivas ou meros espectadores desta decadência. Apesar do registo decadentista, os discursos de pescadores revelam que o fim não é aceite de forma pacífica. Estes pescadores vivem e operam em pequena escala, foram forçados a adaptar-se a mudanças impostas ou induzidas por força globais que não entendem, em que não se revêm e que, na sua perceção, conduziram ao quadro de crise hoje vivido. Emerge conseqüentemente uma postura e discurso de resiliência crítico e acusatório, à semelhança do que ocorre entre os pescadores escoceses

<sup>100</sup> “Havia muita miséria, vivíamos em barracas, sem condições nenhuma, pouco tínhamos para comer. Tínhamos peixe, quando havia...” – F. conta-me como era o passado, sempre indefinido, dos pescadores e suas famílias. Esta ideia foi transmitida por demais pescadores. A construção do Bairro de Pescadores já mencionada no capítulo 2 veio suprir essas exigências de habitação condigna para estas populações.

<sup>101</sup> O caso dos pescadores escoceses, estudados por Nadel-Klein, tem semelhanças neste aspeto uma vez que a antropóloga mostra que ao longo de séculos pescadores tem visto a situação crítica. “For centuries, each generation of Scottish fishers has, in its own way, seen its situation as critical. They speak frequently of how each cohort has learned from its elders never to take its livelihood for granted.” (Nadel-Klein, 2003:134). A questão do estigma e marginalização associados a estas comunidades assim como o carácter aleatório da atividade faz com que seja uma atividade económica pouco sustentável e instável fazendo com que comunidades vivam numa situação de frequente pobreza e, talvez, por isso há sempre essa perceção.

estudados por Nadel-Klein (2003:1). Poderíamos dizer que existe um discurso oculto<sup>102</sup>, no sentido dado por James C. Scott: a comunidade piscatória, não aceita acriticamente a condição de subordinação a que a sujeitam, produzindo um conjunto de discursos, práticas e gestos que revelam “a sua relutância em tomar parte na representação” (Scott, 2013:44). A atribuição de responsabilidades pelo estado atual das pescas e a reivindicação de políticas que não visem “destruir as pescas” reiteram, subjacentemente, que a decadência acaba por ser utilizada como um instrumento de carácter reivindicativo, uma vez que “a escassez e o declínio da pesca poderão, eventualmente, ser mais convenientes ao discurso político” (Nunes, 2008b:144).

O discurso oculto definido por James C. Scott não consiste apenas de narrativa. Dele fazem parte práticas sociais que denotam a não-aceitação da subordinação. Apesar de James C. Scott utilizar este conceito para analisar relações de poder mais extremas, creio que se pode denominar o discurso crítico e decadentista de discurso oculto uma vez que consiste numa retórica alternativa ao discurso público. No entanto, estes discursos eram proferidos de uma forma relativamente aberta, demonstrando como os pescadores não estão prontos para aceitar todas as regras e restrições que lhes são impostas e que, na sua perceção, são a causa maior deste processo de decadência.

Assim, no quotidiano pude observar que os pescadores desenvolvem aquilo que James Scott denomina de “pequenas estratégias de resistência quotidiana” que são, no fundo, “meios de resistência discretos que recorrem a formas discretas de expressão” (Scott, 2013:51). No terreno, fui confrontada com algumas práticas sociais com o objetivo último de tornar o rendimento resultante da captura maior. A venda à candonga é, talvez, a mais emblemática. Apesar de obrigatoriedade de venda em lota os pescadores desenvolvem mecanismos para fugir a esse tipo de venda que, muitas vezes, é menos rentável. Alguns barcos e pescadores anualmente só fazem a venda mínima em lota de modo a manterem a sua licença de pesca. Vender diretamente ao intermediário dá mais garantias ao pescador uma vez que estas vendas, na maioria, resultam de relações de longo prazo entre as partes e, por isso, há mais espaço para o pescador negociar o preço do peixe. Além disso, as duas partes escapam aos impostos a que estariam sujeitos na venda em lota. A venda à candonga quando é acordada entre as partes permite que o pescador consiga prever os lucros que a sua ida ao mar irá gerar. Porém, mais uma vez, o risco está presente. Há a possibilidade de “ser apanhado” neste esquema de venda e a de não apanhar nada e, por isso, não conseguir vender nem fazer algum rendimento. Esse risco permanente fez com que cada vez mais pescadores e companhas receiem vender desta forma. Uma das mudanças das últimas décadas relaciona-se com práticas de fiscalização cada vez mais apertadas, que tornam mais difícil a venda ilegal e a fuga à ação das autoridades fiscais e policiais. Assim, se por um lado há barcos que só vendem desta forma, outros só o fazem em situações particulares. Por exemplo, num dia de inverno um barco chegou ao cais e o mestre, visivelmente nervoso, sobretudo com a presença de turistas e curiosos, desembarcou e fez saber que não apanhou nada, pedindo às pessoas irem embora. Passados uns minutos, tira duas celhas de choco do barco e coloca na muralha tapando-as com as redes que lá se encontravam. Diz-

---

<sup>102</sup> James C. Scott define discurso oculto como “o discurso que tem lugar nos bastidores, fora do campo de observação direta dos detentores do poder. (...) consiste em enunciados, gestos e práticas que, tendo lugar fora de cena, confirmam, contraditam ou infletem aquilo que aparece no discurso público.” (Scott, 2013:31)

me que “se não for assim não ganho nada”. “Ajudas” preocupados com a situação avisam-no que o “jippe” anda aí<sup>103</sup>. Ainda que a presença da fiscalização tenha sido constante, esta situação foi comum. Num inverno rigoroso, vender à candonga parece uma escolha lógica quando se captura pouco peixe.

Uma prática também vulgar é a venda do quinhão aos intermediários, restaurantes ou a amigos, por forma a aumentarem os rendimentos. Por vezes, os próprios pescadores vendem de forma improvisada nas imediações de locais de compras, como supermercados e praças. Aliás, em Setúbal é comum alguns dos que operam nos botes venderem dessa forma. Quando não têm comprador vendem eles mesmos, ou através de outros, diretamente ao consumidor. Nas traseiras do supermercado e da praça durante a manhã vêem-se vários homens com caixas de esferovite ou baldes com peixe. É uma venda também ilegal e improvisada que, em muitos casos, é a mais lucrativa, porque constitui a oportunidade do pescador vender diretamente ao consumidor. Esta venda informal, sem recurso a intermediários, permite aos profissionais da pesca ter uma maior percentagem de lucro, sendo das poucas alternativas à força económica dos comerciantes. Já Coimbra de Oliveira notara esta estratégia entre os pescadores de Peniche, afirmando que “Os pescadores detetando a superioridade económica dos comerciantes, desenvolveram uma forma alternativa de distribuição, que só pôde ter resultado pela validade social e económica, reconhecida pelo conjunto da população, como prática justa.” (Coimbra de Oliveira, 2010:88).

Além da venda à candonga, os pescadores frequentemente transgridem as regras impostas, e operam em locais proibidos ou com artes interditas. No estuário, onde as regras e a fiscalização são mais apertadas, mostram uma tendência para arriscar e pescar. Vários já foram multados. O mestre de um barco que desafia frequentemente estes interditos diz-me que, apesar das multas que já pagou, “vale a pena”, porque “apanho e vendo mais”. Afirma, inclusive, que se recusa a colocar o peixe em lota, a não ser o mínimo. Os pescadores que estavam com este mestre riam e diziam que este era o pescador mais “bandido” que eu iria encontrar. Curioso notar, no entanto, que este pescador orgulhava-se destas transgressões dizendo que as fazia a plenos pulmões, não se trataria, por isso, de um discurso oculto. Numa outra conversa, dizem-me entredentes que há barcos que, embora pratiquem ações proibidas e vendam sempre à candonga, são poucas vezes apanhados. Outros, por seu turno, quando o fazem excecionalmente “têm logo a vedeta em cima”. Sugeriram deste modo que alguns barcos subornariam a polícia marítima.

Outras estratégias de transgressão quotidiana passam pela mistura de classes de tamanho de peixe. O tamanho da mesma espécie peixe pode aumentar o diminuir o seu valor e, quando há mais peixe com tamanho de menor valor os pescadores misturam com aqueles que valem mais. Esta prática é muito comum no choco. O choco de classe 3E, o mais pequeno, é aquele que tem maior valor comercial e aquele que há em menor quantidade, na maioria das vezes. Por isso misturam choco de tamanho médio nas caixas do choco de tamanho pequeno. Os funcionários da lota disseram-me que têm a noção deste estratagema, mas que “fecham os olhos” porque os

---

<sup>103</sup> Esta expressão significa que a GNR, uma das entidades que fiscaliza a pesca, está por perto. Durante o meu trabalho de campo raras as vezes que não observei a GNR na muralha. A presença diária das entidades de fiscalização constituem-se como mecanismos de poder, causando a percepção que se é vigiado.

intermediários também o sabem e isso é visível no leilão e o pescador pode “perder mais do que ganhar”. Outras pequenas estratégias passam por vender o peixe em lota em nome de outro barco, ora porque tem licença para pescar em determinado local, ora porque tem a licença para apanhar determinada espécie. Por exemplo, os barcos de cerco destinam-se a capturar pequenos pelágicos, no entanto, está previsto na lei a possibilidade de captura de espécies assessórias (aquilo que os pescadores denominam “peixe-escama”) se corresponder a 20% das capturas de uma maré. No entanto, muitas vezes quando estão a pescar não têm noção se as proporcionalidades estão dentro do que é permitido ou nem conseguem pescar pelágicos em quantidade suficiente para poderem descarregar essas espécies. Assim, foi frequente observar um acordo entre as embarcações de cerco e outras embarcações que possuem licenças de pesca para a captura dessas espécies para que estes últimos vendessem o “peixe-escama” em seu nome na lota.

Hoje em dia, como Nadel-Klein defende (*ibidem*), os pescadores vivem experiências de descontinuidade<sup>104</sup>, associadas à sua marginalização e pauperização histórica, à aleatoriedade ecológica e à incerteza económica. Analisando a conjuntura atual, os pescadores setubalenses projetam-se como os últimos de uma geração de pescadores, mas na prática lidam com a aleatoriedade e com as dificuldades económicas, que procuram superar. No fundo, estas pequenas resistências quotidianas revelam como estes atores sociais não são figuras passivas: desenvolvem estratégias que, além de serem uma forma de resistência, constituem, principalmente, modos de sobrevivência, uma vez que visam minimizar a incerteza, quer ecológica quer económica. Porém, citando de novo Nadel-Klein, os discursos e as práticas revelam que pescadores consideram que a importância do seu passado é desvalorizada e que as evidências presentes apontam para um futuro onde não têm lugar<sup>105</sup>. Poderíamos dizer que o estado atual das pescas, para estes pescadores, é um período liminar, utilizando os termos de Victor Turner, em que tentam “montar o puzzle” através de discursos que procuram culpados, que tentam prever o futuro, e através de práticas que revelam uma resistência face às regras impostas.

---

<sup>104</sup> “Today, fishermen find themselves buffeted by complex agendas and market forces so large in scale, so distant and so unresponsive to local concerns as to represent a real discontinuity in their experience.” (Nadel-Klein, 2003:169)

<sup>105</sup> Parece que Nadel-Klein encontrou o mesmo fenómeno entre os Pescadores escoceses, afirmando que, “Nothing is simple about the experience of people who gaze at a past they see devalued and who imagine a future in which they have no role.” (Nadel-Klein, 2003:215)

## **Popa**

“Anthropology may not provide the answer to the question of the meaning of life, but at least it can tell us that there are many ways in which to make a life meaningful. If it does not provide answers, anthropology may at least give us the feeling of being very close to the questions”.

(Eriksen, 1995:313)

## Reflexões finais

R., dono do traineira “Cidade de Setúbal” diz que o “barco já está vendido, vai para Olhão e espero que dê melhor sorte aos novos donos. Eu já não aguentava. A maioria das vezes o que apanhamos nem chega para a despesa. Aqui para as artes de cerco não está bom, por isso já há tão poucas traineiras.” R. desde criança tem uma vida ligada ao mar e foi com alguma amargura que me falou dos motivos da venda do seu barco, o barco com o nome da cidade e que “merecia melhor, mas olha está vendido e seja o que deus quiser”.

Diário de Campo, 14 janeiro de 2015 (com adaptações)

A traineira “Cidade de Setúbal” rumou ao Algarve. Nos últimos anos várias traineiras e outros barcos foram vendidos ou abatidos. A venda de um barco com o nome da própria cidade teve um impacto efetivo e simbólico diferente. Poder-se-ia dizer que é uma metáfora para o estado atual das pescas na cidade, ou seja, que condensa aquilo que a comunidade já reproduz: a pesca em Setúbal está a atravessar o seu trajeto final. Talvez seja demasiado taxativo tomar a parte pelo todo, ou seja, tomar o caso da pesca de cerco como representativa da pesca praticada em Setúbal. Porém, como disse, a pesca de cerco constituiu um marco identitário na cidade e atualmente é o método de captura que tem menos expressão efetiva, pois já só conta com 3 barcos. Além disso, o nome tem um simbolismo particular gerando emoções e identificações. Nesse dia todos comentavam como seria “uma pena” ver o barco com o nome da cidade partir.

Partindo de uma inquietação pessoal e engajada sobre o modo como as comunidades piscatórias, em especial as da pesca artesanal e de pequena escala, se articularam e estão articulando com processos mais amplos, iniciámos a presente dissertação com o objetivo de, a partir de um contexto local delimitável, mas não isolado, explorar, através dos discursos, a percepção que os pescadores têm do estado atual da sua atividade, e como essa percepção influencia as suas práticas, formas de expressão e quotidianos. Tentámos “devolver estas questões ao terreno etnográfico” (Pina Cabral e Lima, 1996:14). Mas este é hoje cada vez menos delimitável e difícil de ser definido (Gupta e Ferguson, 1997), pelo que não consiste somente na escolha de um local. O terreno tem de ser construído e pensado heurísticamente. O que deu origem a esta dissertação foi construído tendo como mote o meu interesse sobre as comunidades piscatórias, articulado às minhas motivações teóricas e convicções pessoais. Como foi explanado, o contexto etnográfico escolhido era-me bastante familiar e foi no cruzamento da minha formação antropológica com uma curiosidade pessoal que passei a observar este local como um *terreno etnográfico*. Não posso, por isso, descurar como a ligação pessoal motivou e motiva, a escrita desta dissertação.

Num conjunto de interesses emergentes sobre o mar, em Portugal, vimos que este é veiculado como o “futuro” do país. Porém, analisámos como a pesca está ausente destes discursos e que os pescadores, historicamente relacionados com este meio, já não projetam nele um futuro, o mar é o passado. A entrada para a CEE/UE impulsionou um conjunto de medidas políticas que transformaram estruturalmente o setor. Contudo, tais iniciativas são vistas como a causa do declínio acentuado da atividade. Isto é, os pescadores de hoje, que assistiram ao avanço dessas políticas, perspetivam-nas como as culpadas do estado atual das pescas. Porém, vimos como seria redutor

concentramos-nos somente nesse campo para perceber os motivos por que a atividade piscatória está a perder relevância.

O mar, *esse imenso azul*, oferece o cenário onde as comunidades piscatórias desenvolvem o seu quotidiano. Vimos como o mar proporciona uma permanente instabilidade devido ao carácter aleatório dos seus recursos mas, concomitantemente, atrai, diria quase dialeticamente, quem o explora. Talvez por isso tenhamos observado no terreno pescadores reformados que saem de madrugada das suas casas só para “ir ver o mar e ver os barcos a sair e a chegar”. Ou talvez por isso os atuais pescadores tenham dito que não desejavam ter um trabalho *em terra*, além de que a “galinha do campo não quer capoeira”. Tanto as práticas como os discursos revelam um pensamento que tem na base a oposição mar/terra, à qual são adicionados outros conjuntos de oposições como liberdade/prisão, perigo/segurança e escassez/abundância. Oneto Nunes notou que o mar gera “emoções antitéticas” (Nunes, 2001:40). Pude observar que essas emoções estão ancoradas na forma como se concebe o mar e como este é decisivo na construção de uma identidade das comunidades piscatórias. Utilizando as palavras de Mendes, “o mar, a interação com o mar, é parte essencial da miríade de emoções do que significa sentir-se em casa. Este sentimento (...) lhes permite [aos pescadores] um sentido de autoidentidade e autopercepção coeso e fornece um sentimento de segurança ontológica” (Mendes, 2013: 227). Mas se partimos do local, analisando como o contexto ambiental interfere nas formas de organização social e formas de percepção do mundo, não podemos, no entanto, descurar como o ambiente não se circunscreve ao local físico onde se desenvolvem as práticas quotidianas. Do ambiente fazem parte, também, processos de interconexão nacional, europeia e global.

Diz-nos Bauman que “a globalização está na ordem do dia”, que é “uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema.” (1999:7). Como tal, temos de estar alertas quando evocamos as narrativas associadas a esse processo uma vez que podem esconder algumas das suas implicações sociais, económicas, culturais e humanas (Bauman, 1999). Após termos traçado o percurso desta dissertação parece óbvio afirmar que o terreno escolhido para a presente pesquisa é também ele afetado por processos que facilmente associamos globalização. No entanto há que deixar aqui claro: este fenómeno não pode ser reduzido a fluxos económicos e financeiros (Canclini, 2003:58). Fazê-lo significa “despersonalizar o processo” que, por sua vez, “pode colaborar com a doutrina neoliberal” (*ibidem*). Assim, concebemos aqui a noção de globalização/globalizações tendo em conta o envolvimento das pessoas “que fazem, reproduzem e sofrem a globalização – e até das que são excluídas dela” (*ibidem*) e como se articulam e se posicionam face às estruturas globais no seu quotidiano local. Podemos, assim, afirmar que processo que articula várias dimensões da vida e, paralelamente, vários grupos sociais com papéis e estatutos diferenciados.

As relações e fluxos a nível global são marcados por uma grande liquidez (Bauman, 2000), havendo uma crescente interação e troca sociocultural, bem como económico-financeira (Inda, 2002:2), aspetos que estão na raiz de uma permanente instabilidade que afeta as localidades, uma vez que os centros de poder, quer económico quer político, estão “emancipados de restrições locais” (Bauman, 1999:9). Podemos inferir que essa emancipação extraterritorial deixa, de alguma forma, as localidades sujeitas à incerteza do mercado.

Ao longo da presente dissertação também verificámos como os quotidianos da comunidade piscatória setubalenses são marcados pela aleatoriedade e incerteza. Não é, por isso, descabido fazer a ponte entre a fluidez do mundo contemporâneo e a instabilidade que, transversalmente, afeta as comunidades piscatórias. Ressalvamos como a aleatoriedade ecológica e a incerteza económica estruturam a vida dos pescadores. O sistema económico mundial promove a instabilidade ou, apropriando-nos da metáfora de Marshall Berman, no sistema mundial cada vez mais “tudo o que é sólido se dissolve no ar” (2006). As comunidades de pequena escala parecem mais vulneráveis a essa instabilidade uma vez que “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (Bauman, 1999:9). Apesar de reconhecermos que o local também tem agência sobre o global e de, como Canclini defende, existirem “razões socioeconómicas pelas quais o global não pode prescindir do local, nem o local ou nacional se pode expandir, ou até sobreviver, desligado de movimentos “globalizadores” (Canclini, 2003:47), não podemos afirmar que não exista hegemonia do global sobre o local, no sentido gramsciano do termo.

Analisando as características da atividade piscatória não é difícil ver que esta não se enquadra num modelo de produção capitalista. A antropóloga Jane Nadel-Klein defende – a partir das comunidades piscatórias escocesas – que o capitalismo pode criar e destruir modos de vida (Nadel-Klein, 2003:1), demonstrando como as comunidades de pesca de pequena escala hoje em dia têm dificuldades em sobreviver por se encontrarem entre “grandes jogadores”, que operam em escalas onde os “pequenos” não conseguem competir. Nas comunidades piscatórias, como avançam Henrique Souto e Luís Martins o trabalho está cada vez mais subordinado ao capital (Martins, 2005:136) e, deste modo, a pesca fica mais vulnerável às flutuações dos mercados, próprias da liquidez dos tempos em que vivemos. Por isso, as dificuldades enumeradas levaram a que pescadores e a comunidade estudada tenham interiorizado uma sensação de permanente crise, o que, conseqüentemente, leva a que projetem um presente em decadência e um futuro onde não há futuro. Ao contrário, como vimos, dos discursos públicos e políticos que evocam que é no mar que está o futuro do país. Esta contradição é explicada pela pouca expressão económica da atividade, que tem no Produto Interno Bruto um valor residual e que, talvez por este motivo, não é alvo de apostas políticas. Assim, como vários interlocutores me enunciaram, o fim da pesca parece uma inevitabilidade, porquanto descreem dos poderes públicos nacionais e não se revêm nas políticas comunitárias. Analisando os processos complexos à sua volta tentam enquadrar-se, mas o discurso revela que não se concebem neste quadro. Vimos igualmente que estes discursos de projeção do futuro são formas de catarse coletiva que crescem da experiência das vidas, marcadas por descontinuidade, instabilidade e crise. Ainda assim, porque o quotidiano segue o seu curso, os pescadores têm de lidar com estas mudanças e com a crise que experienciam e, como tal, a necessidade de adaptação revela uma resistência paralela em aceitar a subordinação. Estas percepções e práticas são formas de lidar com um futuro contingente, fornecendo uma narrativa que embora pouco animadora é vista como *certa*. Será prudente enunciar, como evidenciou Francisco Oneto Nunes, que a própria ideia de “decadência comporta necessariamente uma relação com determinadas concepções de crescimento e de desenvolvimento” (Nunes, 2008b:142).

A localidade é o ponto de partida: a perda do espaço físico é uma evidência da perda de importância económica e social, mas tal resulta, também, do decréscimo do número de pescadores e de embarcações. O presente é hoje liminar, um momento de passagem e transição entre aquilo que *foi* e aquilo que *será*, por isso, condenando o estado atual das pescas ao mesmo tempo tentam resistir com pequenas estratégias que revelam uma necessidade de sobrevivência. Acresce, ainda, que em Setúbal há uma crise de identidade porque, como Mendes notou na comunidade piscatória da Azenha do Mar, “os sentimentos de comunidade estão intimamente dependentes da relação com o lugar e/ou espaço, ou, se quisermos, com a noção de paisagem, tal como proposta por Tim Ingold” (Mendes, 2013:205). Deste modo, assistindo a uma transformação da paisagem influenciada por todos estes processos já aqui descritos, a comunidade atravessa uma crise de identidade porque não se concebe em nenhum lugar nem tempo futuro. Defendemos, no entanto, que esta permanente crise decorre, sobretudo, da condição de liquidez própria da modernidade (ou será pós-modernidade?), na qual as pessoas parecem surgir em segundo plano, vistas como subprodutos dos *caprichos* dos mercados.

Regressamos ao dia em que a “Cidade de Setúbal” foi vendida. Esse dia foi simbolicamente elucidativo: antigos pescadores, mestres-terra, pescadores no ativo, “ajudas” e funcionários da lota, juntavam-se em pequenos grupos e não foram raras as vezes que lamentaram a venda da traineira. As conversas evoluíam e num contraponto comentava-se o movimento do passado com a aparente monotonia do presente. O saudosismo e tristeza embargavam as vozes. Outras enchiam-se de revolta com o “estado das coisas”. O denominador comum destas conversas, na maioria das vezes, era a indústria conserveira e as traineiras que “existiam mais de cem”, ou os barcos que vinham de Marrocos “carregadinhos” – diz-me o mestre-terra de um dos barcos que ainda pratica arte de cerco. – e, “agora não existe quase nada”. Aos poucos, ao longo do século XX, o porto de Setúbal foi perdendo “vida”, acabaram os arrastões e a pesca longínqua de Marrocos. Hoje há poucos barcos a exercerem a arte de cerco e os pescadores percecionam a venda da “Cidade de Setúbal” como uma sentença, será o futuro “inevitável” para as restantes traineiras, também, para os restantes barcos. À oposição passado/presente acrescem as dicotomias movimento/monotonia e abundância/escassez. O passado e a memória são utilizados como recursos que legitimam as reivindicações presentes, os pescadores falam como a pesca “sempre existiu em Setúbal” ou “quem não conhece o carapau, a sardinha e o choco de Setúbal?”, por forma a sustentar que o fim que antevêm não deveria acontecer dado o enraizamento e importância histórica desta atividade. Os discursos denotam, para utilizar a metáfora de David Lowenthal (1985) que o passado é um “país estrangeiro” passível de ser reinterpretado à luz do presente. O passado é assim “um artefacto do presente” (Lowenthal, 1985) utilizado como uma resposta à instabilidade presente vivida que antevê um futuro onde o modo de vida *passado* já não tem lugar.

As experiências de descontinuidade vividas por estes pescadores talvez expliquem o emergir destas narrativas: historicamente marginalizados e alvos de estigma, com memórias coletivas em que a “miséria” da vida do mar é o denominador comum, os pescadores chegam a um tempo presente carregado de dificuldades e imposições, com as quais não se identificam e vêm como ameaçadoras, com uma visão do futuro despersonalizada, porque aquilo que é o referente da sua identidade parece

não mais conseguir resistir. Por isso, percebem a decadência no estado atual das pescas, mas ao mesmo tempo tentam dar significado à instabilidade recorrendo a explicações que ora se focam nas políticas, ora se situam no domínio do sobrenatural. As práticas impregnadas desta forma de conceber o presente surgem como meios de sobrevivência e resistência num quadro de crise permanente, onde não há projeção do futuro e, por isso, os pescadores vivem o presente *como podem e não como querem*. Mas, como nos diz Kay B. Warren: “Communities, whatever their scale, continue in heterogeneous ways to reconstitute themselves as they make the world their own, inevitably in the face of tremendous economic and political constraints on their action. As a result, anthropology has increasingly become the study of instability and fragmentation, of systems caught in contradictory currents of change.” (Warren 2002:380).

Defendendo uma antropologia implicada, chego ao fim da escrita das páginas desta dissertação e uma questão me inquieta: como este texto académico de Antropologia contribui para a comunidade estudada? Terminar a dissertação com uma resposta pronta a esta pergunta talvez fosse o desejável. Contudo, porque acredito que o trabalho de investigação não se esgota nestas 80 páginas e porque defendo que devemos continuar sempre a refletir sobre os processos que nos rodeiam, não posso dar uma resposta fechada e acabada. Um dos traços distintivos da Antropologia, a meu ver, relaciona-se, precisamente, com a forma como analisando um contexto local, nas suas especificidade, enquadrando-as num conjunto de relações complexas, a disciplina consegue alargar e desenvolver questões e problemáticas mais amplas sem, no entanto, cair em generalizações inócuas. Por isso, ao longo destas páginas tentei, assim como fez João Coimbra de Oliveira na sua tese sobre as migrações de pescadores em Peniche, considerar a comunidade piscatória não “isolada no tempo e no espaço, mas como comunidades locais inseridas num contexto internacional” (Coimbra de Oliveira, 2010:23). Tendo como mote que as pescas são um fenómeno humano e que a gestão das pescarias é a gestão das pessoas e não do peixe, defendo que as políticas devem partir das comunidades e das suas especificidades, de modo a se adaptarem a contextos que são muito heterógenos. Ainda assim, há que mencionar que este tipo de pesca de pequena-escala não se adapta a um modelo de produção capitalista e, como tal, não se pode olhar para a pesca enquanto atividade económica, mas sim enquanto atividade social e cultural, que envolve um conjunto de pessoas que ancoram a sua identidade na sua ocupação. O programa vai além da pesca. O problema aqui situa-se na forma como neste sistema as transações económicas são valorizadas em detrimento da vida humana nas suas práticas sociais e culturais.

Apesar do exercício de reflexão que fiz ao longo destas páginas termino, ainda, com uma questão que me surgia sempre que estava no terreno e à qual nunca soube dar resposta: o trabalho que aqui estou a fazer terá alguma relevância para estas pessoas? Continuo sem saber, mas deixo aqui duas frases, uma dita por um pescador e outra por um mestre, que acalentam alguma esperança e me fazem seguir na demanda de tentar – através de uma antropologia implicada e engajada – acrescentar algo a estas comunidades:

“Não chateias nada, nós gostamos de saber que há alguém a gostar da nossa classe, a classe piscatória e que gosta da nossa arte”

J. pescador do cerco

“Não desapareças, continua a vir aqui, nós gostamos de ti e a pesca merece ser estudada, ainda há tanto. É um mundo. Continua que nós ajudamos-te.”

M., mestre de uma traineira

Fontes

Decreto de Lei nº 278/87

Portaria nº 562/90 de 19 de Julho- Regulamento da Pesca no Rio Sado

Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril

## Referências bibliográficas

- AAVV (2012), *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P..
- AAVV (2013), *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, s.l.*, Governo de Portugal, (Online).
- Acheson, 1981 Acheson, James (1981), "Anthropology of fishing", *Annual Review of Anthropology*, Vol. 10, pp. 275-316.
- Alho, Albérico A. C (2010), *Setúbal - Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.
- Amorim, Inês (2004), "A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal - entre a Ilustração e o Liberalismo" - in *Estudos em homenagem ao Professor Luis António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da U. Porto.
- Amorim, Inês e Nuno Luís Madureira (2001), *História do Trabalho e das ocupações – Vol. II Setor das pescas*, Lisboa, Editorial Celta.
- Andersen, Hans Christian (1971), *Uma visita em Portugal em 1866*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- Andersen, Raoul, e Cato Wadel (orgs.) (1972), *North Atlantic Fishermen: Anthropological Essays on Modern Fishing*, Memorial University of Newfoundland.
- Appadurai Appadurai, Arjun (2004), *Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias*, Lisboa, Teorema.
- Arranja, Álvaro (2011), *Mataram Mariana...: Dos Fuzilamentos de Setúbal à Rutura Operariado-República em 1911*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos
- Assis, José Luís Assim (2006), "Algumas palavras sobre a extração do sal nas salinas portuguesas do séc. XIX: o sal do rio Sado (1)", *Neptuno* (online), (8). Disponível em: [http://adpa.no.sapo.pt/neponlin8.htm#Algumas\\_palavras\\_sobre\\_a\\_extração\\_do\\_sal\\_nas\\_salinas\\_portuguesas\\_do\\_séc.\\_XIX:\\_o\\_sal\\_do\\_rio\\_Sado\\_\(1\)](http://adpa.no.sapo.pt/neponlin8.htm#Algumas_palavras_sobre_a_extração_do_sal_nas_salinas_portuguesas_do_séc._XIX:_o_sal_do_rio_Sado_(1))
- Astuti, Rita (1995), *People of the sea: identity and descent among the Vevo of Madagascar*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Baixinho, Alexandra (2008), *Turismo de Cruzeiros em Lisboa: Uma abordagem antropológica*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Urbana, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Baldaque da Silva, A.A. (1891), *Estado Actual das Pescas em Portugal Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em Todo o Continente do Reino, Referido ao Ano de 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Baldaque da Silva, António Artur, (1887) *Planta hydrografica da Enseada, Barra e Porto de Setúbal e relatório sobre a pesca marítima e fluvial n'esta localidade*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Zygmunt (1999), *Globalização: As consequências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bell, Daniel, 1976, *The Cultural Contradictions of Capitalism*, New York, Basic Books Inc. Publishers.
- Berman, Marshall (2006), *Tudo o que é sólido se dissolve no ar : a aventura da modernidade*, Lisboa, Edições 70.
- Bestor, Theodore C., 2000. "How Sushi Went Global.", *Foreign Policy*, November December, pp. 54-63.

- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- Brandão, Raul (1923), *Os Pescadores*, Lisboa, Planeta DeAugustini.
- Breton, Yvan (1981), "L'Anthropologie Sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaire", *Anthropologie et Sociétés*, vol. 5, (1), pp. 7-27.
- Canclini, Nestor Garcia (2003), *A Globalização Imaginada*, Rio de Janeiro, Iluminuras.
- Casteel R e J. Quimby (1975), *Maritime Adaptations of the Pacific*, Haia, Mouton.
- Clifford, James & George Marcus (orgs.) (1986), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, University of California Press.
- Coimbra de Oliveira, João (2010), "Migrações paralelas em Peniche - Economia política da produção e consumo de sardinha", Dissertação de Mestrado Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Coimbra de Oliveira, João (2008), "Apontamentos de Viagens de Pescadores", Seminário Etnicidades, Género e desvio.
- Cole, Sally (1995), *Mulheres da praia, o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Comissão Europeia (2015), *A Política Comum das Pescas*. [Online] 2015. Disponível em: [http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/index_pt.htm).
- Corbin, Alain (1989), *O território do vazio: a praia e o imaginário social*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Costa, António Firmino da e, Graça Índias Cordeiro (1999), "Bairros: contexto e interseção", em Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 58-79
- Cravinho, João Gomes (2006), "Mares e oceanos –Elementos multifacetados de uma política externa global", *Rua Larga Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, nº 11.
- Cunha, Tiago Pitta (2011), *Portugal e o Mar*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Cutileiro, José (1971), *A Portuguese Rural Society*. Oxford, Claredon Press.
- Cutileiro, José (1973), "The Anthropologist in His Own Society" comunicação apresentada em Proceedings of the 10th Annual ASA Conference. St. John's College, Oxford (July)
- DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2015), Artes e Utensílios de pesca. Portal DGRM. [Online], 4 de novembro de 2014 Disponível em: [http://www.dgrm.mam.gov.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&selectedmenu=1471646&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe\\_v2=1617610](http://www.dgrm.mam.gov.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&selectedmenu=1471646&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=1617610).
- Diegues, António Carlos (1993), *Povos e mares: uma retrospectiva de – sócio antropologia marítima*, São Paulo, CEMAR, Centro de Culturas Marítimas, Universidade de São Paulo.
- Diegues, Antonio Carlos (1999), "A Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil", *Etnográfica*, volume 3 (2).
- Diegues, António Carlos (2005), "Tradition and change in Brazilian fishing communities: towards a Social Anthropology of the Sea" , em António Carlos Diegues, *Maritime Anthropology in Brazil*, São Paulo, NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP.
- Dove, Michael (1993), "Uncertainty, Humility, and Adaptation in the Tropical Forest: the Agricultural Augury of the Kantu", *Ethnology*, vol. XXXII (2), University of Pittsburgh.

- Durfour, Dany-Robert, (2003), *L'Art de Réduire les Têtes. Sur la Nouvelle Servitude de L'Homme Libéré, à L'Ère du Capitalisme Total*, Paris, Éditions Denoël.
- Eriksen, Thomas (1995), *Small Places, Large Issues: An Introduction to Social and Cultural Anthropology*, London, Pluto Press.
- Firth, Raymond (1946), *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, Londres, Routledge & Kegan Pau Ltd.
- Galván Tudela, Alberto e José Pascual Fernández (1996), "Pescadores: las sociedades de Pescadores y la antropología", em Prat, Joan y Martínez Angel (eds.), 1996, *Ensayos de Antropología Social: Homenaje a Claudio Esteva Fabregat*, Barcelona, Ariel.
- Garrido, Álvaro (2006a), *Economia e Política das Pescas Portuguesas*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Garrido, Álvaro (2006b), "Mitologias. O Mar que nós perdemos", *Rua Larga Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, nº 11.
- Garrido, Álvaro (2013), "Editorial", *Argos – Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, nº1.
- Goulart, Ana (2011), "Sesibal - A pesca sofre uma morte lenta e dolorosa", *Revista Seara Nova* (online) Disponível em: <http://www.searanova.publ.pt/pt/1715/economiasocial/133/>
- Habermas, J. (1973), *Legitimation Crisis*, Boston, Beacon Press.
- Hannerz, Ulf (1996), *Transnational Connections. Culture, People, Places*. London, Routledge.
- Hardin, Garrett (1968), "The Tragedy of the Commons", *Science*, volume 162, pp. 1243-1248.
- Hutchinson, Sharon (1996), *Nuer Dilemmas. Coping with Money, War, and the State*,
- Inda, J. e Renato Rosaldo (2002) *The Anthropology of Globalization*, London, Blackwell.
- INE, I.P. (2013), *Estatísticas da Pesca – 2012*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Ingold, Tim (2000), *The Perception of the Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, London, Routledge
- Jackson, Anthony (1987), *Anthropology at home*. Londres, Taistock
- Jentoft, Svein (1994), "Five Truisms of fisheries management", em *I Encontro Internacional de Vilamoura sobre Pescas Gestão das pescarias face a múltiplos objetivos: Estratégias para o futuro*. Vilamoura, C. C. Monteiro.
- Jentoft, Svein (2000), "The community: a missing link of fisheries management", *Marine Policy*, 24, (1).
- Jorion, Paul (1983), *Les pêcheurs d'Houat*, Paris, Herman.
- Levine, H.B. (1984), "Controlling Access: forms of territoriality in three New Zealand Crayfishing Villages", *Ethnology*, XXIII (2).
- Lobo Antunes, Manuel (2006), "O "nosso" mar – Ponto cardeal da identidade portuguesa", *Rua Larga Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, nº 11
- Lobo, Constantino Lacerda (1991) "Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, 1789-1815, v.4, Lisboa, Banco de Portugal. Dieges, s.d.:7
- Lopes, Ana Maria (2008), *Regresso ao Litoral – Embarcações Tradicionais Portuguesas*. Edições Culturais da Marinha. Comissão Cultural da Marinha
- Lowenthal, David (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Lusa (2010), “Cavaco apela ao apoio da economia do mar”, Diário de Notícias, (online). Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content\\_id=1691793](http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1691793)
- Lusa (2015), “Cavaco Silva defende reflexão sobre desafios do futuro que não se esgotam numa legislatura”, Jornal de Negócios, (online), disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/cavaco\\_silva\\_defende\\_reflexao\\_sobre\\_de\\_safios\\_do\\_futuro\\_que\\_nao\\_se\\_esgotam\\_numa\\_legislatura.html](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/cavaco_silva_defende_reflexao_sobre_de_safios_do_futuro_que_nao_se_esgotam_numa_legislatura.html)
- Machado, Falcão (1951) *A pesca marítima em Setúbal*, Lisboa, s. ed.,.
- Magnani, J. (2002), *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. RBCS, Vol. 17 (49 junho/2002).
- Maldonado, S., (1988) “No Mar: Conhecimento e Tradição” em A. C Diegues, & R Salles,. – II Encontro de Ciências Sociais e O Mar. São Paulo, NUPAUB-USP.
- Malinowski, Bronislaw (1922), *Argonauts of the Western Pacific*. London, George Routledge.
- Marcus, George, 1998, “That Damn Book: ten years after writing culture”, *Etnográfica*, Voll I (1).
- Martins, Luís (1997), “Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras”, *Etnográfica*, vol. I (2), pp. 271-293.
- Martins, Luís (1999), “Mares Eletrónicos em Fundos sem Peixe: Um Estudo de Caso na Póvoa de Varzim e nas Caxinas”, *Etnográfica*, vol. III (2), pp. 235-270
- Martins, Luís (2007), *Mares poveiros: histórias, ideias e estratégias de pescadores da Póvoa de Varzim*, Tese de Doutoramento, ISCTE.
- Martins, Luís (2013), *Mares de Sesimbra: história, memória e gestão de uma frente marítima*, Lisboa, Âncora Editora.
- Martins, Luís e Henrique Souto (2005), “Preservação e exploração nas pescas: Olhar o presente pelas experiências do passado”, Comunicação apresentada na 9ª Conferência da NAFHA.
- Mascarenhas-Keys, Stella (1987) “The Native Anthropologist: Constraints and Strategies in Research” em Anthony Jackson (org.) *Anthropology at Home*. Londres, Tavistock.
- McCay, 1978, B.J (1978), “Systems ecology, people ecology, and the anthropology of fishing communities”. *Human Ecology*, 6 (4).
- McGoodwin, J.R. (1990), *Crisis in the World's Fisheries. People, Problems and Policies*, Stanford Stanford Univ. Press.
- Mendes, Paulo (2008) “Pescadores, Camponeses, Empresários, Turistas e Percepção do Ambiente na Costa Alentejana: uma leitura cronológica e Etnográfica”, em Francisco Oneto Nunes (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Âncora Editora: Lisboa.
- Mendes, Paulo (2013), *O Mar é que Manda: Construção de Comunidade e Percepção do Ambiente no Litoral Alentejano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes, Paulo Daniel (2007), *O Mar é que Manda: Comunidade e Percepção do Ambiente no Litoral Alentejano*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE.
- Mendes, Paulo Daniel, e Inês Salema de Menezes (1996), *Se o Mar Deixar: Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Ministério do Ambiente e do ordenamento do Território (2001), *Viver Setúbal*, Setúbal. Setubalpolis.

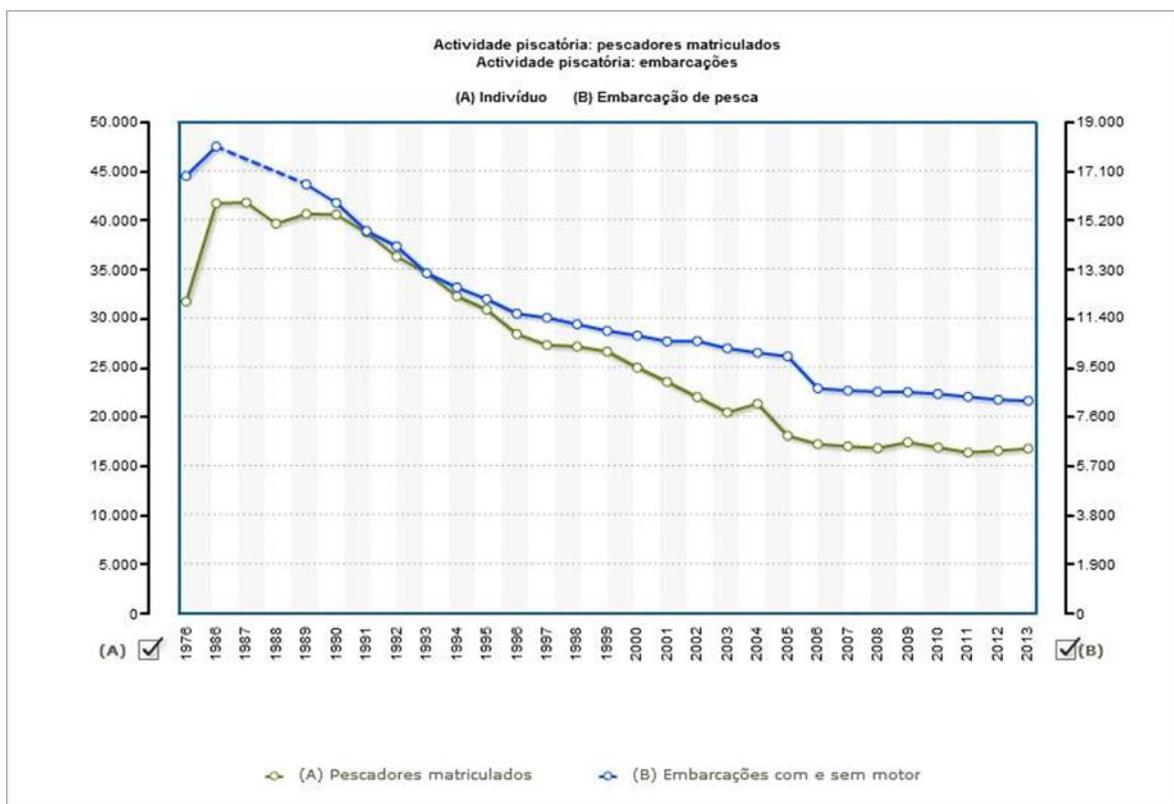
- Moreira, Carlos Diogo (1987), *Populações Marítimas em Portugal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Moreira, Carlos Diogo (2008), "Problemas e orientações de investigação na Antropologia Marítima em Portugal" em Francisco Oneto Nunes (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Âncora Editora: Lisboa.
- Nadel-Klein, Jane (2003) *Fishing for Heritage: Modernity and Loss along the Scottish Coast*, Berg, Oxford
- Narayan, Kirin (1997), "How Native is a 'Native' Anthropologist?" em L.Lamphere, H. Ragoné & P. Zavella (orgs.) *Situated Lives: Gender and Culture in Everyday Life*. Nova Iorque, Routledge.
- New Economics Foundation NEF (2015), *Fish dependence – 2015 update: The reliance of the EU on fish from elsewhere* (online).
- Nunes, Francisco Oneto (1993), *Vieira de Leiria: a História, o Trabalho, a Cultura, Vieira de Leiria*, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- Nunes, Francisco Oneto (1999), "O problema do aleatório: da coerção dos santos ao idioma da inveja", *Etnográfica*, volume 3 (2), pp. 271-291.
- Nunes, Francisco Oneto (2001), "A Antropologia Marítima em Portugal – um breve excuro" em Inês Amorim e Nuno Luís Madureira (2001), *História do Trabalho e das ocupações – Vol. II Setor das pescas*, Lisboa, Editorial Celta.
- Nunes, Francisco Oneto (2003), "O Trabalho faz-se Espetáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar no litoral central", *Etnográfica*, Vol. VII (1), pp 131-157.
- Nunes, Francisco Oneto (2006), *Hoje por ti, Amanhã por mim – A Arte Xávega no litoral central português*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE.
- Nunes, Francisco Oneto (2008a), *Culturas Marítimas em Portugal*, Âncora Editora, Lisboa
- Nunes, Francisco Oneto (2008b), "Dois Séculos de Arte Xávega: Capitalismo, Decadência e Organização do Trabalho" em Francisco Oneto Nunes (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Âncora Editora, Lisboa
- Orlove, Benjamin (1982), "Sale, barter and subsistence: the distribution and Exchange of fish in the lake Titicaca Area", Manchester, 44th International Congress of Americanists.
- Pálsson, Gísli (1994) "Enskilment at Sea", *Man* (N.S.) 29, pp. 901-927
- Pascual Fernández, José (s.a.), *Antropología Marítima: historia, ecología, organización social e cambio económico entre los pescadores*, s.l., Ministerio de Agricultura, Pesca y alimentación.
- Pascual Fernández, José, 1991, *Antropología marítima: historia, ecología organización social y cambio económico entre los pescadores*. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- Peralta, Elsa (2003), "O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo". *Horizontes Antropológicos: Antropologia e Turismo*. Porto Alegre. Ano 9, (20).
- Peralta, Elsa (2006), "Portugal e o Mar: significações culturais e discursos identitários", em Álvaro Garrido (coord.) (2006), *A Economia Marítima Existe*, Lisboa, Âncora Editora.
- Pereira, Benjamim Enes, (2009 [1965]), *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação.

- Pereira, Frederico (2012), "A Reforma da Política Comum de Pesca e a Pesca nacional", Intervenção no Seminário Política Comum de Pescas, Assembleia da República.
- Pereira, M. (2007), *Setúbal, a cidade e o rio: revalorizar a frente ribeirinha*. Setúbal, Setubalpolis.
- Pina Cabral, João de e Antónia Pedroso de Lima (1996), Prefácio, em Mendes, Paulo Daniel, e Inês Salema de Menezes (1996), *Se o Mar Deixar: Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pinho, Jaime (1990), *Entre Urzes e Camarinhas: as festas da Arrábida e de Troia*. Setúbal, Estuário
- Portaria n.º 562/90, de 19 de julho - Regulamento da Pesca no Rio Sado
- Quintas, Maria da Conceição (1989), "Troino e Fontainhas: duas comunidades de pescadores em confronto", *Revista Movimento Cultural*, Setúbal, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.
- Quintas, Maria da Conceição (1998), *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Ramos, Manuel João (2009), *Memórias dos Pescadores de Sesimbra: Santiago de Sesimbra no Início dos Anos Oitenta do Século XX*. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Raposo, J. P. (2003), "A construção antropológica de um terreno: performances culturais." em Telmo H.Caria (ed.) *Experiência Etnográfica e Metodologias em Ciências Sociais*, Oeiras, Celta Editora.
- Ribeiro, Orlando (2004), *A Arrábida Esboço Geográfico*, Lisboa, Fundação Oriente.
- Rocha Peixoto, António Augusto da (1899), "Etnografia Portuguesa: Habitação, Os Palheiros do Litoral", em *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Rodrigues, Cristina, Inês Quintino e Filipe Rosa (2015), *Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Pesca: Riscos profissionais e medidas preventivas nas diferentes artes de pesca*, Lisboa, ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho.
- Rubio-Ardanaz, Juan A. (2010) "Presentación: Las realidades marítimocostas como expresión de maritimidad y objeto de estudio antropológico", *Zainak. Cuadernos de Antropología-Etnografía*, (33).
- Santos-Graça, A., [1982 (1932)], *O Poveiro*, C.M.P.V, Póvoade Varzim
- Scott, James C. (2013 [1992]) *A Dominação e a Arte da Resistência - discursos ocultos*, Lisboa, Letra Livre.
- Smith, E (ed.), 1977, *Those who live from the sea: a study in maritime anthropology*, St. Paul West PUB . Co.
- Srnivas, M. N. (1966) "Some Thoughts on the Study of One's Own Society" em M.N. Srinivas *Social Change in Modern India*. Berkeley, University of California Press.
- Souto, Henrique (1998), *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa: estudo geográfico*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Stronza, Amanda (2001), "Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives". *Annual Review in Anthropology*, v.30, pp. 261-283.

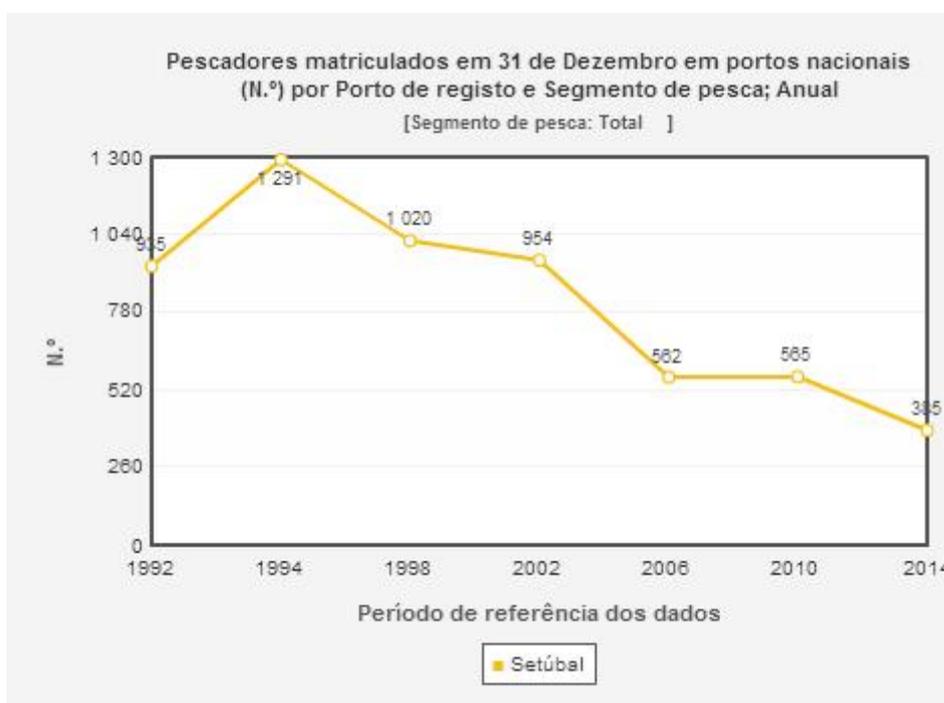
- Trindade, José Maria (2009), *A Nazaré dos pescadores: identidade e transformações de uma comunidade marítima*, Instituto Politécnico de Leiria, Edições Colibri
- Turner, Victor (1974) *O Processo Ritual*, Petrópolis, Vozes.
- Vale de Almeida, Miguel (1994), “Leitura de um Livro de Leitura: A Sociedade Contada às Crianças e Lembrada ao Povo” em B. O’Neill e J. Pais de Brito (orgs.), *Lugares de Aqui: Actas do Seminário ‘Terrenos Portugueses’*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Valente, Vasco Pulido (1981), “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, 67-68, Lisboa, ICS, pp. 615-678.
- van Ginkel, Rob (2013), “The Share System in the Fisheries: Coventuring on the Dutch Island of Texel”, *Argos Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* (01).
- Warren, Kay B. B. (2002), “Epilogue: Toward an Anthropology of Fragments, Instabilities, and Incomplete Transitions.” em Carol J. Greenhouse, Elizabeth Mertz, and Kay B. B. Warren (ed.), *Ethnography in Unstable Places: Everyday Lives in Contexts of Dramatic Political Change*. London, Duke University Press.
- Zulaika, Joseba, 1981, *Terra Nova: the ethos and luck of deep sea fishermen*, Filadélfia, ISHI.

## Anexos

## Anexo A – Gráficos



**Figura 1 Evolução do número de pescadores e embarcações (1976-2013)**



**Figura 2** Evolução do número de pescadores matriculados no porto de Setúbal (1992-2014)

## Anexo B – Mapas

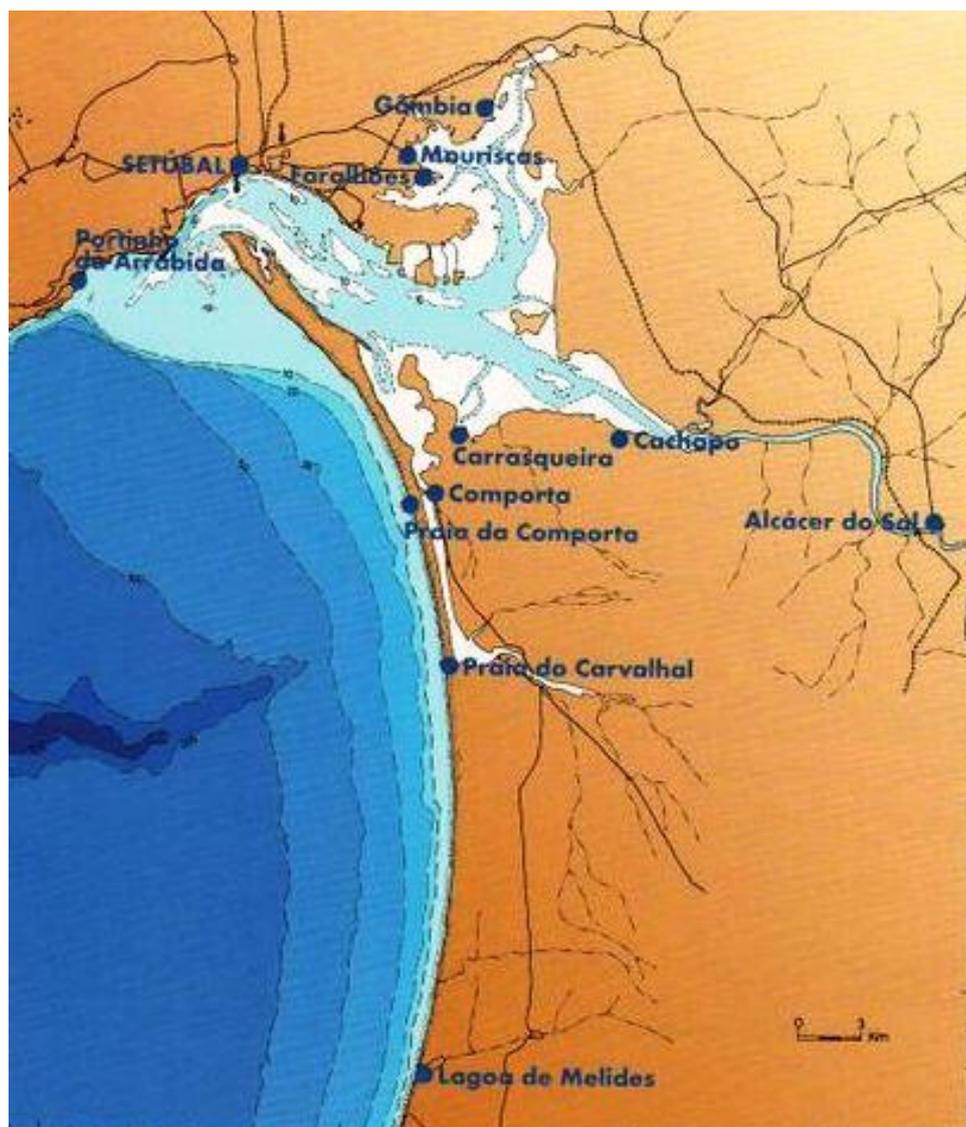


Figura 1 Estuário do Sado e identificação dos portos de Setúbal, Gâmbia e Faralhão

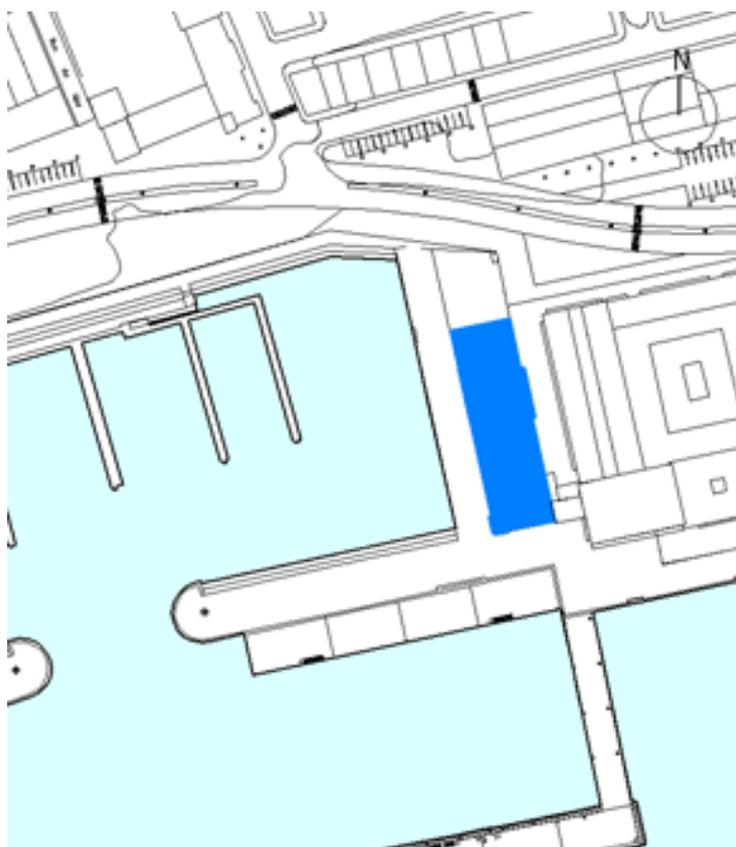


Figura 2 Localização da lota (Fonte: site Docapesca)

## Anexo C – Documentos

Inscrição marítima n.º 12.265  
 Livro 47 Folhas 27  
 Data de inscrição 12 de Abril de 1967

Nome António José Estrela  
 Nom du porteur  
 Filho de João Vicente Estrela  
 Nom du père  
 e de Luíçilia Rita Estrela  
 Nom de la mère  
 Natural da freguesia de Marquis de Pombal  
 Lieu de naissance  
 Concelho de Setúbal  
 Distrito de Setúbal  
 Nacionalidade Portuguesa  
 Nationalité  
 Nasceu em 20 de Fevereiro de 1930  
 Date de naissance  
 Ocupação antes da inscrição

Estado civil solteiro  
 Etat civil  
 Residente em Setúbal  
 Demeurant à

Capitania do porto de } **SETÚBAL**  
 Delegação Marítima de }  
 O Capitão do porto Albuquerque  
 O Delegado Marítimo

Categoria Profession	Desde quando	Rubrica de validade
<u>PESCADOR</u>	<u>12 ABR. 1967</u>	<u>Albuquerque</u>

Doada rolada do indicador direito  
 Empreintes digitales de l'indicateur droit



ASSINATURA DO TITULAR  
 SIGNATURE DU PORTEUR  
António José Estrela

SINAIS CARACTERÍSTICOS

Altura Taille <u>1,63</u>	Cor Teint <u>natural</u>
Olhos Yeux <u>castanhos</u>	Sinais particulares Signes particuliers
Cabelo Cheveux <u>castanhos</u>	

de 12 ABR. 1967 de 1967  
 O ESCRIVÃO,  
Albuquerque

Figura 1 Cédula marítima de 1967

Inscrição Marítima N.º <u>12.284</u> (Number of inscription)		CATEGORIA (Rank)		DATA (Date)	RUBRICA (Signature)
Livro <u>47</u>	Folhas <u>46</u>	Arrais de Pesca		20 MAR 91	<i>[Signature]</i>
Data da inscrição <u>22 de Junho</u> de 19 <u>67</u> (Date of the inscription)					
Nome <u>Yoaquim Carlos Santana Mendes</u> (Name)		Impressão Digital do Indicador Direito (Right forefinger print)			
Filiação <u>Armanda Teixeira Mendes</u> (Parent)					
Mãe <u>Julia do Carmo Santana</u>		 			
Natural de <u>São Julião - Setúbal</u> (Birth place)					
Nacionalidade <u>Portuguesa</u> (Nationality)					
Data de Nascimento <u>26 de Abril</u> de 19 <u>53</u> (Date of birth)					
Residente em <u>Setúbal</u> (Residence)					
ASSINATURA DO TITULAR <u>Joaquim Carlos Santana Mendes</u> (Holder's signature)		Capitania do Porto de <u>SETÚBAL</u> (Maritime department)		Data de Emissão <u>13 fev 2007</u> (Date of issue)	
				O CAPITÃO DO PORTO <i>[Signature]</i> (The issuing authority)	

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS		HABILITAÇÕES TÉCNICAS	
DATA		DATA	
22.6.67	Possui a 1ª classe do ensino primário <i>O Capitão do Porto</i> <i>[Signature]</i>	14-4-88	Possui a carta de Arrais de Pesca local, nas termos do art.º 64º e 181º do Decreto 45969 de 18 out 64 "carta válida para a área da capitania do Porto de Setúbal" <i>O Capitão do Porto</i> <i>[Signature]</i>
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR			
Contingente de _____			
Posto Atingido _____			
Situação actual _____			

Figura 2 Cédula marítima de Arrais (reformado)



Figura 3 Cartão do Sindicato de pescadores do Distrito de Setúbal - datado de 1975 (período em que pescadores me disseram que havia uma maior presença de sindicalistas na pesca)

CENTRO SUL/SETUBAL		Listagem de Taloes		Data: 08		Hora: 16	
Barco-05068 -SANTINHOS				53-5000 L			
Faina-1				25-5000 S			
N. Talao	Esp	T. F	Nome	Peso	Rec	N. Cx	
1329	494	2	1 LING.LEGIT T2/E	7,8	11	1	
1330	494	2	1 LING.LEGIT T2/E	7,4	11	1	
1331	442	2	1 PREGADO T2/E	1,3	11	1	
1332	494	2	1 LING.LEGIT T2/E	8,3	11	1	26-300 Ri
1333	651	1	1 RAIÁ LENGÁ T1/E	7,1	11	1	1-300 P
1334	494	1	1 LING.LEGIT T1/E	7,0	11	1	2-200 SA
1335	651	1	1 RAIÁ LENGÁ T1/E	5,0	11	1	
1336	493	1	1 LING.FER T1/E	3,8	11	1	
1337	494	3	1 LING.LEGIT T3/E	5,3	11	1	
1338	494	3	1 LING.LEGIT T3/E	5,3	11	1	
1339	651	2	1 RAIÁ LENGÁ T2/E	4,9	10	1	
1340	494	3	1 LING.LEGIT T3/E	5,5	11	1	
1341	492	3	1 LING.AREIA T3/E	3,7	11	1	
1342	651	2	1 RAIÁ LENGÁ T2/E	5,1	10	1	
1343	496	0	0 LINGUAS	1,9	10	1	
1344	521	2	1 SAFIA T2/E	2,2	11	1	
1345	651	2	1 RAIÁ LENGÁ T2/E	2,0	11	1	
1346	850	1	1 CHOCO T1/E	9,7	14	1	
1347	850	2	1 CHOCO T2/E	6,9	14	1	
1348	850	2	1 CHOCO T2/E	8,9	14	1	
Total do Barco: Taloes				20	Peso	106,6	N. Caixas 20

Figura 4 Recibo de um barco "das redes"

## **Anexo D – Fotografias**

(todas as fotografias são da minha autoria)



**Figura 1** Doca de embarcações com o edifício da lota ao fundo



**Figura 2** Golfinho Parade



Figura 3 Botes e aiolas na doca



Figura 4 Doca de pescadores



**Figura 5 O “plano” – local de manutenção dos barcos**



**Figura 6 Zona de descarga "a muralha"**



Figura 7 Portão de entrada no recinto da lota (só após o caso de roubo dos chumbos das redes é que passou a estar fechado aos carros)



Figura 8 Descarga de peixe



**Figura 9 Desemalhar o peixe (salemas)**



Figura 10 Desemalhar o peixe da rede



Figura 11 Pescador reformado no bote



Figura 12 Traineira “rapa”



**Figura 13 Escolha do peixe (cerco)**



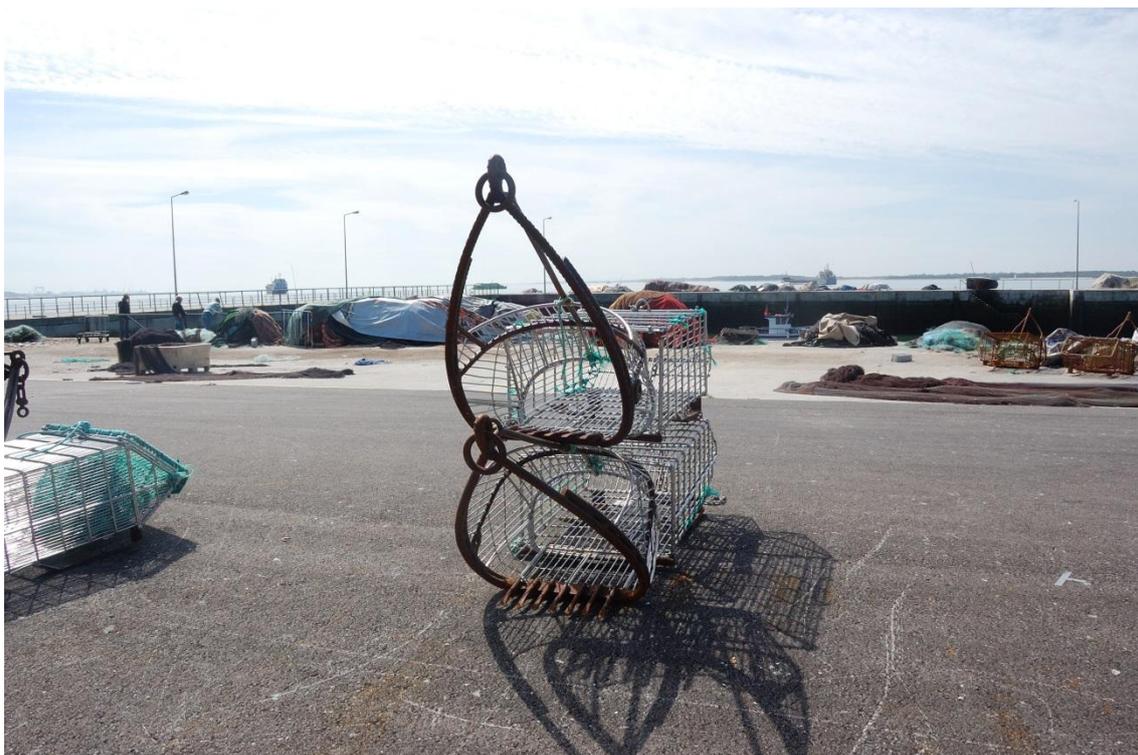
**Figura 14 Pesagem do peixe**



**Figura 15 Covos**



**Figura 16 Rede de cerco na muralha para ser remendada**



**Figura 17 Ganchorra**



**Figura 18 Ganchorras**



**Figura 19** Companhia de terra de uma traineira



**Figura 20** Motorista e mestre de uma traineira (fotografia tirada no círio marítimo da Nossa Sra. Da Arrábida)



Figura 21 Companhia a alar a rede de cerco para terra



Figura 22 Doca de Pescadores



Figura 23 A "muralha" com barcos a descarregar



**Figura 24 Almoço com pescadores: sargueta alimada, batata, cenoura, couve-flor cozidas**



Figura 25 Dornas utilizadas pelas traineiras para armazenar o peixe



Figura 26 Cavalas na dorna



Figura 27 Sede da OP Bivalmar e da Associação SetúbalPesca no edifício da lota



Figura 28 Carrinha da Sesibal



Figura 29 Conservas da Sesibal

## **Anexo E – “Lugares da pesca”**

Desenho feito pelo pescador Joaquim Mendes por minha solicitação, inspirado no desenho patente na exposição do Museu Nacional de Etnologia: As artes da pesca: pecadores, normas e objetos instáveis.